



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Administração e Finanças

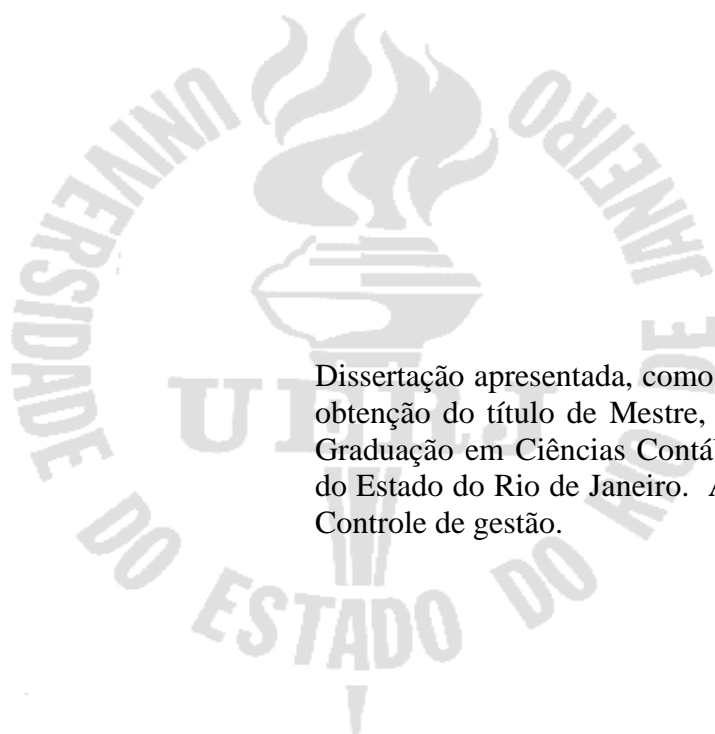
Kleber Vasconcellos de Oliveira

**Os ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil para municípios do estado do
Rio de Janeiro – 1998/2006**

Rio de Janeiro
2008

Kleber Vasconcellos de Oliveira

Os ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil para municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de gestão.

Orientador: Prof. Dr. Frederico A. de Carvalho

Rio de Janeiro
2008

FICHA CATALOGRÁFICA
UERJ / FAF / BIBLIOTECA MCC

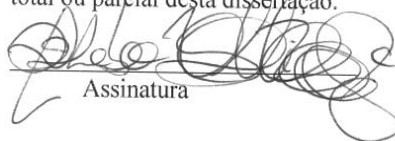
O48c Oliveira, Kleber Vasconcellos de
Os ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e
contábil para os municípios do estado do Rio de Janeiro
– 1998/2006 / Kleber Vasconcellos de Oliveira. - 2008
114f.

Orientador: Frederico A. de Carvalho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.
Bibliografia: f 76-81.

1. Ciclos Políticos – Dissertação. 2. Contabilidade
Governamental. I. Carvalho, Frederico A. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Administração e Finanças. III. Título

CDU 336.126

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução
total ou parcial desta dissertação.


Assinatura


Data

Kleber Vasconcellos de Oliveira

Os Ciclos Politicos: uma análise empírica fiscal e contábil para os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Mestrado em Ciências Contábeis de Faculdade de Administração e Finanças, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, primeiro semestre de 2008. Área de concentração: Controle de Gestão.

Aprovado em: 24/03/08 por unanimidade

Banca Examinadora: _____



Prof. Dr. Frederico A. de Carvalho (Orientador)
Faculdade de Administração e Finanças da UERJ



Prof. Dr. Lino Martins da Silva
Faculdade de Administração e Finanças da UERJ



Prof. Dr. Marcelo Resende de Mendonça e Silva
Faculdade de Economia da UFRJ

Rio de Janeiro
2008

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Deusdeti e Lúcia, pela dedicação de todos esses anos; à minha esposa Rosilene, pela cumplicidade e amor; aos meus filhos Vinícius, Juliana e Thayane e ao meu avô Raimundo Vasconcellos (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Neste momento de grande felicidade para mim, por ter chegado ao final de mais uma etapa de minha vida, divido esta alegria com aqueles que direta ou indiretamente participaram na consecução deste projeto. Acima de tudo queria agradecer a Deus e a Nossa Senhora por estarem presente em minha vida, me amparando, me protegendo e principalmente, me dando forças na caminhada da vida.

Aos meus pais e irmãos, pela dedicação e carinho. Agradeço a Deus por ter me dado esta família maravilhosa.

A minha maravilhosa esposa Rosilene, pela dedicação, amor, companheirismo e principalmente pela cumplicidade. Aos meus lindos filhos, Vinícius, Juliana e Thayane.

A todos os meus amigos de graduação e pós-graduação, em especial, André Queiroz, Ricardo, Vaner, Aline e Helmut, pelo apoio, incentivo e, sobretudo, pela valorosa amizade de vocês. Foram momentos inesquecíveis de mestrado, principalmente no convívio dos intervalos do almoço no primeiro período. A Márcia Revoredo, pelo apoio no desenvolvimento deste tema nas aulas de Contabilidade Governamental.

Aos amigos de Hupe/Uerj, em especial Fabio, Denise, Shirley, Simone, Ricardo, Daniele e Roseni. Foram pessoas que participaram ativamente na minha caminhada, aconselhando-me e fortalecendo-me para que eu nunca desistisse dos meus sonhos.

À Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), em especial Andrea Totis, Falber Freitas, Eder Miranda e Fernando Santos pela compreensão, apoio e incentivo.

Aos professores de graduação em especial Ricardo Cardoso, Simone Vieira e Waldir Ladeira. Aos professores de mestrado, em especial ao prof. Álvaro Lima, um grande incentivador desde os tempos de graduação. Ao prof. Luiz Laurencel pelas aulas de Métodos Quantitativos. Ao prof. Francisco José Alves que foi quem me despertou o interesse neste tema durante suas aulas de Finanças Públicas. Ao prof. Lino Martins da Silva pelas dicas valiosas nas aulas de Contabilidade Governamental que pude absorver para este trabalho.

Ao meu orientador, prof. Frederico de Carvalho, peça fundamental neste trabalho, pelo convívio e paciência (de pai) durante todo este tempo. Suas aulas de Metodologia da Pesquisa foram, sem dúvida, de extrema valia para consecução, não só deste trabalho como também para os artigos que junto escreve(re)mos. É, sem dúvida, a pessoa mais incrível e eclética que já conheci.

...porque não somos só intuição;
nem só pé-de-chinelo, pé no chão.
Nós temos violência e perversão;
mas temos o talento e a invenção

Desejos de beleza em profusão;
idéias na cabeça, coração.
A singeleza e a sofisticação;
o choro, a bossa, o samba e o violão.

Mas, se nós temos planos, e eles são
o fim da fome e da difamação;
por que não pô-los logo em ação?
tal seja agora a inauguração
da nova nossa civilização,
tão singular igual ao nosso pão;
e sejam belos, livres, luminosos
os nossos sonhos de nação.

Ecos do ão
Lenine

RESUMO

OLIVEIRA, Kleber Vasconcellos de. Os Ciclos Políticos: uma análise empírica fiscal e contábil para os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998/2006. 2008. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O objetivo deste trabalho é analisar as características dos gastos públicos executados pelos chefes do poder executivo municipal e que tendem a agradar aos eleitores. Analisamos o comportamento dos gastos municipais fluminenses de 1998 a 2006, englobando, portanto, as eleições municipais de 2000 e 2004, a fim de detectar comportamentos cíclicos na condução da política fiscal (orçamentária) e seus reflexos contábeis no que tange ao calendário eleitoral. Através de uma abordagem contabilométrica de dados em painel analisamos rubricas específicas do Orçamento e Balanços públicos municipais, a fim de detectar possíveis manipulações de caráter eleitoral executadas pelos governantes. Os resultados sugerem que, para os municípios do estado do Rio de Janeiro, o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre o comportamento dos prefeitos, mesmo descontando o efeito específico do que ocorreu em cada município (a população ou a localização geográfica, por exemplo). Estas manipulações cíclicas também aconteceram em alguns itens da despesa nos anos de 2002 e 2006, indicando uma movimentação política das prefeituras, a fim de contribuir com seus partidos nas eleições para Governador, Presidente e Congresso Nacional. Os resultados também sugerem que os prefeitos realizam *superávits* financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregar” este excesso no ano eleitoral, provavelmente através da abertura de créditos adicionais. No que tange à inscrição de restos a pagar, o resultado sugere uma preocupação dos prefeitos candidatos à reeleição com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), tornando-se fiscalmente mais conservadores. Os resultados também sugerem certa manipulação eleitoreira na Dívida Ativa, visto que, em ano eleitoral (2000 e 2004) acontecem menores inscrições (ou redução por baixa, prescrição etc.) de devedores na dívida ativa municipal. A despesa com transporte aparece como a rubrica que mais sofre com o corte nos gastos em detrimento de outros de maior visibilidade eleitoral. A coincidência partidária entre o prefeito e o presidente e/ou governador apresenta uma relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido destes significa uma redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre estes níveis de governo. Para diversas variáveis estudadas foram encontradas evidências estatisticamente significativas para a variável LRF, indicando a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal no comportamento dos gestores públicos.

Palavras-Chave: Ciclos Políticos, Contabilidade Governamental, Dados em Painel, Finanças Públicas.

ABSTRACT

The dissertation analyzes municipal public expenditures likely to be favorably perceived by voters. Data relate to the municipalities belonging to the state of Rio de Janeiro, Brazil and cover the period 1998 – 2006, so that municipal elections in 2000 and 2004 are included. The main purpose of the research is to investigate the existence of cyclical behavior along the electoral periods in terms of fiscal and budgetary policies. In order to detect electoral manipulations in specific items of municipal budgets and balance sheets the econometric approach via panel data has been adopted. Findings suggest that the electoral agenda indeed influences mayors' behavior for sampled municipalities, even after specific features (e. g. population or geographic situation) have been discounted for. Cyclical effects also appeared in specific classes of expenditures in the years 2002 and 2006, indicating political initiatives by mayors to help their parties in both state and national elections, either legislative or executive. In addition some results show that mayors provoke financial superávits in the years preceding elections so that the surplus may be utilized along the electoral year in the form of additional credits. In what concerns the register of Pending Debts, findings indicate that those mayors looking forward to be reelected are concerned both with the negative effects of increased debt and with specific legislation in Brazil (namely, the so-called Law of Fiscal Responsibility – LRF); in other words, those mayors may well become more conservative in expenditure terms. Electoral manipulation has also been uncovered in the item Current Debtors, since there has been a decrease of municipal debtors in electoral years (2000 and 2004). Public transport expenditure has received the biggest reduction, in contrast to what happened to other, more visible expenditure items. Partisan coincidence between mayors and either the governor or the president has indicated an inverse relation, that is, a decrease in municipal expenditure, suggesting that some kind of “fiscal adjustment pact” may be in place. As long as the so-called Law of Fiscal Responsibility – LRF) is concerned, several statistically significant evidences have been found, confirming that LRF indeed affects the behavior of municipal management.

Keywords: Political Cycles; Government Accounting; Panel Data; Public Finance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1: Resultado das regressões para a variável Despesa Orçamentária.....	82
Tabela 3.2: Resultado das regressões para a variável Despesa Corrente.....	83
Tabela 3.3: Resultado das regressões para a variável Despesa de Pessoal e Encargos.....	84
Tabela 3.4: Resultado das regressões para a variável Despesa de Investimento.....	85
Tabela 3.5: Resultado das regressões para a variável Resultado Financeiro.....	86
Tabela 3.6: Resultado das regressões para a variável Despesa com Agricultura.....	87
Tabela 3.7: Resultado das regressões para a variável Despesa com Educação e Cultura.....	88
Tabela 3.8: Resultado das regressões para a variável Despesa com Assistência e Previdência Social.....	89
Tabela 3.9: Resultado das regressões para a variável Despesa com Saúde e Saneamento.....	90
Tabela 3.10: Resultado das regressões para a variável Despesa com Transporte.....	91
Tabela 3.11: Resultado das regressões para a variável Despesa com Habitação e Urbanismo.....	92
Tabela 3.12: Resultado das regressões para a variável Despesa Legislativa.....	93
Tabela 3.13: Resultado das regressões para variáveis Restos a Pagar Processados.....	94
Tabela 3.14: Resultado das regressões para a variável Dívida Ativa.....	95
Tabela 3.15: Resultado das regressões para a variável Outras Transferências da União.....	96
Tabela 3.16: Resultado das regressões para a variável Outras Transferências dos Estados.....	97
Tabela 3.17: Resultado das regressões para a variável Despesa Orçamentária.....	98
Tabela 3.18: Resultado das regressões para a variável Despesa Corrente.....	99
Tabela 3.19: Resultado das regressões para a variável Despesa de Pessoal e Encargos.....	100
Tabela 3.20: Resultado das regressões para a variável Despesa de Investimento.....	101
Tabela 3.21: Resultado das regressões para a variável Resultado Financeiro.....	102
Tabela 3.22: Resultado das regressões para a variável Despesa com Agricultura.....	103
Tabela 3.23: Resultado das regressões para a variável Despesa com Educação e Cultura....	104
Tabela 3.24: Resultado das regressões para a variável Despesa com Assistência e Previdência Social.....	105
Tabela 3.25: Resultado das regressões para a variável Despesa com Saúde e Saneamento...	106
Tabela 3.26: Resultado das regressões para a variável Despesa com Transporte.....	107
Tabela 3.27: Resultado das regressões para a variável Despesa com Habitação e Urbanismo.....	108

Tabela 3.28: Resultado das regressões para a variável Despesa Legislativa.....	109
Tabela 3.29: Resultado das regressões para variáveis Restos a Pagar Processados.....	110
Tabela 3.30: Resultado das regressões para a variável Dívida Ativa.....	111
Tabela 3.31: Resultado das regressões para a variável Outras Transferências da União.....	112
Tabela 3.32: Resultado das regressões para a variável Outras Transferências dos Estados..	113
Tabela 4: Lista dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo das quatro vertentes dos ciclos políticos.....	27
Quadro 2: Principais conclusões das quatro vertentes dos ciclos políticos.....	28
Quadro 3: Resumo das principais análises empíricas sobre ciclos oportunistas	42
Quadro 4: Resumo dos resultados encontrados na análise estatística.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação entre inflação e desemprego na curva de Philips.....	21
Gráfico 2: Relação entre inflação e desemprego nos partidos de direita e esquerda.....	21
Gráfico 3: Expectativas dos eleitores.....	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão geográfica do estado do Rio de Janeiro em dezoito microrregiões.....61

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
	Justificativa	17
	Problema de pesquisa	17
	Objetivos	17
	Organização do Estudo	18
1	REVISÃO DA LITERATURA	19
1.1	Modelos de Ciclos Políticos	19
1.1.1	<u>O Instituto da Reeleição no Brasil</u>	29
1.2	Estudos Empíricos	30
1.3	Outras Linhas de Pesquisa	37
1.4	A Contabilidade e o Orçamento Públicos	43
2	METODOLOGIA DA PESQUISA	48
2.1	Tipo de pesquisa	48
2.2	Base Empírica	49
2.3	Procedimentos Estatísticos	51
2.3.1	<u>Métodos de Estimação</u>	55
2.3.2	<u>Proposta de Análise</u>	57
3	RESULTADOS	60
3.1	Perfil Socioeconômico dos Municípios Fluminenses	60
3.2	Análise dos Resultados Estatísticos	61
3.2.1	<u>Despesa Orçamentária</u>	63
3.2.2	<u>Despesa Corrente</u>	63
3.2.3	<u>Despesa com Pessoal e Encargos</u>	64
3.2.4	<u>Despesa de Investimento</u>	64
3.2.5	<u>Resultado Financeiro</u>	65
3.2.6	<u>Despesas por Função</u>	65
3.2.7	<u>Restos a Pagar Processados</u>	67
3.2.8	<u>Dívida Ativa</u>	68
3.2.9	<u>Transferências da União e dos Estados</u>	68
3.2.10	<u>Análise Complementar</u>	68
4	RESUMO E CONCLUSÕES	71
4.1	Resumo dos Resultados	71

4.2	Implicações para a Gestão e a Contabilidade Públicas.	73
4.3	Sugestões para pesquisas futuras.....	75
	REFERÊNCIAS.....	76

INTRODUÇÃO

Atualmente, já há um certo consenso de que os resultados de eleições estão diretamente influenciados pelo desempenho da economia em um país. Às vésperas de uma eleição, um governante dificilmente anunciaria medidas que poderiam “desagradar” os eleitores, como, por exemplo, aumento de impostos ou uma desvalorização cambial.

As primeiras discussões sobre o comportamento dos *policymakers* frente ao calendário eleitoral surgiram com os trabalhos de Kalecki (1943), Akerman (1947) e Downs (1957) que podem ser considerados os pioneiros na tentativa de buscar modelos formais que explicassem o impacto dos fatores políticos na economia.

Mas foi na década de 1970 que se intensificaram estas discussões, com os chamados ciclos político-econômicos *Tradicionalistas* oportunistas e ideológicos (ou partidários) representados por Nordhaus (1975) e Lindbeck (1976) no primeiro modelo e por Frey e Lau (1968) e Hibbs (1977) no segundo modelo. Ambos considerando a hipótese de votantes com expectativas adaptativas, pois eles teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas, tomando suas decisões eleitorais com base no passado.

Na década de 1980 surgiram os chamados ciclos político-econômicos *Racionais* oportunistas e ideológicos (ou partidários) representados por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) no primeiro modelo e por Alesina (1987) e Alesina e Sachs (1988) no segundo modelo. Ambos considerando a hipótese dos votantes racionais, pois eles teriam acesso às informações econômicas tempestivamente, a fim de tomarem suas decisões.

Portanto, os modelos de ciclos políticos podem ser classificados – de acordo com o comportamento político – em partidário ou oportunista. Estes modelos, além disso, também podem ser designados em função das hipóteses adotadas sobre a formulação de expectativas dos agentes, em tradicionais, que não adotam comportamento racional, ou racionais, que adotam (Bittencourt 2002, p.13).

Ainda, segundo o autor:

“...essa divisão em tradicionais e racionais expressa também a própria evolução histórica da teoria do ciclo político econômico, já que, principalmente ao longo da década de 80, os modelos passaram a ser criticados com base na hipótese das expectativas racionais, passando a partir de então a incorporar a inovação”.

No Brasil, desde junho de 1997, com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 16, surgiram vários questionamentos a respeito do uso da máquina administrativa, mesmo que de forma legal, com o objetivo de aumentar as chances dos governantes de permanecerem no cargo por mais um mandato. Existem vários estudos que tentam explicar esse comportamento

das variáveis econômicas e/ou fiscais no resultado das eleições. Dentre eles, podemos citar os trabalhos de Fialho (1997), Bonomo e Terra (1999), Meneguim e Bugarin (2001), Bittencourt e Hillbrecht (2003), Sakurai (2004) e Gonçalves e Fenolio (2007).

A partir de 1998, com a possibilidade de reeleição inserida no contexto político brasileiro através da Constituição, os chefes do poder executivo obtiveram a possibilidade de poder fazer certas manipulações nas finanças públicas sob suas administrações, com vistas a impactarem positivamente o eleitorado. Dessa forma, a emenda da reeleição, além de abrir a possibilidade de manutenção do mandato eleitoral por mais quatro anos, fez emergir os custos e benefícios da manipulação “eleitoreira”.

De um lado estão os benefícios de permanência do poder, tendo em vista que serão usufruídos pelo próprio candidato reeleito, ou pelo seu sucessor do mesmo partido (ou de uma coalizão), e não por um candidato de oposição. Por outro lado, esses mesmos benefícios devem ser vistos com certo ceticismo, pois os *policymakers* devem considerar os efeitos negativos futuros de suas próprias políticas (inflação/desemprego).

As teorias dos ciclos políticos focalizam suas atenções nas decisões (econômicas e/ou políticas) a serem tomadas pelos governantes de forma a induzir sua permanência no poder. No entanto, apesar do grande espaço de manobra do governante, esse incentivo à distorção fiscal pode ser reduzido por diversos aspectos. O primeiro, e mais natural, é a impossibilidade de reeleição do titular, que tem um número de mandatos limitado pelas constituições da maioria dos países democráticos. Além disso, é inegável que um governante prefere que seu partido continue no poder; entretanto, seu estímulo no sentido de induzir essa reeleição do partido é bem menor do que aquele de induzir sua própria reeleição, sobretudo quando o candidato do partido adota uma postura política de crítica ao governante titular. Há ainda que se considerar o efeito das pesquisas de opinião no comportamento do titular (Meneguim e Bugarin 2003, pág. 4). Por exemplo, nas eleições presidenciais de 2006 no Brasil, as pesquisas deixavam clara a alta probabilidade de reeleição do candidato do partido dos trabalhadores (PT).

O grande volume de recursos envolvidos no Orçamento Público pode transformá-lo em poderosa arma de manobra eleitoral, na medida em que o chefe do poder executivo pode manipular a execução orçamentária com fins de promoção pessoal ou partidária, ou ambas. Considerando, porém, que o governo – nas suas funções alocativa, distributiva e estabilizadora – existe para atender as demandas da coletividade e para proporcionar o bem-estar social da população em geral, os programas governamentais não deveriam ser afetados por essa política.

Justificativa

O determinado tema se justifica pela importância do estado do Rio de Janeiro no cenário político e econômico do país, além de contribuir para a literatura já existente a respeito do tema ciclos políticos. Até então não se tem conhecimento de estudo semelhante que analise especificamente os municípios do estado Rio de Janeiro, apesar de alguns estudos analisarem os municípios brasileiros de forma geral. Acrescente-se a esta justificativa a inclusão de dados da Contabilidade Governamental, até então utilizados muito raramente para tal análise.

Problema de Pesquisa

Os diversos estudos citados levam em considerações resultados macroeconômicos como Taxa de inflação, PIB e desemprego, ou variáveis econômicas e/ou fiscais como taxa de câmbio, taxa de juros (selic), as despesas (corrente/capital) do governo, transferências etc, para tentar explicar a possibilidade de reeleição de um candidato. Entretanto ainda não há estudos que utilizem dados da contabilidade pública como os restos a pagar, a dívida ativa ou a ativo e passivo financeiro.

Portanto, o problema que irá nortear a presente dissertação com base na análise dos municípios fluminenses de 1998 a 2006 é: existem evidências empíricas de manipulações “eleitoreiras” nos municípios do estado do Rio de Janeiro?

Caso sejam detectadas evidências de ciclos políticos, onde elas se mostram mais evidentes? Quais as variáveis que mais sofrem influências (aumento ou diminuição) na gestão dos *policymakers*?

Objetivos

Os objetivos do presente trabalho são: buscar evidências de ciclos políticos nos municípios fluminenses para as variáveis fiscais (orçamentárias) e contábeis (restos a pagar, dívida ativa, ativo e passivo financeiros) nos municípios do estado do Rio de Janeiro; e indicar quais itens que mais sofrem com estas manipulações.

Organização do Estudo

A presente pesquisa foi organizada em quatro capítulos, além da introdução já apresentada. No primeiro capítulo são apresentados os principais referenciais teóricos nacionais e internacionais sobre os ciclos políticos, além de alguns conceitos da Contabilidade e Orçamento Públicos. No capítulo seguinte, abordamos a metodologia e a forma funcional que envolve o processo de análise dos dados do presente estudo. No terceiro capítulo, são apresentados os resultados da análise contabilométrica realizada, além de um breve panorama do perfil socioeconômico dos municípios fluminenses e do instituto da reeleição no Brasil. No derradeiro capítulo apresentamos nossas conclusões e sugestões de algumas propostas de aprofundamento e complementação em pesquisas futuras.

1 – REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo inicial apresentaremos o arcabouço teórico que envolve o tema dos ciclos políticos. Cabe ressaltar que nosso objetivo não foi esgotar a literatura existente, mas abordar apenas os principais autores que trataram do assunto. Inicialmente apresentam-se quatro principais vertentes que tentam explicar os ciclos políticos. Em seguida apresentam-se alguns dos principais estudos empíricos realizados no Brasil e no mundo. Depois se discutem outras linhas de pesquisa relacionadas ao tema. Por fim, apresentam-se, resumidamente, alguns conceitos do Orçamento Público e da Contabilidade Governamental.

1.1 – Modelos de Ciclos Políticos

A fim de realizar as suas funções típicas - alocativa, distributiva e estabilizadora - o Estado precisa arrecadar recursos. Esta necessidade de arrecadar e a forma como são gastos esses recursos deveriam objetivar maximizar o bem estar da sociedade e não estar associado a fatores de ordem política.

É neste contexto que surgiram, na década de 1950, as primeiras discussões sobre a inter-relação entre economia e política que foi denominada Teoria da Escolha Pública (TEP), tendo em James Buchanan a sua principal representatividade.

Joseph Schumpeter também pode ser visto como precursor da análise política da TEP. Segundo o autor, “ *a atividade política pode ser equiparada ao mercado, na qual os políticos representam os empresários e os votos representam o dinheiro. Como os políticos precisam de votos para ganhar as eleições e chegar ao poder e/ou manter-se nele, procuram maximizar os votos do eleitorado da mesma forma que os empresários procuram maximizar o lucro*”.

Outro trabalho – dentre outros¹ – também considerado precursor da TEP é o de Downs (1957). Nele, o autor questiona os modelos que adotam a maximização do bem-estar entre seus pressupostos, pois não há uma definição clara do que venha a ser “bem-estar social” e, mesmo que fosse possível defini-lo, seria difícil acreditar que os responsáveis pelas políticas públicas são seres benevolentes, cujas decisões não são influenciadas por seus desejos individuais.

¹ ver Kalecki (1943) e Akerman (1947).

Mas foi a partir da década de 1970 que se intensificaram estas discussões, dando origem aos chamados “Political Cycles”.

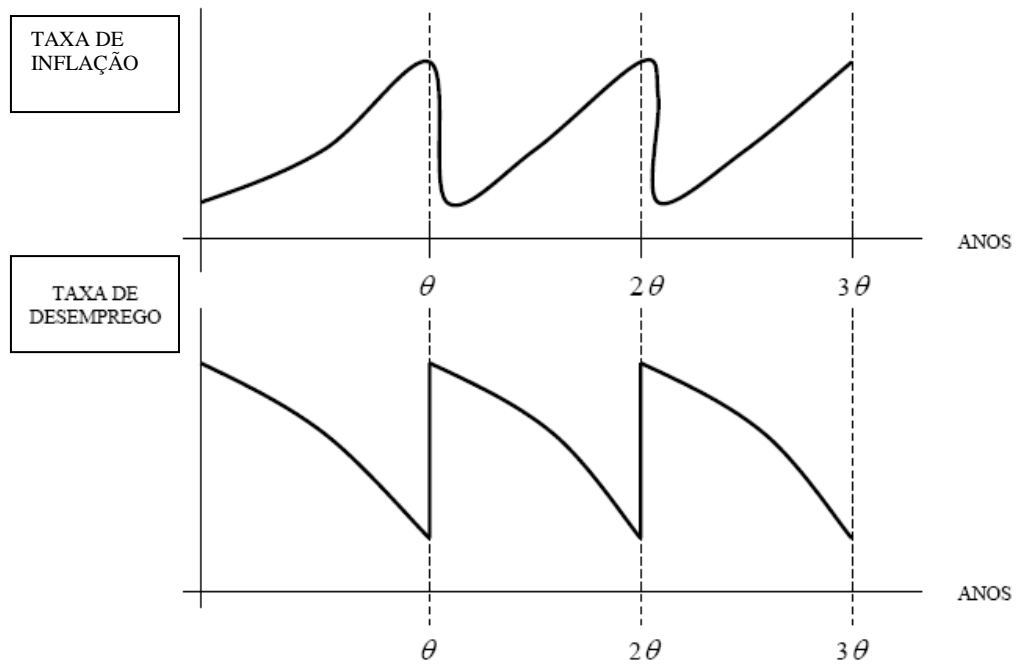
Segundo Preussler e Portugal (2002, p. 2):

“Baseada na crítica de Downs (1957), em meados dos anos 70, surgiu a teoria dos ciclos político-econômicos (Political Business Cycles Theory), que relaciona as flutuações econômicas aos eventos políticos. De acordo com essa concepção, os policymakers desviam a condução da política econômica do “socialmente ótimo” a fim de atender aos seus próprios interesses”.

Há um certo consenso na literatura de que foi o trabalho de Nordhaus (1975) um dos pioneiros na temática dos ciclos políticos. Segundo o autor, os políticos são do tipo “oportunista”, pois eles estimulariam a economia nas vésperas das eleições a fim de aumentar a sua probabilidade de reeleição. Logo após, procuram eliminar a inflação resultante desta manipulação gerando uma fase de recessão econômica. Segundo Veiga e Veiga (2004) este modelo admite expectativas adaptativas (ou sem expectativas racionais), o que permite aos governantes escolherem a sua combinação preferida (dos eleitores) de inflação e desemprego ao longo da curva de Philips e enganarem sistematicamente o eleitorado antes das eleições (Gráfico 1). Portanto, os eleitores, segundo Nordhaus, são considerados “míopes” e retrospectivos, pois teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas, tomando suas decisões com base no passado. Neste modelo, a desutilidade marginal do desemprego, para o eleitor, é maior que a desutilidade marginal da inflação.

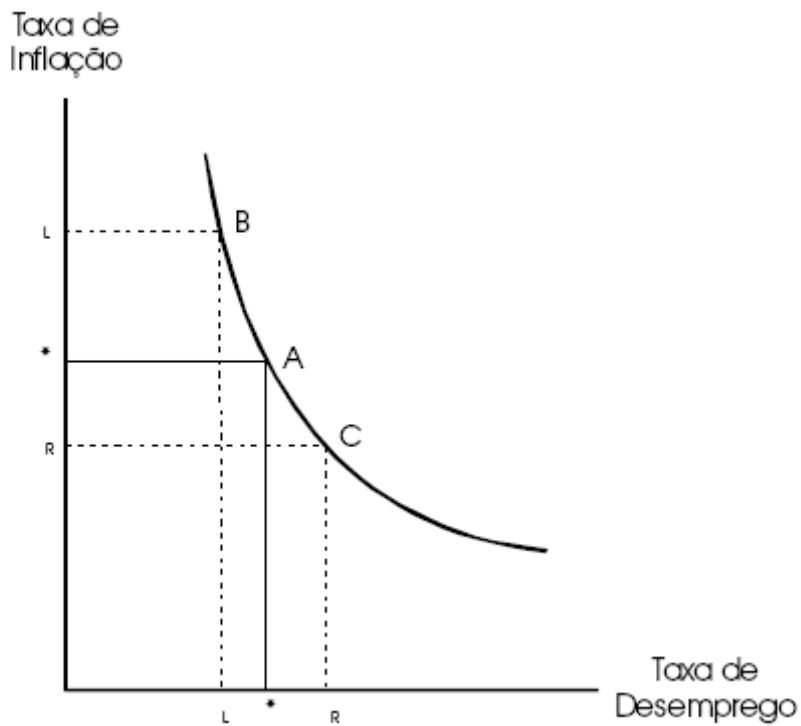
Questionando a abordagem sugerida por Nordhaus, o trabalho de Hibbs (1977) incorpora a variável “ideologia partidária”, considerando que os partidos políticos querem se manter no poder e implementar as suas ideologias. Ou seja, considera que cada partido político tentará implementar políticas que visem beneficiar aquele determinado grupo de eleitores que o apoiou (valendo-se também do instrumental da curva de Philips). Desta forma, conforme o Gráfico 2, os partidos de direita (ligados às classes mais abastadas) teriam maior aversão à inflação, enquanto que os partidos de esquerda (ligados às classes mais desfavorecidas) teriam uma maior preocupação com o combate ao desemprego, mas não negando a importância de ambas as variáveis para os partidos. Portanto, um partido de direita tende a se deslocar para a direita da curva de Philips (reduzindo a taxa de inflação mas aumentando a taxa de desemprego - ponto C), *mutatis mutandis*, para os partidos de esquerda (ponto B).

Gráfico 1



Fonte: Preussler e Portugal (2002)

Gráfico 2



Fonte: Cançado e Araújo Junior (2004)

Seguindo esta mesma linha, Borsani (2003) conclui que, na América Latina (no período 1979-1998), a taxa de desemprego observada durante governos de esquerda e de centro foi relativamente inferior àquela observada durante governos de direita, confirmando o previsto, empiricamente, por Hibbs (1977). Entretanto, a influência ideológica não é observada na variação do PIB e na inflação, já que o autor constatou empiricamente que no ano posterior às eleições acontece um menor crescimento do PIB e um aumento do desemprego e do percentual de inflação independentemente da ideologia de governo.

De acordo com Nakaguma (2006): *a estrutura básica desses modelos baseia-se no seguinte conjunto de equações:*

(1) Uma curva de Philips com expectativas adaptativas para a inflação futura

$$Y_t = \pi_t - \pi_t^e, \quad (1)$$

$$\pi_t^e = \pi_t + \theta \cdot (-\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}), \quad (2)$$

Onde Y_t é o desvio da produção em relação ao produto potencial, π_t é a taxa de inflação e $\theta \in (0,1)$ representa a velocidade de correção dos erros nas previsões passadas.

(2) Uma “Função Perda” para os eleitores

$$L_t = \alpha \cdot (Y_t - Y^*)^2 + (\pi_t - \pi^*)^2, \quad (3)$$

Onde π^* é a inflação ótima e Y^* é o crescimento ótimo dos eleitores.

(3) Uma função de voto retrospectivo, a ser maximizado pelo governante

$$V_t = V \left[\sum_{s=0}^T \delta^s L_{t-s} \right] + \varepsilon_t \quad (4)$$

Onde V_t é o número de votos obtidos pelo governante, com $V'(\cdot) < 0$, e δ é a taxa de desconto dos eleitores.

O comportamento previsto é o de que, nos anos eleitorais, o político deve aumentar a oferta de moeda, de forma a obter via (1), incrementos na produção e, conseqüentemente, por (2) e (3), um melhor resultado nas urnas. No período seguinte, o governo deve produzir uma contração monetária, com o objetivo de diminuir as expectativas inflacionárias e, assim, viabilizar manipulações futuras.

Impulsionados pelos ideais da Hipótese das Expectativas Racionais nas ciências econômicas (e também pela Teoria dos Jogos), os estudos, a partir de meados da década de 1980, passam a levar em consideração a possibilidade de eleitores “racionais”. Ou seja, os eleitores não são mais vistos como ingênuos (para alguns autores considerados “irracionais”) ou até mesmo como incapazes de aprender com os próprios erros, tendo agora, conhecimento do funcionamento da economia, não mais baseando seus votos a partir da performance passada da economia.

Portanto, de acordo com Preussler e Portugal (2002) que citam a questão da inconsistência intertemporal de políticas; ótima proposta por Kydland e Prescott (1977): *“Uma vez que o eleitor tenha presenciado um ciclo político-econômico, não será mais ludibriado por políticos oportunistas, pois sabe que um aumento da atividade econômica no período pré-eleitoral será seguido por uma elevação do nível de preços e recessão após as eleições.”*

Os eleitores agora analisam a competência do governante a partir de sua maneira de administrar a máquina pública. O *policymaker* estaria, então, preocupado em sinalizar o seu “tipo” para o eleitorado, manipulando os instrumentos de política macroeconômica ou os instrumentos de política fiscal.

É neste contexto que se destacam os trabalhos de Cukierman e Meltzer (1986), Rogoff e Sibert (1988), Persson e Tabellini (1990) e Rogoff (1990). Surge então uma segunda fase da teoria dos ciclos políticos (agora denominados *Political Budget Cycles Theory*) em que os *policymakers*, agora se preocupam em demonstrar suas competências administrativas através de manipulações das políticas públicas (o que um governante incompetente seria incapaz de fazê-lo).

Para Ferreira e Bugarin (2006), citando Rogoff (1990): *“A existência de informação incompleta proporciona ao político competente o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar sua probabilidade de reeleição”*.

A questão da ciclicidade política ocorre, portanto, devido a existência de uma assimetria de informação. Assim, os eleitores estariam um pouco defasados no tempo com relação às informações sobre a competência dos governantes.

Para Bittencourt (2002, p. 37):

“A habilidade dos eleitores avaliarem as escolhas políticas dos mandatários é diferente. Uma parcela do eleitorado está, por suposição, “informada” (ou seja, tem acesso ao livre fluxo da informação)...já a outra parcela é “desinformada” e somente observa os instrumentos de política que diretamente afetam sua utilidade...O acesso livre à mídia pode ajudar os eleitores a superar este problema...mas tais informações requerem igualmente recursos (rádio,

televisão, jornais) destreza para processá-la, e tempo, e nenhum destes aspectos é igualmente distribuído entre a população”.

Ainda, segundo o autor, “*Isto parece uma hipótese razoável, uma vez que o governo pode (através de técnicas engenhosas de contabilidade) obstruir a habilidade do eleitor de avaliar a necessidade do endividamento*”.

Nesta fase (*Political Budget Cycles Theory*), representada principalmente pelos modelos de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), a sinalização da competência do *policymaker* evidencia-se na diminuição de impostos no período pré-eleitoral (gerando inflação e elevação da dívida pós-eleições), financiando-se os gastos via senhoriagem ou endividamento. Para os autores, existe uma diferença informacional que pode incentivar a tomada de decisão dos governantes visando à manipulação da política econômica na tentativa de reeleição (dado que os custos de monitoramento podem ser elevados). Tufte (1978) argumenta que empiricamente se observa um maior impacto de transferências governamentais e corte de impostos nos ciclos político-econômicos quando comparados às políticas monetárias.

Cançado e Araújo Junior (2004) analisando Rogoff e Sibert (1988) afirmam que o governante, na tentativa de sinalizar que é um bom administrador e maximizar suas chances de reeleição adota política fiscal expansionista, agrava assim sua situação orçamentária no próximo período e criando os ciclos político-orçamentários (*Political Budget Cycles*). E mais, somente um governante competente conseguiria criar esse ciclo reduzindo os impostos e aumentando os gastos públicos.

Meneguín e Bugarin (2003), afirmam que o *Political Budget Cycle* é um refinamento da teoria de Nordhaus, tendo em Rogoff (1990) o seu marco inicial. Segundo os autores, esta teoria focou a estratégia do governante não na política monetária, mas sim na política fiscal, como a carga tributária, as transferências governamentais e as despesas correntes do governo, concluindo que o governante tende a distorcer a política fiscal, cortando tributos, aumentando transferências e promovendo gastos que tenham visibilidade imediata. Tal comportamento do governante, provavelmente, geraria ou agravaria uma situação de déficit fiscal. Segundo esse estudo, o político mais votado é aquele que tende a gerar maior desequilíbrio nas contas públicas, contrariamente ao político preocupado com os recursos do Estado.

Persson e Tabellini (1990) estabeleceram um modelo que leva em consideração taxa de crescimento do produto (y) e a taxa de inflação (π), e com a inclusão de um termo de competência (capacidade do governo em resolver problemas - α_t):

$$y_t = \bar{y} + \pi_t - \pi_t^e + \alpha_t \quad , \quad (5)$$

Onde:

π_t é a taxa de inflação no período t

π_t^e é a taxa de inflação esperada no período t

\bar{y} é a taxa de crescimento natural do produto

y_t é o taxa de crescimento do produto no período t

α_t é a medida de competência do governante no período t.

Os governantes competentes (ao contrário dos incompetentes) elevarão a taxa de crescimento do produto acima do normal ($y_t > \bar{y}$). E, ainda, segundo os autores: “*Como os votantes não têm informação de qual o tipo de político está no poder, formam suas expectativas de inflação a partir da média da inflação do competente (alta) e do incompetente (baixa), ponderada pela probabilidade de ambos ocorrerem*”. Portanto, a inflação verificada no ano eleitoral será acima das expectativas dos eleitores, se o político for do tipo competente e abaixo, caso contrário.

Martins (2002, p. 12) afirma que:

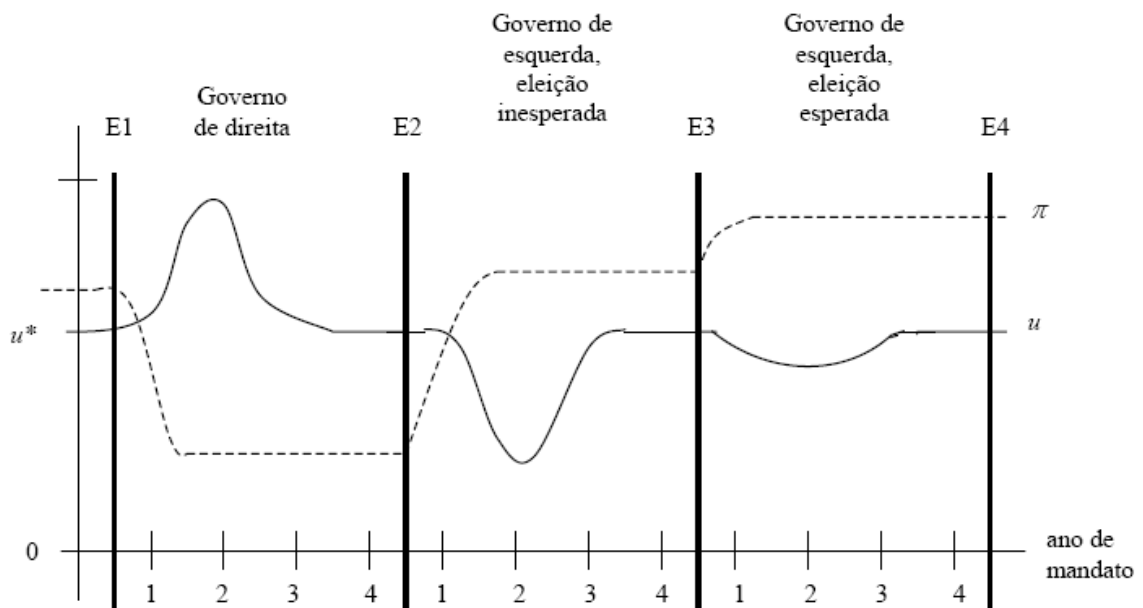
“Em relação ao ciclo de Nordhaus, este tipo de modelos racionais apresentam um mesmo comportamento, no entanto os ciclos são de menor impacto e são provocados apenas muito próximo das eleições, comportando-se o governo fora do timing eleitoral como um maximizador do bem estar, não porque quer, mas porque não tem outra alternativa face ao tipo de eleitores que enfrenta”.

Outra vertente dos ciclos políticos começa, no final dos anos 80, a questionar essa interação entre *policymakers* e eleitores. Segundo esta vertente, representada nos trabalhos de Alesina (1987) e Alesina e Roubini (1992), é necessário levar em consideração algo a mais além do fato de que os eleitores são plenamente racionais e que os partidos políticos, uma vez no poder, direcionam suas ideologias a fim de implementá-las. Esse algo mais é caracterizado pela incerteza sobre as preferências dos eleitores. Ou seja, os partidos políticos podem apresentar projetos distintos, mesmo dividindo as mesmas informações da preferência do eleitorado, já que não há certeza acerca destas preferências. Os eleitores, de acordo com o Gráfico 3, não sabendo qual partido estará no poder, geram expectativas (e negociam seus salários) a partir da probabilidade de cada partido ganhar a eleição (através das pesquisas de intenção de voto).

Portanto, é a presença de um determinado partido político no poder, que justifica a condução da política econômica e/ou fiscal, deixando a margem a questão cíclica oportunista (informações sobre o desempenho da economia acabam tornando-se um pouco irrelevantes).

Observa-se que quanto mais inesperado for o resultado da eleição maior será a flutuação do produto da economia. De acordo com o Gráfico 3, se antes do escrutínio (E2) as pesquisas de intenção de voto indicarem o candidato do governo de direita como favorito, os eleitores irão esperar uma inflação baixa para o ano seguinte (ideologia do partido). Caso o governo de esquerda ganhe a eleição (contrariando o resultado das pesquisas), ele irá reduzir a taxa de desemprego (u) abaixo da sua taxa natural (ideologia do partido) no primeiro ano de mandato, sem com isso aumentar a inflação (pois as expectativas já haviam sido formadas). Após isso, os agentes econômicos reformulam suas expectativas, a taxa de desemprego retorna ao seu nível natural (u^*) e a inflação (π) aumenta.

Gráfico 3



Fonte: Preussler e Portugal (2002)

Quando chegar o período E3 e o resultado da eleição for o esperado, a taxa de desemprego não sofrerá fortes oscilações, pois os agentes já incorporaram essa informação ao formarem suas expectativas de inflação.

Sakurai (2004), ao analisar Alesina (1987) e Alesina e Roubini (1992), faz uma observação importante desta linha de análise em relação ao fato dos partidos políticos poderem adotar estratégias convergentes (evitando flutuações na economia) optando por uma

política econômica intermediária entre as defendidas por cada um deles; ao equalizar a probabilidade de eleição de cada partido no longo prazo.

O Quadro 1 resume as quatro vertentes dos ciclos políticos, bem como seus principais referenciais teóricos, até aqui analisados. De um lado a dicotomia dos eleitores (agentes econômicos) e suas expectativas. De outro, a dicotomia dos *policymakers* e seus partidos. Já o Quadro 2, resume as principais conclusões destas quatro vertentes em relação às principais variáveis econômicas e às políticas monetárias e fiscais.

Quadro 1

	Hipóteses	PARTIDOS	
		OPORTUNISTAS	IDEOLÓGICOS
VOTANTES	TRADICIONAIS	<i>Teoria Oportunista Tradicional</i> Nordhaus (1975) Lindbeck (1976)	<i>Teoria Partidária Tradicional</i> Hibbs (1977) Frey e Lau (1968)
	RACIONAIS	<i>Teoria Oportunista Racional</i> Rogoff e Sibert (1988) Rogoff (1990)	<i>Teoria Partidária Racional</i> Alesina (1987) Alesina e Sachs (1988)

Fonte: Adaptado de Martins (2002)

Quadro 2

	Teoria Oportunista		Teoria Partidária	
	Tradicional	Racional	Tradicional	Racional
Taxa de Inflação	Elevação da inflação no período pré-eleitoral estendendo-se durante alguns trimestres após as eleições. Em seguida diminui.	Comportamento idêntico aos dos modelos tradicionais, mas com efeitos menores tanto na duração quanto na dimensão.	Inflação permanentemente elevada quando um partido de esquerda está no poder e permanentemente baixa quando um partido de direita governa.	Inflação permanentemente elevada quando a esquerda governa.
Taxa de crescimento do PIB e Taxa de Desemprego	A partir do 3º ou 4º ano de mandato a taxa de crescimento do PIB em contraste acima do normal (desemprego abaixo do normal). Há queda da taxa de crescimento do PIB após as eleições (aumento do desemprego).	Não existe um ciclo regular na taxa de crescimento do PIB e taxa de desemprego.	Taxa de crescimento do PIB Permanentemente elevado e taxa de desemprego permanentemente baixo quando um partido de esquerda está no poder. O contrário quando um partido de direita governa.	Taxa de crescimento do PIB temporariamente acima do seu valor natural e desemprego temporariamente abaixo do seu valor natural após a vitória de um partido de esquerda. O contrário se ganhar um partido de direita.
Política Monetária	As políticas monetária e fiscal são expansionistas a partir do último ou penúltimo ano antes das eleições e contracionistas na primeira metade do mandato.	As políticas são expansionistas nos últimos 2 ou 3 trimestres que precedem uma eleição e contracionistas 2 ou 3 trimestres após as eleições. Os efeitos são menos intensos e de duração menor em relação ao modelo tradicional.	A taxa de crescimento da oferta de moeda deve ser mais Elevada com governos de esquerda e, como a inflação é Também mais elevada, as taxas de juros também o devem ser.	
Política Fiscal			Os governantes de esquerda são mais propensos a déficits Orçamentais, apesar de também serem mais propensos a aumentar os impostos.	

Fonte: Salvato *et alii* (2007), adaptado de Martins (2002).

1.1.1 – O Instituto da Reeleição no Brasil

A emenda constitucional nº16 de 1997 introduziu o instituto da reeleição no Brasil, que até então era proibido para os candidatos a chefe do poder executivo. Desde a primeira Constituição (1891) à atual (1988), os legisladores entendiam que não cabia a reeleição no caso brasileiro. Portanto, ainda não se discutia no meio acadêmico, para o caso brasileiro, sobre as tendências de manipulações da peça orçamentária com objetivos de reeleição do chefe do poder executivo.

No escrutínio de 1998, com a possibilidade de reeleição implantada, foi observado que não somente o presidente como também vários governadores foram mantidos no poder. Nas eleições municipais de 2000, também observamos uma certa tendência de permanência dos prefeitos que disputavam o pleito. Tal constatação, aliada às experiências anteriores, reuniu um número razoável de lideranças políticas para discutir sobre a supressão da possibilidade de reeleição para os governantes. Um dos argumentos para essa nova alteração constitucional é a quase impossibilidade de se controlar o uso da “máquina governamental” em proveito daqueles que desejam continuar no poder, criando um viés favorável aos ocupantes de cargos públicos. Além disso, argumenta-se que longos períodos de governo – como os favorecidos pela reeleição – tendem a impulsionar a corrupção, pois aumentam as chances de se formarem grupos destinados a se aproveitar de sua posição na administração pública para fins ilegítimos. Considerando a importância que os eleitores atribuem ao desempenho da economia no momento de votar, fica clara a existência de um incentivo para que um político no poder tente induzir maior crescimento econômico em períodos próximos às eleições de forma a receber o bônus eleitoral desse crescimento.

Por outro lado, a reeleição pode ser vista como um mecanismo de controle político, na medida em que o eleitorado, no âmbito do seu exercício de cidadania, poderia punir aqueles candidatos que se saíram mal na administração pública e premiar aqueles que se saíram bem.

Para Nakaguma e Bender (2006, p.378):

“A questão reside em se determinar qual entre duas forças contrárias tem prevalecido: se o oportunismo eleitoral, que estimula o governante a adotar políticas expansionistas com o intuito de elevar a probabilidade de se reeleger, ou se o controle político exercido pelo eleitorado, que restringe o uso discricionário e de finalidade meramente “eleitoreira” dos instrumentos políticos. A primeira tendência é enfatizada pelos modelos de ciclos eleitorais oportunistas, enquanto a segunda é ressaltada pelos modelos de controle eleitoral”.

1.2 – Estudos Empíricos

Contrariando as perspectivas do modelo de Nordhaus (1975), Alesina, Roubini e Cohen (1992), utilizando dados em painel, testaram a teoria dos ciclos político-econômicos, entre 1960 e 1987, para dezoito países desenvolvidos com regimes democráticos. Os autores estimaram modelos autoregressivos do crescimento do produto e das taxas de inflação e desemprego, colocando variáveis *dummy* nos períodos eleitorais. A partir dos resultados gerais rejeitam a hipótese de ciclos oportunistas. Entretanto, encontraram-se evidências de ciclos eleitorais no crescimento do produto e na taxa de inflação na Nova Zelândia e na Alemanha. A grande questão aí relacionada é o fato de o *Bundesbank*, diferentemente do neozelandês (que havia passado por uma reforma institucional no início dos anos 90), ser considerado o banco central com o maior grau de independência.

No Brasil, Cossio (1998), utilizando a metodologia de dados em painel, analisou o comportamento fiscal dos estados brasileiros durante o período de 1985 a 1997. O autor considerou em sua análise o monitoramento da população e dos partidos políticos sobre as despesas públicas. Além disso, o autor incluiu uma variável denominada *fragmentação partidária* a fim de detectar a influência nos gastos públicos quando o governante consegue (ou não) formar uma maioria na Assembléia Legislativa e uma variável a fim de captar uma evolução temporal da variável de pendente denominada *tendência*. O autor encontrou evidências estatisticamente significativas (*dummy* de ano eleitoral) que sugerem a existência de ciclos políticos para as despesas estaduais em anos eleitorais. Além disso, os resultados mostraram que um maior grau de participação da sociedade no processo político levaria a uma maior disciplina fiscal do governante e uma maior dificuldade em formar maiorias de governo estaria relacionada de forma positiva com um maior volume de gastos, ou seja, uma maior dificuldade em realizar um ajuste fiscal e, ainda, que há uma maior rigorosidade no ajuste fiscal por parte dos partidos aliados do partido do presidente da República no período analisado. Para as *dummies ideologia partidária e competitividade* não foram encontradas evidências estatisticamente significativas.

Preussler e Portugal (2002) objetivaram investigar a ocorrência dos ciclos político-econômicos nas variáveis macroeconômicas (PIB e taxas de desemprego e inflação), nos instrumentos de política econômica / fiscal (despesa total do governo, déficit de caixa do tesouro nacional, gastos com pessoal e transferências aos estados e municípios) e na taxa de juros nominal no Brasil entre 1980 e 2000. Utilizando modelos autoregressivos integrados de médias móveis (ARIMA) com variáveis *dummy* de intercepto nos meses que antecedem às eleições, os autores não encontraram evidências de ciclos políticos no PIB, taxa de

desemprego, nos instrumentos de política fiscal (exceto na despesa total do governo) e na taxa de juros nominal. Entretanto, os autores encontraram evidências de ciclos políticos na taxa de inflação (detectando uma tendência de queda nos 6 meses que antecedem as eleições).

Uma crítica a ser feita neste estudo diz respeito a afirmação dos autores sobre os gastos do governo:

“Ao realizarmos os testes econométricos que visam comprovar a existência de ciclos político-econômicos nas séries mensais da despesa total e do déficit fiscal do Tesouro Nacional, devemos ter cautela ao modelarmos as variáveis *dummy* que irão captar o oportunismo político. Como estes dados foram registrados pelo critério de caixa ao invés de competência, não podemos esperar o comportamento usual proposto pela teoria, pois o pagamento dos gastos do setor público envolve certos procedimentos burocráticos que geram uma diferença temporal entre o fato gerador da despesa e o seu efetivo pagamento” (Pág. 13)

Entretanto, nos artigos 35 e 36 da lei 4320/64, observamos que existe um critério misto de apropriação das receitas e despesas:

- Pertencem ao exercício financeiro:
 - I - as receitas nele arrecadas;
 - II - as despesas nele legalmente empenhadas.
- Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

De acordo com Silva (2003): “...*é preciso distinguir as regras de elaboração e aprovação do orçamento das normas que regem o sistema contábil, visto que as primeiras estão submetidas ao denominado regime misto, de caixa para as receitas e de competência para as despesas, enquanto as segundas devem utilizar o regime de competência total, fazendo os ajustes necessários para a apuração correta dos resultados de cada exercício*”.

Para Piscitelli, Timbó e Rosa (1999): “ Diz-se que a despesa está processada quando já transcorreu o estágio da liquidação”.

Para Mota (1998): “...todo o ingresso de recursos financeiros autorizados é considerado (intitulado) Receita, e todo o desembolso, **quer imediato ou no futuro**, de recursos financeiros autorizados é considerado (intitulado) Despesa”.

Ou seja, fica evidente que na área governamental, as despesas são contabilizadas pelo regime de competência – e não pelo regime de caixa como afirmam os autores.

Com o objetivo de identificar a presença de ciclo político-econômico nos gastos dos governos estaduais brasileiros no período de 1983 a 2000, Bittencourt (2002) analisou, através de uma abordagem de dados em painel não balanceado (pois nem todas as variáveis dependentes têm o mesmo número de observações), o comportamento das receitas (corrente, tributária e a de capital) e despesas (corrente, pessoal e encargos e investimentos e inversões)

públicas, além do resultado orçamentário e das despesas por função (agricultura, comunicação, defesa nacional e segurança pública, desenvolvimento regional, educação e cultura, energia e recursos minerais, habitação e urbanismo, indústria, comércio e serviços, saúde e saneamento, assistência e previdência, trabalho e esporte). O autor encontra evidências de ciclos político-econômicos de caráter oportunista nos instrumentos de política fiscal nos estados da seguinte forma:

- 1- Em relação às receitas públicas, não se pode afirmar que há redução na arrecadação em períodos próximos às eleições;
- 2- a despesa pública é claramente afetada pela proximidade das eleições;
- 3- o resultado orçamentário é a variável mais afetada pelo ciclo eleitoral;
- 4- O padrão do ciclo não é uma contração da despesa no início do mandato e uma recuperação contínua até a eleição;
- 5- A defasagem entre o desembolso do recurso e o efeito sobre o bem-estar do eleitor é considerada pelo político;
- 6- A ideologia, via de regra, parece não influenciar significativamente o comportamento fiscal;
- 7- Não se tem uma idéia conclusiva sobre o efeito da identificação política entre as esferas do governo sobre as despesas nos estados;
- 8- Há indícios de que a despesa pública cresce quando o poder Executivo possui maioria na Assembléia legislativa e
- 9- A competição eleitoral parece induzir a um Estado menor e gerar claras preferências em relação a alguns gastos.

Pettersson-Lidbom (2001), ao observar 288 municípios suecos entre os anos de 1974 e 1988, detectou a presença de ciclos-políticos *à la Rogoff* através de uma análise de dados em painel, a partir do seguinte modelo funcional:

$$G_{it} = \alpha + \lambda ELE_{it} + \varepsilon_{it}. \quad (6)$$

Este modelo, generalizado, pode ser entendido como a maneira que os *policymakers* manipulariam os instrumentos de política econômica disponíveis com o objetivo de se reelegerem. G é o volume de recursos despendidos pela prefeitura, ELE é uma variável *dummy* que assume o valor 1 em anos eleitorais e 0 nos demais anos e ε o termo de erro. Este termo pode ser entendido como a fração dos gastos que não é determinada por fatores

eleitorais. O subscrito i refere-se a cada município considerado na amostra e t , cada ano analisado. Portanto, a previsão do autor é esperar que em anos eleitorais (em que se observaria um impulso de despesas) que $\lambda > 0$.

A partir deste modelo, o autor analisa o volume de receitas e despesas em função de uma *dummy* de ano eleitoral e leva em consideração, variáveis de controle, que vêm a ser um conjunto de “ m ” variáveis de controles determinantes do volume de gastos realizados pelas prefeituras municipais (supostamente exógenas, ou seja, que estão além da influência de quaisquer fatores políticos) como a proporção de jovens e idosos na população, tamanho da população, renda *per capita*, densidade populacional, crescimento do PIB e receita de transferências governamentais. O modelo passa então a ficar da seguinte forma:

$$G_{it} = \alpha + f_i + \lambda_1 \cdot ELE_t \cdot REEL_{it} + \lambda_2 \cdot ELE_t \cdot (1 - REEL_{it}) + \sum_{m=1}^M \gamma_m \cdot CONTROLES_{it} + \varepsilon_{it} \quad , \quad (7)$$

em que o termo REEL vem a ser uma variável dicotômica que assume o valor 1 caso o governante (ou partido) seja reeleito e 0 no caso contrário, f_i é o efeito fixo, responsável por captar (controlar) eventuais efeitos não observáveis intrínsecos a cada município, e que permanecem constantes ao longo do tempo. Os resultados mostram um maior volume de recursos gastos e um menor volume de arrecadação de receitas nos anos eleitorais. O autor conclui que nos municípios com maior proporção de jovens e idosos é também o com maior renda *per capita*, os governantes tendem a gastar mais no período eleitoral. E, por outro lado, nos municípios com uma maior população, uma maior densidade populacional e um maior crescimento do PIB, governantes tendem a gastar menos. Em um segundo momento, o autor encontra evidências estatisticamente significantes de que a probabilidade de reeleição do governante seria influenciada somente pela sua competência (e não pelo volume de gastos previstos pelos eleitores) configurando, assim, evidências de ciclos eleitorais racionais.

Cançado e Araújo Junior (2004) analisaram as despesas de custeio, de investimento, a receita total, a receita tributária, além do PIB de 835 dos 853 municípios do estado de Minas Gerais, com enfoque nas eleições do ano de 2000. Os autores observaram que pertencer ao mesmo partido do governador do estado apareceu como sendo fator facilitador para a reeleição de um prefeito. A variável mais importante foi pertencer ao mesmo partido do presidente da República. A despesa de custeio confirmou que o eleitor penaliza aqueles que gastam demasiadamente com a manutenção da máquina pública (apresentou sinal negativo em todas as regressões). Concluíram também que os eleitores premiam os governantes que

conseguem recursos para o município e, ainda, que quanto maior a renda do município, mais difícil se torna para um governante se reeleger, contudo esse efeito é muito pequeno.

Martins (2002), buscando evidências da existência de ciclos políticos em Portugal, analisou variáveis macroeconômicas, orçamentárias e monetárias no período de 1977 a 2000 (a análise dos dados políticos começou a partir de 1985). Partindo de observações trimestrais da taxa de crescimento do PIB, taxa de inflação, taxa de desemprego, despesas correntes, despesas totais, déficit orçamentário, emissão de moeda e taxa de juros, o autor utilizou dois tipos de análise: uma gráfica das séries temporais e outra econométrica. Na primeira análise, o autor detectou, a olho nu, uma tendência oportunista sistemática na política monetária que se veio a confirmar econometricamente, e um oportunismo pontual nas variáveis orçamentárias, para o ano eleitoral de 1991, embasado no aumento dos gastos do Estado. Na segunda análise, o autor rejeita a hipótese de existência de ciclos partidários e aceita a hipótese de existência de um oportunismo, especialmente na taxa de desemprego e na política monetária. Não foram encontradas evidências de ciclos políticos nas variáveis orçamentárias, entretanto encontrou-se um certo oportunismo pontual na análise gráfica do déficit orçamentário. O autor conclui afirmando que:

“...a análise econométrica fundamenta-se em regularidades que associamos a acontecimentos, eleições, e estas são sempre diferentes umas das outras. Diferentes pelo papel das ideologias em confronto, ideologias dos líderes, conflitos sociais, conflitos partidários, idéias e crenças sugeridas pela comunicação social, aspirações dos eleitores...Ou seja, as nossas variáveis mudas são variáveis muito limitadas, ou de outra forma, carregam uma informação complexa e não homogênea. Aplicar modelos lineares com estas variáveis acaba por ser limitador. Outra solução não existe porque os dados disponíveis não possibilitam o ensaio de outras formas de estimação e de construção de variáveis. Mas o que não podemos esquecer é que aqui a análise gráfica não é “menor” que a econométrica, porque afinal a primeira não se limita à linearidade e dicotomia da segunda”. (Pág. 34)

Os resultados empíricos de Veiga e Veiga (2004) revelaram a existência de ciclos políticos para os municípios portugueses entre os anos de 1979 e 2000. Foram analisados os 278 municípios e seis eleições. Os autores encontraram evidências de que, em anos eleitorais, os governantes aumentam os déficits e as despesas municipais (fazendo crescer o emprego municipal), com destaque para as despesas de capital e, dentro destas, as de investimento na rubrica *construções diversas*, em especial: *viadutos, arruamentos e obras complementares e Viação rural e outros* (despesas altamente visíveis pelo eleitorado). Os resultados sugerem que os governantes dos partidos de esquerda tendem a aumentar mais as despesas nos anos de eleições que os de direita.

Ferreira e Bugarin (2004) utilizaram a metodologia de dados de painel com efeitos fixos, controlando possíveis efeitos decorrentes de tendência temporal e ciclos eleitorais para

uma amostra de 617 municípios a fim de analisar o papel das transferências voluntárias (transferências correntes dos estados somada a transferências de capital dos estados) no resultado das eleições municipais no Brasil no período de 1998 a 2002. Foram encontradas evidências de ciclos eleitorais, sobretudo nas eleições estaduais, ou seja, nos anos de eleições para governadores, estes, provavelmente na tentativa de receber apoio dos prefeitos, aumentam a quantidade de recursos destinada a transferências voluntárias para os municípios. Os autores inclusive propuseram um modelo de sinalização adaptado de Rogoff (1990) para o federalismo fiscal brasileiro e observaram que mesmo com a possibilidade de o prefeito ser incompetente (com choque de aparência desfavorável) o eleitorado poderá reelegê-lo dependendo do montante recebido de transferências voluntárias. O inverso também é verdadeiro, ou seja, pode ocorrer a possibilidade de o prefeito ser competente (com choque de aparência favorável) e ainda assim, o eleitor preferir o candidato da oposição.

Utilizando a mesma metodologia citada anteriormente, Ferreira e Bugarin (2006) estenderam a amostra para 2090 municípios brasileiros, aumentando também o período de análise para os anos de 1999 a 2004 ratificando os resultados encontrados anteriormente.

Sakurai (2004) analisou o comportamento fiscal de 572 municípios do Estado de São Paulo ao longo de 13 anos, ou seja, durante os anos de 1989 a 2001 (englobando três eleições) utilizando também a metodologia de dados em painel. Foram analisadas as variáveis: Despesa Orçamentária, Despesa Corrente, Despesa de Pessoal, Despesas com Transferências Correntes, Despesa de Investimentos e Receita Orçamentária. As despesas consideradas pelo autor foram as efetivamente executadas e não aquelas fixadas na Lei Orçamentária. O autor considera uma forma funcional semelhante à utilizada por Meneguín & Bugarin (2001) e Cossio (1998) para dados em painel em que são incluídas *dummies* para os partidos políticos (PFL, PPB/PDS, PMDB, PSDB, PTB e Outros partidos) a fim de analisar a ideologia partidária no comportamento das despesas. Também foi considerada a hipótese de coincidência entre os partidos do prefeito e do governador a fim de controlar potenciais efeitos que poderiam ser gerados nas despesas através da coincidência partidária entre estes dois níveis de governo. Além disso, foi considerado também o efeito fixo de cada município (f_i) e o componente de erro (v_{it}) conforme segue abaixo:

$$CD_{it} = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{Receita}_{it} + \beta_2 \cdot \text{PFL}_{it} + \beta_3 \cdot \text{PPB/PDS}_{it} + \beta_4 \cdot \text{PMDB}_{it} + \beta_5 \cdot \text{PSDB}_{it} + \beta_6 \cdot \text{PTB}_{it} + \beta_7 \cdot \text{Outros partidos}_{it} + \beta_8 \cdot \text{Prefeito \& Governador}_{it} + \text{dummies de ano} + f_i + v_{it}, \quad (8)$$

em que **CD** representa cada um dos componentes da despesa municipal selecionados; **Receita** é a receita municipal; **i** designa cada município da amostra e **t**, cada ano da amostra.

Foram encontradas evidências estatisticamente significativas de ciclos políticos (principalmente no ano eleitoral de 1992) no comportamento das despesas dos municípios paulistas. A exceção foi a despesa com transferências correntes embora seja o único caso em que é observado um maior grau de diferenciação dos partidos em relação ao partido de referência (PT). O autor observou ainda uma queda nas despesas de investimentos realizadas pelas prefeituras analisadas em contraposição a um aumento nas despesas de consumo. Para o autor, este fato pode prejudicar a obtenção de um crescimento sustentado por parte dos municípios e ampliar (ainda mais) sua dependência em relação aos recursos oriundos de transferências do Estado e da União. Não foram encontradas evidências estatisticamente significantes em relação ao teste para os partidos políticos, ou seja, há uma baixa consistência ideológica por parte dos partidos políticos brasileiros, notadamente em esferas menos agregadas do poder político. Em termos mais específicos, o autor encontrou os seguintes resultados: o PT é o partido que menos gasta em transferências correntes; os maiores gastos agregados do PFL e do grupo “outros partidos” têm como origem seus maiores gastos em investimentos públicos; os maiores gastos agregados observados para o PTB e para o PPB/PDS têm como origem seus maiores gastos em despesas de pessoal; o PSDB também se destaca por despender maiores recursos em despesas de pessoal.

Sakurai (2004) inclui em sua análise; variáveis exógenas – seguindo a metodologia utilizada em Pettersson-Lidbom (2001) – tais como o grau de urbanização dos municípios paulistas, a população infantil / jovem (indivíduos com idade de zero até 14 anos de idade) e idosa (indivíduos com idade acima de 65 anos), o total da população e o PIB. O autor encontra para o ano de 2000 resultados distintos dos obtidos para os anos eleitorais de 1992 e 1996. Nestes, nenhum dos elementos considerados influenciaria a probabilidade de reeleição do partido do prefeito.

Gonçalves e Fenolio (2007) analisaram a influência do calendário eleitoral sobre a condução da política monetária - mais precisamente a taxa Selic - do primeiro trimestre de 2000 ao quarto trimestre de 2006 (com *dummies* políticas para as eleições de 2000, 2002, 2004 e 2006). Os autores não encontraram evidências de que a taxa Selic tenha sido manipulada com fins eleitoreiros, sugerindo uma independência da autoridade monetária brasileira desde a implantação do regime de Metas de Inflação em 1999.

Utilizando os modelos auto-regressivos integrados de médias móveis (ARIMA), Salvato *et al* (2007) investigaram a taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego, taxa de inflação, despesa governamental e déficit público no Brasil, no período de 1985 a 2006. Os

autores não rejeitaram a hipótese de ter havido manipulações eleitorais sistemáticas no Brasil entre 1985 e 2006. Os resultados foram estatisticamente significativos para todas as variáveis analisadas.

Alguns estudos acerca dos ciclos políticos foram realizados tendo como alvo os países subdesenvolvidos, constatando que os ciclos orçamentários são mais intensos. Nakaguma (2006) faz referência a estes estudos, destacando os trabalhos de Gonzalez (1999) e Shi e Svensson (2006). O autor ainda cita os trabalhos de Krueger e Turan (1993) para a Turquia, Kraemer (1997) para a América Latina, Khemani (2001) para a Índia, Block (2000) para os países da África Sub-saariana, Akhmedov e Zhuravskaya (2004) para as províncias russas e Schuknecht (1996) e Block (2002) para um painel de países em desenvolvimento. Ainda, segundo o autor, a explicação teórica, seguindo Rogoff (1990), residiria no fato de que quanto maior o grau de transparência política, menor a necessidade de uso dos ciclos como instrumento sinalizador - para Brender e Drazen (2004), os ciclos nos países subdesenvolvidos seriam mais intensos devido à falta de transparência política, fato que dificultaria o monitoramento adequado do comportamento dos governantes.

Akhmedov e Zhuravskaya (2004), analisando as províncias russas de 1995 a 2003 por meio de um painel de dados mensais, detectaram a presença de ciclos eleitorais para certos tipos de gastos, como investimento em infra-estrutura e educação (apesar de serem avessos à produção de déficits). Apesar disto, os autores concluem que a magnitude dos ciclos diminui com a democracia, com a transparência governamental, com a liberdade de imprensa, com a consciência dos eleitores e com o passar do tempo.

Schuknecht (1996) encontrou evidências de ciclos oportunistas no comportamento do déficit fiscal, através da expansão dos gastos públicos (ao invés da redução da carga tributária). O autor utilizou a metodologia de dados em painel para uma amostra de 35 países em desenvolvimento entre 1970 e 1992.

1.3 – Outras Linhas de Pesquisa

Existe uma vertente, na literatura dos ciclos políticos, que enfatiza a questão do “controle eleitoral”. Dentre os estudos precursores, nesta linha de pesquisa, destacam-se os trabalhos de Barro (1973) e Ferejohn (1986) em que a reeleição é vista como um instrumento efetivo para reduzir os desvios de recursos destinados ao retorno privado do governante - neste caso, não haveria necessidade de aumentos de impostos ou substituição de projetos almejados pelo eleitorado por projetos que gerem esta *political income* – e, também, como

forma de incentivo para o governante se esforçar mais para realizar uma melhor administração.

Nesta linha de pesquisa, Besley e Case (1995) concluíram que governantes estadunidenses em último mandato produziram déficits mais elevados, no período de 1950 a 1986.

Meneguín e Bugarin (2001) analisaram a probabilidade de reeleição, para o caso dos estados brasileiros, em função do déficit público. Os autores observam que o *policymaker* tende a gastar mais quando não espera ser reeleito e a ser mais contido quando espera sucesso na reeleição (analisando a despesa orçamentária total em função da receita orçamentária e do estoque da dívida consolidada). Portanto, o instituto da reeleição gera uma externalidade positiva nas contas públicas, na medida em que tende a tornar o governante estadual mais responsável do ponto de vista fiscal. Ainda, segundo o estudo, quanto maiores forem as chances de o governador se perpetuar no cargo, por meio de outros mandatos, mais cautela ele terá com relação aos déficits públicos estaduais.

Já em 2003, esses autores analisaram a probabilidade de reeleição, também no Brasil, em função das variáveis fiscais nas eleições municipais de 2000 e concluem que as chances de reeleição diminuem à medida que a despesa per capita aumenta. Observam, ainda, que os eleitores premiam as despesas de capital (obras públicas) em detrimento da despesa corrente. E ainda, que os eleitores premiam o governante que consegue recursos para o município, em especial os que não são obtidos via política tributária. Os resultados confirmaram o achado em 2001, em que os próprios autores observaram que se a probabilidade de reeleição for baixa, os gastos públicos tornam-se maiores, pois o instituto da reeleição incentiva os governos a não contraírem grandes empréstimos no primeiro mandato, já que há chances de o próprio governante (caso reeleito) ter que arcar com o ônus dos empréstimos contraídos, o que diminuiria a receita pública disponível no futuro. Portanto, o *policymaker* que pretende se reeleger, tende a controlar os gastos públicos, pois suas chances de reeleição diminuem à medida que a despesa per capita aumenta. Para os autores, os resultados permitem inferir que o comportamento dos eleitores brasileiros se assemelha aos dos estadunidenses evidenciado em Peltzman (1992), segundo o qual os eleitores tendem a punir governantes que implementam políticas fiscais muito frouxas. Além disso, os dados municipais utilizados nesta análise confirmaram, sendo que com muito mais precisão, o estudo anterior desenvolvido em Meneguín e Bugarin (2001).

Araújo Júnior, Shikida e Silva (2003) analisaram os municípios mineiros para a eleição de 2000 e observaram que a reeleição funciona como um mecanismo incentivador do comportamento fiscal mais responsável por parte dos *policymakers*, com exceção daqueles

emancipados recentemente. O governante, tendo chance de ser reeleito não contrai dívidas excessivas, entretanto, não sendo candidato (ou sem chances de ser reeleito), tenderá a elevar o nível da dívida pública a fim de comprometer a performance do novo governante.

Ferraz e Finan (2005) mostraram que os prefeitos brasileiros que não puderam se reeleger, possuíam incentivos maiores para a corrupção. Os autores, inclusive quantificaram os desvios de recursos, chegando à quantia de R\$188.431,00 (aproximadamente US\$70.000 – cálculos da época) e ainda, a taxa 23% a mais de incidência de irregularidades administrativas.

Nakaguma e Bender (2006) analisaram o impacto da Emenda da Reeleição e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no comportamento fiscal dos estados brasileiros entre 1986 e 2002. Os autores analisaram diversos componentes tanto do lado das despesas quanto das Receitas, além de algumas despesas por função como Segurança Pública, Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Assistência e Previdência e Transporte. Foram incluídos no modelo três variáveis *dummies*: uma para o ano pré-eleitoral, uma para o ano eleitoral e outra para o ano pós-eleitoral a fim de captar o ciclo eleitoral em seu todo, e não somente nos anos eleitorais. Além disso, também foi incluída uma variável com a finalidade de captar uma tendência determinística, ou seja, uma variação da amplitude dos ciclos eleitorais ao longo do tempo, assumindo valor igual a 1 para os anos de 1986, 2 para os anos de 1990, até o valor 5 para o ano de 2002 e zero para os demais anos em que não houve eleições.

Os autores concluíram que a Emenda da Reeleição elevou a arrecadação corrente, assim como o valor das operações de crédito, evidenciando haver uma maior predisposição para o endividamento por parte dos candidatos à reeleição. Os autores também observaram significativa elevação do gasto corrente, além do direcionamento dos gastos, nos anos eleitorais, para os setores mais visíveis, como educação e transporte, diminuindo, em contrapartida, o dispêndio com saúde e saneamento, e assistência e previdência. Portanto, o incentivo para a manipulação “eleitoreira” das políticas públicas com vistas à reeleição tem prevalecido sobre o controle eleitoral. Apesar disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal contribuiu para o controle do endividamento e melhoria do gasto público, já que se observou uma redução das receitas de capital e das operações de crédito, elevando, por outro lado, a arrecadação tributária. Além disto observou-se também uma redução das despesas de custeio e de capital (em razão dos limites impostos, pela LRF, para os gastos com pessoal e da limitação do endividamento dos Estados). Os autores também concluíram que, a exceção dos gastos com educação, que é significativamente maior sob administrações de esquerda, as diferenças partidárias não influem de maneira relevante no comportamento fiscal dos Estados.

Por fim, observou-se que a amplitude dos ciclos políticos tem diminuído ao longo do tempo, fato que pode ser atribuído ao amadurecimento do eleitorado.

Em Nakaguma (2006), incluíram-se as variáveis Transferências Correntes e Resultado Primário, além daquelas citadas anteriormente. Foi observado que a Emenda da Reeleição implicou em um aumento nas Transferências Correntes enquanto a LRF acarretou significativa redução destas. Os resultados também mostraram, ao contrário do citado anteriormente, que as variáveis político-partidárias desempenham um importante papel na determinação da política fiscal dos Estados, de modo que os governos de esquerda apresentam receitas total e corrente, em média, maiores do que os demais.

O autor também analisou a variação da magnitude dos ciclos eleitorais conforme o nível de transparência das instituições políticas de cada estado. Neste sentido, o autor inclui no modelo; variáveis como percentual de domicílios com computador, número de estações de rádio por cem mil habitantes, percentual de domicílios com acesso a internet, percentual de habitantes alfabetizados e percentuais de habitantes residentes no setor urbano. Entretanto, os resultados indicaram que a magnitude dos ciclos políticos não diminui com o aumento do grau de transparência vigente nos estados. Além disso, o autor analisou também a questão do comportamento do eleitorado com a finalidade de saber se os mesmos são capazes de identificar e punir os políticos oportunistas, e se são capazes de captar as sinalizações de competência emitida pelos *policymakers*. Os resultados mostraram que os eleitores recompensam a parcela oportunista dos ciclos eleitorais e que a sinalização de competência (preponderantemente através da Receita Orçamentária) passou a assumir significância apenas no período final da amostra. O autor observou que o simples fato de estar no poder representa um significativo aumento na probabilidade de reeleição e que os candidatos pertencentes ao mesmo partido do presidente receberam uma menor margem de votos, refletindo o desgaste deste ao longo do mandato. O autor conclui afirmando que:

“os ciclos eleitorais existem nas “democracias jovens” e vão se reduzindo com a experiência adquirida pelo eleitorado ao longo das eleições; ao mesmo tempo, o nível de controle político se eleva e os eleitores passam a punir as manipulações “eleitoreiras”, tornando-se “fiscalmente conservadores”” (Pág. 72).

Existe, ainda, uma outra linha de pesquisa apoiada na literatura sobre Escolha Pública (*Public Choice*), ou seja, existe uma outra abordagem que busca analisar a relação entre economia e política, por exemplo através do calendário eleitoral. Esta abordagem analisa o comportamento e o impacto distributivo das agências reguladoras do governo sem considerar a ciclicidade político-econômica. Dentre os estudos precursores nesta linha de pesquisa, destacam-se os trabalhos de Stigler (1971) e Peltzman (1976), em que o conflito de interesses

privados que a estratégia governamental afetará versus interesses eleitorais (do próprio governo) é o elemento determinante das políticas reguladoras.

Paiva (1994) combina os elementos das duas correntes, levando em conta como a diferenciação entre períodos próximos e distantes das eleições afeta a estratégia do agente regulador, afetando o comportamento dos preços em um mercado regulado. Analisando o comportamento do preço da gasolina no Brasil, no período de 1969 a 1984, o autor encontra evidências de manipulações “eleitoreiras” nos preços praticados. Entretanto, o próprio autor levanta uma crítica ao modelo aplicado na medida em que supõe um comportamento do consumidor que não é, a princípio, compatível com as expectativas racionais.

Em seguida, Paiva e Moita (2006) analisaram o comportamento do preço da gasolina em um painel de 32 países desenvolvidos e em desenvolvimento (inclusive o Brasil) durante os anos de 1978 a 2004. Os autores encontraram evidências estatisticamente significantes de ciclos políticos para os preços praticados neste segmento de mercado.

Existem ainda alguns estudos que analisam a interação entre os ciclos políticos e os movimentos do mercado de ações. Podemos citar Santa-Clara e Valkanov (2003), que analisaram a relação entre eleições presidenciais e o comportamento do mercado ações no período de 1927 a 1998, nos Estados Unidos, e Döpke e Pierdzioch (2006), na Alemanha. Estes últimos buscavam confirmar as evidências de que o retorno no mercado de ações afeta a popularidade dos governantes. Entretanto, não encontraram evidências de ciclos políticos para o mercado de ações alemão. Em contraste com as evidências empíricas encontradas para o mercado de ações nos Estados Unidos, os autores não encontraram evidências de que o retorno no mercado de ações tenda a ser maior nos governos de esquerda do que nos governos de direita.

O quadro 3 apresenta uma síntese dos principais trabalhos empíricos que enfatizaram suas análises nos ciclos oportunistas.

Quadro 3

Autor / Ano	Variáveis Testadas	Países da Amostra	Resultados Gerais
Tufte (1978)	Transferências	E.U.A	Positivo
McCallum (1978)	Desemprego	E.U.A	Negativo
Beck (1987)	Crescimento Monetário	E.U.A	Positivo
Alesina (1988)	Transferências	E.U.A	Positivo Fraco
Lewis-Beck (1988)	Produto, Desemprego	OCDE (sem E.U.A)	Negativo
Keech e Pak (1989)	Transferências	E.U.A	Positivo Fraco
Grier (1989)	Crescimento Monetário	E.U.A	Positivo
Alesina e Roubini (1992)			Negativo p/Modelos Oportunistas em geral e Positivos p/efeitos partidários e p/Inflação e oferta de moeda na OCDE
Alesina, Cohen e Roubini (1992)	Produto, Desemprego, M1 e Crescimento.	E.U.A e OCDE	
Alesina, Roubini e Cohen (1997)			
Haynes e Stone (1990)	Produto, Desemprego e Inflação.	E.U.A	Positivo
Klein (1996)	Produto	E.U.A	Positivo
Paldam (1979)	Produto e Desemprego	OCDE (sem E.U.A)	Negativo
Faust e Irons (1999)	Política Monetária, Produto e Desemprego.	E.U.A	Mistos
Golden e Poterba (1980)	Política Fiscal	E.U.A	Negativo
Blais e Nadeau (1992)	Déficit e Gasto Público	Províncias Canadenses	Positivos
Lockwood, Philippopoulos e Snell (1996)	Política Fiscal e Dívida Pública	Reino Unido	Positivos
Simeon e Miller (1980)	Gasto Público Desagregado	Províncias Canadenses	Positivos
Spafford (1981)	Emprego em Rodovias	Províncias Canadenses	Positivos
Schuknect (1996)	Déficit Fiscal e Produto	Países em Desenvolvimento (35)	Positivos
Schuknect (1998)	Gasto Público e Receita Tributária	Países em Desenvolvimento (24)	Positivos
Gonzalez (1999)	Gasto Público Total	México	Positivo
Shi e Svensson (2001)	Consumo do Governo, Déficit Fiscal e Receita de Impostos.	Mix de Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento	Positivos
Blanco, Amorim e Borsani (2001)	Política Fiscal	Países da América Latina (10)	Positivos
Kraemer (1997b)	Política Fiscal	Países da América Latina (21)	Positivos
Block (2001)	Gastos Públicos	Países em Desenvolvimento (69)	Positivos
Fialho (1997)	Desemprego, Crescimento, Produto, Inflação e Oferta Real de Moeda.	Brasil	Positivo p/Produto e Oferta Real de Moeda e Negativa p/os demais
Bonomo e Terra (1998)	Taxa de Câmbio	Brasil	Positivos
Blanco (2000 a,b e c)	Variáveis Orçamentárias Agregadas e Resultado Fiscal	Estados Brasileiros	Positivos
Gonzalez (2000)	Gasto Público Total e Corrente, Transferências e Investimentos em Infra-estrutura	México	Positivos
Assael e Larrain (1994)	Política Monetária, Produto e Inflação.	Chile	Positivos
Khemani (2000)	Gasto Público e Arrecadação Tributária.	Estados Indianos	Positivos
Jones <i>et al.</i> (2000)	Gasto Público per capita	Províncias Argentinas	Positivos

Fonte: Bittencourt (2002) com adições de Bolck (2001) e Drazen (2000).

1.4 – A Contabilidade e o Orçamento Públicos

Nesta subseção descreve-se alguns breves conceitos básicos da Contabilidade e Orçamento Público, de modo afixar uma base de análise para a presente pesquisa.

Orçamento Público é o ato administrativo do Poder Executivo revestido de força legal – autorizado pelo Poder Legislativo, o qual estabelece um conjunto de ações governamentais a serem realizadas durante um determinado período de tempo. É na Lei do Orçamento Anual em que são estimados os recursos a serem arrecadados (receitas) bem como, fixados o montante das despesas a serem executadas para atender as necessidades da população e permitir o desenvolvimento das atividades da máquina administrativa.

A obediência ao orçamento aprovado pelo poder legislativo integra os deveres do poder executivo, funcionando como um limitador da atuação do executivo. A contabilidade orçamentária controla as receitas estimadas e realizadas e as despesas previstas e executadas, evidenciando a origem dos recursos e também a sua forma de aplicação. Através da análise do orçamento é possível diagnosticar se os recursos são provenientes da atividade normal ao ente público ou se ele está se endividando ou vendendo bens para conseguir recursos e também avaliar o montante aplicado na manutenção dos serviços públicos e na formação do patrimônio público. Para tal, as receitas e despesas são classificadas em duas categorias econômicas: corrente e capital.

A Despesa Pública, conforme Baleeiro (1988) é *“aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, visando a execução de determinada atividade a cargo do governo”*.

O glossário constante do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) define Despesa Pública:

“1 -Em sua acepção financeira, é a aplicação de recursos pecuniários em forma de gastos e em forma de mutação patrimonial, com o fim de realizar as finalidades do estado e, em sua acepção econômica, é o gasto ou não de dinheiro para efetuar serviços tendentes àquelas finalidades; 2 - Compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento.

Assim, as despesas públicas representam todo desembolso financeiro realizado pelo Estado, devendo gerar a satisfação das necessidades apresentadas pela sociedade (saúde, habitação, educação, segurança pública) através da aquisição de bens e serviços, bem como suprir o próprio Estado, capacitando-o para a execução de suas diversas atividades-meio (política, administrativa, financeira).

A Despesa Pública pode ser classificada em diversos aspectos. Por exemplo, Silva (2004) divide as despesas quanto aos princípios constitucionais, quanto à sua natureza, quanto à competência político institucional, quanto à afetação patrimonial e quanto à regularidade. As despesas públicas são classificadas em orçamentárias, quando realizadas para a manutenção e expansão dos serviços públicos, podendo alterar o patrimônio líquido do estado ou apenas gerar uma mutação patrimonial e obrigatoriamente são previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA); e extra-orçamentárias, quando se trata de desembolso financeiro decorrente da devolução dos recursos recebidos anteriormente a título de ingresso extra-orçamentário, não afetando o patrimônio do estado e não são previstas na LOA.

Sob o enfoque jurídico, de acordo com Silva (2004, p.135), a despesa pública pode ser classificada em fixa ou variável. São fixas aquelas cuja realização é determinada por Lei (Lei Ordinária, Complementar ou a Constituição) ou as que vinculam o poder legislativo à concessão das suas dotações, tais como as despesas de pessoal (subsídios e vencimentos). São variáveis as que não possuem caráter permanente, realizadas de acordo com a discricionariedade do administrador conforme as necessidades dos serviços.

Para Machado e Reis (1999, pp.50-51), as despesas, quando classificadas conforme sua categoria econômica, subdividem-se em despesas correntes e de capital, sendo correntes aquelas: “para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos em geral, quer através da administração direta, quer através da administração indireta” e de capital as “com intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de novos bens ou serviços e integrarão o patrimônio público, o qual abrange também as ruas, rodovias, praças, parques, jardins etc.”.

Os desdobramentos das despesas de capital, conforme Machado e Reis (1999, pp.38-39,42), são investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. Sendo considerado investimentos: “aquela despesa de capital que geraria serviços e, em consequência, acréscimos ao Produto Interno Bruto.” Já as despesas correntes, se desdobram em despesas de custeio e transferências correntes. As despesas de custeio são aquelas “realizadas pela administração, na manutenção e operação de serviços internos e externos, já criados e instalados [...]”, incluindo dentre estas as despesas com pessoal e encargos sociais, definidas na Portaria Interministerial nº 325/2001 como:

“Despesas de natureza remuneratória decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, [...], despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, quando se referir à substituição de servidores, e despesas com

a substituição de mão-de-obra constantes dos contratos de terceirização quando se tratar de categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos do quadro *de pessoal, exceto nos casos de cargo ou categoria em extinção, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1o, da Lei Complementar no 101, de 2000;*”.

Para toda e qualquer despesa que integra os orçamentos, há que se indicar sua forma de financiamento; sejam elas receitas típicas do poder público, tal como o recolhimento de tributos, ou de outras fontes de financiamento, tais como os empréstimos, conforme os limites impostos pelo artigo 167 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o qual veda:

“II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;”

“V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;”

“VII - a concessão de créditos ilimitados”

Dívida Fundada é a denominação dada aos empréstimos com período de exigibilidade superior a 12 meses, os quais são utilizados para equilibrar o orçamento e financiar obras e serviços públicos, conforme o artigo 98 da Lei 4.320/64. Existem limites para sua utilização, como o descrito no inciso III do artigo 167 da CF/88, e reafirmado no parágrafo 2º do artigo 12 da LRF, o qual estabelece uma vedação, conhecida como a “regra de ouro”, proibindo a realização de operações de créditos que excedam o montante de despesa de capital. Assim sendo, essas operações de crédito não podem ser realizadas para custear as operações necessárias à manutenção dos serviços públicos.

Os limites da execução orçamentária foram ampliados com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar 101/2000, a qual estabelece diversos limites relacionados às metas fiscais, despesa com pessoal, à dívida consolidada, assim como regras para contratação de operações de crédito e sanções para o descumprimento dos limites da LRF. Nóbrega (2002, p.32) afirma que:

“O grande princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal é o princípio do equilíbrio fiscal. Esse princípio é mais amplo e transcende o mero equilíbrio orçamentário. Equilíbrio fiscal significa que o Estado deverá pautar sua gestão pelo equilíbrio entre receitas e despesa. Dessa forma, toda vez que ações ou fatos venham a desviar a gestão da equalização, medidas devem ser tomadas para que a trajetória de equilíbrio seja retomada.”

Na iniciativa privada a receita geralmente engloba os valores obtidos através da contraprestação financeira de um serviço ou do fornecimento de um produto ou mercadoria. No entanto, na Contabilidade Pública as receitas representam todos os ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos. O maior volume dos ingressos no setor público tem sua origem no poder de império do Estado, ou seja a fonte principal de receita é a arrecadação de tributos, como impostos, taxas e contribuições, porém é apenas parte dos ingressos financeiros. A Receita, de forma diversa à praticada no setor privado, engloba todos os

valores que constituem entrada de recursos, ainda que criem uma obrigação futura de pagamento, como o recebimento de empréstimos (operações de crédito).

As receitas, de acordo com Silva (2004), podem ser classificadas em diversos aspectos: quanto a sua natureza, quanto ao poder de tributar, quanto a coercitividade, quanto à afetação patrimonial, quanto à regularidade. As receitas classificadas em Orçamentárias englobam todas as receitas, inclusive operações de crédito autorizadas em lei, excetuadas as extra-orçamentárias, as quais são apenas “ingresso financeiro de caráter temporário, pois pertence a terceiros da qual o Estado é um simples depositário.”

O ativo financeiro compreende créditos, valores realizáveis e valores numerários, que podem ser movimentados independentemente de autorização legislativa, tais como: dinheiro em tesouraria, depósito bancário, aplicações financeiras e devedores diversos. O passivo financeiro abrange os compromissos exigíveis, provenientes de operações que devam ser pagas independentemente de autorização orçamentária, tais como: restos a pagar, serviço da dívida a pagar, depósitos de diversas origens, consignações e débitos de tesouraria. Portanto, o resultado financeiro (déficit ou superávit) é a diferença entre o ativo e o passivo financeiros, apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conjugando-se ainda os saldos dos créditos adicionais transferidos e operações de créditos a eles vinculados.

De acordo com a Lei 4320/64: “Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título. Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa Não-Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais”.

Ainda de acordo com a referida Lei, em seu art. 36, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (compromissos que, ao terminar o exercício financeiro, já estavam em processo de pagamento) das não-processadas (os provenientes de despesa simplesmente empenhada, ou seja, compromissos, cujo processo de pagamento não tenha sido finalizado, inclusive pelo

não-cumprimento do estágio de liquidação da despesa). Os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados; só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

2 – METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo discutiremos a metodologia utilizada no presente trabalho, englobando a tipologia da pesquisa realizada, a fonte dos dados utilizados e os procedimentos estatísticos realizados. Além disso, apresentamos, resumidamente, os métodos de estimação que podem ser utilizados neste tipo de pesquisa, a fim de explicar aquele que foi aqui selecionado.

2.1 – Tipo de pesquisa

De acordo com Collis e Hussey (2005), existem muitos tipos de pesquisa, que resultam do fato de que elas podem ser classificadas de acordo com:

- O objetivo da pesquisa - os motivos pelos quais ela está sendo realizada;
- O processo da pesquisa – a maneira pela qual serão coletados e analisados os dados;
- A lógica da pesquisa – busca-se generalizar uma situação observada em um grupo específico ou, de maneira inversa, analisar uma especificidade em um determinado evento;
- O resultado da pesquisa – diz respeito à abrangência do estudo, ou seja, a pesquisa busca resolver um determinado problema, ou fazer uma contribuição geral para o conhecimento.

Portanto, de acordo com a base de classificação proposta por Collis e Hussey (2005), podemos classificar o presente trabalho como uma pesquisa analítica ou explanatória, pois o objetivo é entender fenômenos, descobrindo e mensurando relações entre eles. Em relação ao processo de pesquisa, classifica-se como quantitativa, pois está focado na mensuração de fenômenos. No que tange à lógica da pesquisa, pode-se classificá-la como dedutiva, pois uma estrutura teórica e conceitual é desenvolvida e depois testada pela observação empírica. Quanto ao resultado da pesquisa, ela é básica, pois o problema da pesquisa é de natureza menos específica e a pesquisa está sendo conduzida, basicamente, para aumentar nosso entendimento de questões gerais, sem ênfase em sua aplicação imediata.

2.2 – Base Empírica

A fonte de dados base para esta pesquisa empírica é o banco de dados disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que trata das Finanças do Brasil – Receitas e Despesas dos Municípios (FINBRA). Foram incluídos no estudo apenas aqueles municípios para os quais não faltava nenhuma informação naquele banco de dados. Este critério é, sem dúvida, bastante conservador, pois houve situações, para determinados municípios, em que só faltavam informações relativas a um único ano. Nesses casos, tentamos buscar os dados diretamente no *site* destas prefeituras: por exemplo, para os municípios de São Pedro da Aldeia, Carmo, Levy Gasparian, Itaboraí, Cantagalo, dentre outros. Entretanto, ou não havia mesmo informações sobre as variáveis de interesse, ou havia somente informações para as variáveis orçamentárias, ao passo que precisávamos também de informações contábeis, encontradas no ativo e passivo do balanço patrimonial municipal.

Os valores correntes foram transformados em valores reais de 2006 por meio do deflator implícito do PIB. As variáveis analisadas foram transformadas para valores *per capita* a fim de corrigir distorções devido às diferenças de “tamanho” entre os municípios. No capítulo seguinte, quando tratará da relação entre método de estimação e tipo de inferência (se condicional ou incondicional), vale lembrar que pelo menos o efeito da população (e das variáveis a ela correlacionadas) já foram “neutralizados” por aquela transformação.

Os dados políticos foram obtidos através do *site* do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Nele, obtivemos os dados das eleições ocorridas nos anos de 2000 e 2004. Para fins deste trabalho, consideramos reeleição o fato de o próprio candidato ou o partido político ter permanecido no cargo. Desconsidera-se o fato de o prefeito ter mudado de partido ao longo do mandato, pois seria inviável, devido ao grande número de casos, obter com precisão as datas de mudança de partido daquelas prefeituras. Neste sentido, mantivemos a mesma legenda partidária que ganhou o pleito para aquele município durante todo o mandato do prefeito. Entretanto, para a variável que indica se o prefeito pertence ao mesmo partido do governador do estado, considera-se as mudanças de partido ocorridas no governo do Estado. Assim, nos anos de 2001 - quando o então governador Anthony Garotinho trocou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) - e de 2003 - quando a então governadora Rosinha Garotinho trocou o Partido Socialista Brasileiro (PSB) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – efetua-se a mudança de legenda, no banco de dados, nos anos imediatamente seguintes (2002 e 2004). A explicação reside no fato de que, no ano em que aconteceu a mudança de partido, o orçamento já estava sendo executado, pois a Lei Orçamentária Anual é aprovada no ano anterior. Então, a mudança de

filiação partidária só faz efeito na elaboração do Orçamento deste ano que será executado no ano seguinte. Neste trabalho, também se desconsidera a mudança partidária ocorrida em 2002, quando a então vice-governadora Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu, por cerca de oito meses, o governo do estado do Rio de Janeiro.

A fim de detectar evidências de manipulações “eleitoreiras” no comportamento dos governantes dos municípios fluminenses, foram selecionadas as seguintes variáveis orçamentárias e contábeis: despesa orçamentária, despesa corrente, despesa de pessoal e encargos, despesa de investimento, receita orçamentária, outras transferências da União, outras transferências do Estado, ativo financeiro, passivo financeiro, dívida ativa e restos a pagar processados.

Além destas, foram incluídas também as seguintes despesas por função: legislativa, agricultura, transporte, educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento e assistência e previdência. A variável receita orçamentária foi utilizada como variável explicativa, visto que os possíveis impulsos de despesas realizados pelos *policymakers* podem ser explicados pelo aumento no volume esperado de arrecadação da receita.

As variáveis políticas selecionadas para este trabalho foram:

- (a) um conjunto de três *dummies* (ANOPRELEIT, ANOELEIT E ANOPOSELEIT) para caracterizar o ciclo eleitoral em seu todo (pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral),
- (b) variáveis *dummies* de reeleição para os anos de 2000 e 2004 (REELEICA_00 e REELEICA_04),
- (c) variáveis *dummies* de partido,
- (d) variável *dummy* para diferenciar o efeito dos mandatos dos partidos no tocante à ideologia de direita ou de esquerda (PARTID_DIR E PARTID_ESQ),
- (e) variável *dummy* para os casos em que o partido do prefeito seja o mesmo do governador ou do presidente (MESMODOGOV e MESMODOPRESID).

A Seguir a praxe econométrica, no caso das *dummies* de partido consideramos o PMDB como o partido de referência. Na variável “outros partidos” (OUT_PARTIDO) foram incluídos os partidos com as menores representatividades (frequência) na amostra analisada quais sejam: PT, PV, PL, PTB, PSC, PSD, PMN, PPS, PRP e PST.

Para fins deste trabalho foram considerados partidos “de direita”: PMDB (o partido de referência), PSDB, PFL, PP (antigo PPB), PL, PTB, PSC, PSD (incorporado ao PTB em 20/02/03), PRP e PST (incorporado ao PL em 01/04/2003). Foram considerados partidos “de esquerda”: PDT, PSB, PV, PPS, PMN e PT (o partido de referência). Esta classificação foi utilizada em consonância com a proposta utilizada em Carreirão (2006) para o estado de Santa

Catarina. Neste caso, os partidos PMDB e PSDB, que foram classificados pelo autor como sendo de “centro”, passaram a ser classificados em nosso estudo como de “direita”. Além disso, em alguns casos, consultamos os *sites* dos próprios partidos para dirimir possíveis dúvidas.

2.3 – Procedimentos Estatísticos

Pudemos observar, através da análise do referencial teórico, que os diversos estudos empíricos dos ciclos políticos seguem basicamente duas vertentes, quais sejam, a análise dos resultados macroeconômicos (tais como as taxas de crescimento do produto interno, a de desemprego e a de inflação) e a avaliação dos instrumentos de política econômica e/ou fiscal (tais como taxa de câmbio, emissão de moeda, receitas e despesas públicas, aqui incluída a análise das transferências governamentais e dos déficits públicos).

Esse trabalho, irá utilizar, além dos instrumentos mais usuais referentes à política fiscal, algumas variáveis “contábeis” encontradas nos balanços públicos (orçamentário, financeiro e patrimonial) tais como a Dívida Ativa, os Restos a Pagar e o Ativo e Passivo Financeiros. A análise desses dados será realizada por meio de regressão múltipla. O programa utilizado para a análise empírica proposta foi o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 12.0*.

Uma função de regressão linear múltipla tem o seguinte formato:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n + v \quad (9)$$

onde:

Y é a variável dependente;

β_j é o coeficiente a ser estimado para cada variável independente ($j = 1, \dots, n$), incluindo a constante (β_0 , beta zero)

X_1, X_2, X_n são as variáveis independentes (ou “explicativas”, ou “regressores”) da regressão;

v é o termo de erro estocástico, observável apenas indiretamente através do resíduo da amostra.

O termo “linear” deste modelo refere-se aos parâmetros que são calculados, que devem, necessariamente, estar elevados somente à primeira potência. As variáveis explicativas podem não aparecer sob a forma linear na expressão, pois a função dependente

não precisa ser uma função linear destas variáveis.

O cálculo dos parâmetros da regressão linear múltipla é geralmente feito pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários, pois este possui características estatísticas que geralmente atendem melhor às necessidades do modelo. No entanto, para a realização da investigação empírica proposta neste trabalho, a metodologia mais recomendada pela literatura é a utilizada para base de dados em painel. De fato, já que nossa intenção é analisar o efeito do calendário eleitoral sobre os gastos públicos, não se recomendava a realização de estudos utilizando apenas dados em corte transversal. De forma semelhante, também não seria recomendável análise de séries temporais, uma vez que a dimensão temporal da amostra era de apenas 40 observações anuais. Além disso, como bem salienta Bittencourt (2002), “a utilização conjunta de informações temporais e individuais (neste caso, municípios) reduz significativamente os problemas de correlação de variáveis omitidas com as variáveis explicativas”.

Sakurai (2004) define, resumidamente, a estrutura de dados em painel como uma configuração em que o pesquisador dispõe de observações referentes a unidades seccionais (indivíduos, países, municípios, empresas etc) e de observações referentes ao comportamento destas unidades seccionais ao longo do tempo. Um exemplo seria uma situação em que o pesquisador possui dados sobre a taxa de juros e sobre a renda per capita brasileira, americana e japonesa, para os anos de 1990, 1991 e 1992. Assim sendo, é possível levar em consideração tanto os efeitos instantâneos entre indivíduos (*cross section*), quanto os efeitos temporais (*time series*) das variáveis de interesse.

A principal vantagem de dados em painel está justamente neste conjunto de dados disponíveis ao pesquisador, uma vez que é possível analisar o comportamento das unidades seccionais ao longo do tempo. Em termos práticos é possível também realizar uma análise tendo em mãos uma amostra consideravelmente maior, comparativamente a uma situação em que só são disponíveis observações instantâneas, ou somente observações em *time series*.

Para Marques (2000), os dados em painel sugerem a existência de características diferenciadoras dos indivíduos, entendidos como “unidade estatística de base”. Essas características podem ou não ser constantes ao longo do tempo, de tal forma que estudos temporais ou seccionais que não tenham em conta a heterogeneidade individual produzirão, quase sempre, resultados fortemente tendenciosos. Ainda de acordo com esse autor, os estudos com amostras temporais (longitudinais) facilitam uma análise mais eficiente das dinâmicas de ajustamento, já que os estudos seccionais, ao não contemplarem a possibilidade de a realidade de suporte ser dinâmica, transmite uma falsa idéia de estabilidade. Assim, a utilização de dados em painel permite conjugar a diversidade de comportamentos individuais

com a existência de dinâmicas de ajustamento, ainda que potencialmente distintas. Em outros termos, a utilização do painel permite tipificar as respostas de diferentes indivíduos a determinados acontecimentos, em diferentes momentos do tempo.

Consideremos então uma forma funcional genérica para dados em painel:

$$G_{it} = \alpha + \lambda X_{it} + \varepsilon_{it}, \quad (10)$$

em que o subscrito i indica a unidade seccional e o subscrito t , o instante temporal presente na amostra.

A fim de diferenciar esta metodologia daquelas citadas anteriormente, Sakurai (2004) propõe a seguinte análise.

Se estivesse realizando uma análise de cross-section, ter-se-ia:

$G_i = \alpha + \lambda X_i + \varepsilon_i$, referente a esta situação, com as seguintes características:

- A análise pressupõe estabilidade temporal (equilíbrio de longo prazo);
- Não é possível testar relações dinâmicas;
- Não é possível controlar o viés de variável omitida, pois não há graus de liberdade suficientes. Mais especificamente não é possível estimar as características intrínsecas a cada unidade seccional através de inclusão de uma constante para cada uma das mesmas, pois haveria um número de constantes igual ao número de observações, o que torna a estimação inviável neste caso.

Se a análise fosse realizada através de uma regressão em série temporal, com as observações variando no tempo, para uma unidade seccional fixa, ter-se-ia:

$G_t = \alpha + \lambda X_t + \varepsilon_t$, referente a esta situação. Neste caso:

- trabalha-se com médias ou então com uma “unidade representativa” (principalmente em análises macroeconômicas, em que os dados agregados ignoram a heterogeneidade entre indivíduos);
- deve ocorrer Multicolinearidade, devido ao comportamento muito próximo dos regressores.

Em relação a este tipo de análise (série temporal), Cancio (2004) analisou a execução orçamentária de alguns programas sociais do Governo Federal brasileiro (vinte e quatro programas sociais pertencentes aos Ministérios da Educação, Saúde e Previdência Social), no período de 2000 a 2002, com vistas a verificar se existe ou não estabilidade ao longo do

tempo e se existem variações sazonais. O autor concluiu que execução dos programas sociais, em sua maioria, é constante ao longo do tempo, porém que existem variações sazonais na liberação de verbas sociais no orçamento federal brasileiro.

Na estimação via dados em painel, a questão principal reside em variáveis que são particulares a cada unidade seccional analisada e que permanecem constantes ao longo do tempo, mas que na maioria das vezes são não-observáveis ao pesquisador. Assim, caso esteja-se analisando o desempenho escolar de um grupo de alunos, por exemplo, pode-se considerar a criatividade, o empenho e a capacidade de raciocínio como características particulares de cada um dos alunos que, de certa forma, permanecem constante ao longo de sua vida escolar. Essas características podem afetar de maneira significativa o desempenho escolar dos alunos e, caso sejam desconsideradas, podem causar significativas distorções na análise proposta (mais especificamente, viés de variável omitida).

Em termos genéricos, denomina-se *efeito fixo* justamente as características não-observáveis de cada unidade seccional da amostra, aquelas que permanecem relativamente constantes ao longo do tempo. As diferenças entre os diversos métodos de estimação para estrutura de dados em painel residem justamente no comportamento deste componente.

Na análise do modelo de regressão linear múltipla podem ser utilizados diversos testes estatísticos para averiguar a aderência da equação estimada e analisar os resultados. Dentre estes “critérios de avaliação” destacam-se os seguintes:

R^2 e \bar{R}^2 (ajustado) – quando se calcula uma regressão a expectativa é a de que as diferenças entre os pontos gerados pela regressão calculada e os pontos observados sejam as menores possíveis. Quanto menor as diferenças existentes, melhor foram o ajuste da regressão para aquela amostra. O coeficiente de ajuste R^2 é calculado com base nas diferenças encontradas entre os pontos da amostra e os da regressão, medindo a proporção da alteração da variável dependente que é explicada pelo modelo de regressão em uso. Assim este coeficiente pode variar entre 0 e 1, sendo 0 quando o modelo não explica qualquer variação até 1, situação em que o modelo é capaz de explicar perfeitamente todas as modificações da variável dependente. Infelizmente a forma de cálculo do coeficiente de ajuste trás um viés de forma que quanto maior o número de variáveis explicativas no modelo, maior será o valor do coeficiente calculado. Por causa disto a comparação entre modelos utilizando este coeficiente é prejudicada. Como forma de solucionar este problema calcula-se o R^2 ajustado, ou \bar{R}^2 , o qual leva em consideração a relação entre o número de variáveis explicativas e a quantidade de registros da amostra. Este novo coeficiente será sempre menor do que o anterior, o ajuste no índice será tão maior quanto maior for a proporção de variáveis explicativas sobre o número

total da amostra. Com isso temos um novo coeficiente de ajuste o qual expressa de forma mais fidedigna a realidade do modelo, não apresentando um resultado tão otimista principalmente em situações onde o número de variáveis explicativas seja muito grande em relação ao número de observações da amostra.

Testes t (Student) e F (Fischer) – com o intuito de fazermos estimativas e inferências sobre um modelo, é necessário que os termos de perturbação tenham uma distribuição de probabilidade normal, e que estejam dentro da faixa aceita para um dado nível de significância. Assim, o teste t busca avaliar a distribuição dos resultados obtidos medindo o impacto de cada uma das variáveis explicativas isoladamente, obtendo assim a significância de cada uma das variáveis explicativas do modelo. De outra forma, o teste F avalia a significância global de uma regressão linear múltipla, mostrando o grau de confiança apresentado pelo conjunto das variáveis explicativas da regressão. É importante salientar que estes dois testes, apesar de diferentes entre si, são complementares em sua função, de forma que a equação de regressão linear múltipla precisa obter bons resultados em ambos os testes.

Assim sendo, o modelo será analisado com base nos critérios acima descritos, tendo sempre em mente a afirmação de Gujarati (2000) de que, na análise de um modelo econométrico, “(o) fator crítico são as expectativas teóricas subjacentes ao modelo em termos de sinais a priori dos coeficientes das variáveis que entram no modelo e (. . .) sua significância estatística.”

2.3.1 Métodos de Estimação

Em termos breves, o método de MQO ignora a estrutura dos dados a serem analisados, ou seja, ele desconhece que os dados analisados pelo pesquisador têm estrutura de painel, considerando assim que cada “linha” do banco de dados é uma unidade seccional diferente das demais. Em termos numéricos, este método de estimação pondera de forma igual tanto as variações entre unidades seccionais (entre grupos) como as variações dentro das unidades seccionais (intragrupos). Não é o método ideal a ser utilizado em uma estrutura como esta, pois desconsidera justamente o aspecto mais importante da amostra disponível.

O chamado **estimador de efeitos fixos**, também conhecido como *within groups*, leva em conta somente as variações intragrupos, desprezando as variações entre grupos existentes no painel. É conhecido também como *Least Squares Dummy Variables*, pois sua construção é numericamente igual à inserção de uma *dummy* para cada unidade seccional do painel (neste caso, o município). Este estimador é relevante, pois não requer a existência de correlação zero entre o efeito fixo e os demais regressores para que seja não tendencioso e consistente, ou

seja, não pressupõe $E[f / X] = 0$. Por outro lado, o estimador de efeitos fixos pressupõe exogeneidade forte entre regressor e termo de erro.

Segundo Sakurai (2004), no chamado **método dos efeitos aleatórios**, também conhecido como GLS (ou MQG), o efeito fixo f_i é tratado como variável aleatória. Este método é demonstrado como método eficiente de estimação, pois, diferentemente do método de MQO, o estimador por ele gerado pondera as variações entre grupos e intragrupos de modo a obter os resultados eficientes, sendo portanto. A principal questão referente a este método diz respeito ao pressuposto de que não existe correlação entre o efeito fixo e os demais regressores da forma funcional analisada. Assim, caso esteja analisando a produtividade de uma empresa em função de seu estoque de capital e de seu volume de capital de giro, estaria pressupondo que tais variáveis explicativas em nada se relacionam com características intrínsecas a cada uma das empresas analisadas – por exemplo, com a capacidade gerencial de seus executivos ou o conhecimento de suas marcas por parte dos consumidores. Este pressuposto nem sempre é válido, o que pode tornar inadequado este método de estimação.

Um método alternativo aos anteriores – isto é, efeitos fixos com exogeneidade forte ou efeitos aleatórios com correlação zero entre efeito fixo e o conjunto de regressores - é o método das primeiras diferenças. Este método não apresenta grandes problemas caso o conjunto de regressores X seja exógeno. Entretanto, caso a variável dependente defasada seja incluída no conjunto dos regressores, passa a existir o problema da endogeneidade nas estimações, requerendo assim (a) a utilização de variáveis instrumentais – tal como ocorre no Método de Anderson & Hsiao e no Método de Arellano & Bond - para corrigir aquela distorção e (b) a utilização do Método de Momentos Generalizados (GMM) para tornar as estimações eficientes.

Para decidir qual dos métodos deve ser usado sem recorrer a testes de especificação, Kennedy (1998, p. 227) sugere que se observe a natureza dos dados e a finalidade de uso do modelo. Ele afirma que, se as unidades seccionais esgotam a população – quer dizer, se dispõe de um recenseamento sobre os indivíduos – então o método dos efeitos fixos, que produzem estimativas condicionais aos indivíduos fixos, é satisfatório, porque se dispõem de “todos” os indivíduos. Judge *et al.* (1988, p. 489) também consideram que uma das formas de olhar a distinção entre os dois métodos pode ser a distinção entre inferência condicional e não-condicional. Se, como ocorre na maioria das aplicações, os dados são provenientes de uma amostra extraída de uma população mais ampla, e se o objetivo é fazer inferências sobre outros membros da população (que não estão na amostra), então o método dos efeitos fixos não é mais indicado, e sim o método dos efeitos aleatórios.

Outra forma de distinguir entre as duas abordagens se refere ao tamanho relativo da amostra (diga-se, N) e do período de tempo (diga-se, T). Para Kennedy (1998, p. 231), ambos os métodos devem ser aplicados quando o número de indivíduos é “grande” e o número de períodos de tempo é “pequeno”. Como ocorre com outros autores, este autor não explica o que vem a ser “pequeno” ou “grande”. Além disso, segundo Judge *et al.* (1988, p. 489), os estimadores podem ser muito diferentes nesse caso e outras considerações devem ser trazidas à análise.

Quando ocorre o inverso, quer dizer “grande” T e “pequeno” N , Judge *et al.* (1998, p.489) afirmam que deve ser pequena a diferença entre os dois, escolhendo-se então o que for computacionalmente mais fácil (ou seja, efeitos fixos). Já Kennedy (1998, p. 231) aponta que, neste caso, existem vários modelos alternativos, que diferem pelas hipóteses sobre a matriz de variância-covariância dos erros; ele cita estudos de Monte Carlo que, na comparação entre alguns desses estimadores alternativos e o estimador de efeitos aleatórios, concluíram que é mais eficiente aplicar este último quando ele é incorreto do que aplicar qualquer um daqueles outros na mesma hipótese de estarem sendo erradamente usados.

Kennedy (1998, p. 227) escreve que, para verificar se o método dos efeitos aleatórios é apropriado, pode-se utilizar o Teste de Hausman, que é um teste sobre a correlação entre o erro e os regressores.

2.3.2 Proposta de Análise

Após estas considerações acerca da importância da análise estatística e da metodologia proposta, avança-se para a formulação da proposta de análise. Para tal, estabelece-se uma forma funcional através de uma regressão linear em que se analise o grau de associação entre os gastos realizados pelas prefeituras fluminenses em ano eleitoral e o fato de o respectivo candidato a prefeito ter sido reeleito ou não. O fato de ter havido reeleição será representado no modelo por uma variável *dummy*, de forma que assumirá o valor 0 se o candidato ou o partido não tiver conseguido se reeleger e o valor 1 caso o candidato ou o partido tenha obtido sucesso no escrutínio. Como bem salientam Meneguín e Bugarin (2001), a variável *dummy* está sendo usada como uma aproximação para a expectativa do governante em ser reeleito. Uma crítica a essa abordagem consiste no fato de o político não saber, no momento em que toma as decisões de gasto, se será reeleito ou não. Para justificar a simplificação metodológica usada, pode-se considerar que o político tem acesso, anteriormente ao pleito, a pesquisas de opinião que refletem com precisão (aceitável para ele) o comportamento futuro dos eleitores. Uma perspectiva mais radical, envolvendo a teoria das Expectativas Racionais, sugere que o

governante forma expectativas sobre sua reeleição que, na média, são satisfeitas. Uma alternativa a isso seria usar na regressão os resultados das pesquisas de opinião para indicar a expectativa de reeleição; no entanto, não foram encontrados dados disponíveis.

Nakaguma (2006) inclui no modelo uma variável com a finalidade de captar uma tendência determinística, ou seja, uma variação da amplitude dos ciclos eleitorais ao longo do tempo, que assume valor igual a 1 para o ano de 1986, 2 para o ano de 1990, até o valor 5 para o ano de 2002 e zero para os demais anos em que não houve eleições. Em nosso modelo não utilizamos tal procedimento em virtude de o período analisado englobar somente duas eleições. De forma semelhante podemos citar a variável LRF, utilizada por aquele autor a fim capturar os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e que, em nossa proposta, utilizamos somente na análise complementar (apesar de termos apenas duas observações “pré-LRF”).

Cumpramos ressaltar a inexistência, neste estudo, de um grupo de controle visto que o instituto da reeleição se estende por todo o território nacional.

Após estas considerações iniciais, pode-se passar aos modelos sugeridos para a investigação proposta por este trabalho, ou seja, à especificação das equações de regressão múltipla.

Como o objetivo principal da presente dissertação é encontrar evidências de ciclos políticos no comportamento dos prefeitos fluminenses, propor-se a seguinte forma funcional, semelhante à que foi utilizada em Sakurai (2004):

$$\begin{aligned} \mathbf{VD}_{it} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot \mathbf{RECORCA}_{it} + \beta_2 \cdot \mathbf{SUPERFIN}_{it} + \beta_3 \cdot \mathbf{PDT}_{it} + \beta_4 \cdot \mathbf{PSDB}_{it} + \beta_5 \cdot \mathbf{PFL}_{it} + \beta_6 \cdot \mathbf{PP}_{it} \\ & + \beta_7 \cdot \mathbf{PSB}_{it} + \beta_8 \cdot \mathbf{OUT_PARTIDO}_{it} + \beta_9 \cdot \mathbf{PARTID_ESQ}_{it} + \beta_{10} \cdot \mathbf{MESMODOGO}_{it} + \\ & \beta_{11} \cdot \mathbf{MESMODOPRESID}_{it} + \mathbf{dummies\ de\ ano} + \mathbf{f}_i + \mathbf{u}_{it} \quad , \end{aligned} \quad (11)$$

em que **VD** representa cada variável dependente analisada para os municípios; **RECORCA** é a receita orçamentária municipal; **SUPERFIN** é o resultado financeiro, podendo ser superávit ou déficit financeiro; As variáveis *dummies* dos partidos analisados que assumem valor igual a 1 se o prefeito for daquele partido (PDT, PSDB, PFL ...) e 0 nos demais casos; **OUT_PARTIDO** é o conjunto dos outros partidos da amostra e que foram agrupados nesta variável; **MESMODOGO** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso haja uma coincidência partidária entre o prefeito e o governador e 0 caso contrário; **MESMODOPRESID** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso haja uma coincidência partidária entre o prefeito e o presidente e 0 caso contrário; **dummies de ano**

para cada ano do período analisado; f_i é o efeito fixo; v é o componente de erro, i vem a ser cada município da amostra e t , cada ano da amostra.

Após essa análise propõe-se uma segunda forma funcional, agora semelhante à que foi utilizada em Nakaguma (2006), em que se retiram as *dummies* de ano “calendário”, substituindo-as por *dummies* de ano eleitoral. Neste sentido, definimos como “ano (de interesse) eleitoral” os anos imediatamente pré-eleitoral, eleitoral e imediatamente pós-eleitoral, a fim de captar o ciclo em toda a sua extensão, tendo como referência as eleições de 2000 e 2004. Além disso, agora se incluí mais uma variável de controle - qual seja, a LRF - a fim de captar os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no comportamento dos gestores públicos. Nesta análise, após verificarmos a significância estatística da variável “Receita Orçamentária” em todas as regressões e que esta acabava por “encobrir” a significância das demais variáveis independentes, retiramos esta (e também a variável “Resultado Financeiro”), a fim de verificar a significância das demais variáveis explicativas no modelo proposto (a exceção das variáveis contábeis “Resultado Financeiro”, “Restos a Pagar” e “Dívida Ativa”). As demais variáveis de controle foram mantidas nesta nova versão do modelo de regressão múltipla.

3 – RESULTADOS

Neste capítulo apresentar-se os resultados encontrados no presente trabalho. Inicialmente apresenta-se uma breve situação socioeconômica dos municípios fluminenses. Cabe ressaltar que, como a pesquisa foi realizada, na sua maior parte, no ano de 2007, os dados disponíveis até então, eram referentes ao ano de 2006. Em seguida comenta-se sobre o instituto da reeleição no Brasil. Por fim apresenta-se, de forma segregada para cada variável, uma análise dos resultados encontrados nesta pesquisa.

3.1 – Perfil Socioeconômico dos Municípios Fluminenses

Atualmente, são noventa e dois municípios formando a estrutura geográfica do estado do Rio de Janeiro, que é a segunda maior economia do Brasil, e a quarta da América do Sul, tendo um Produto Interno Bruto superior ao do Chile, com uma participação no PIB nacional de 15,8% (2005– CIDE e IBGE) e com a segunda renda per capita brasileira, perdendo apenas para o Distrito Federal.

Segundo o relatório do perfil socioeconômico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, observa-se o seguinte:

A indústria fluminense cresceu 1,72% no segundo trimestre de 2006, na comparação com o mesmo período do ano anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Regional do IBGE. A indústria extrativa do Rio de Janeiro apresentou o pior resultado dos últimos seis trimestres e foi a principal razão para a desaceleração do indicador geral. A indústria de transformação fluminense registrou, no segundo trimestre de 2006, taxa de variação de 2,28%, praticamente igual à verificada na média dos primeiros três meses

Consolidando-se os resultados, o crescimento da indústria fluminense, no primeiro semestre do ano, foi de 3,33%. A indústria extrativa acumula variação de 7,79% e a de transformação, 2,30%. Neste período, a indústria de transformação contribuiu com 1,86 p. p., enquanto a contribuição da indústria extrativa foi de 1,47 ponto percentual.

A produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro praticamente não se alterou no segundo trimestre de 2006, em relação a igual período de 2005. A taxa de crescimento registrada foi de 0,08%. A produção perdeu ritmo ao longo do trimestre. Em abril, houve expansão de 5,03%, acima dos 3,64% computados em escala nacional. Em maio, a taxa de crescimento recuou para 2,24% e, em junho, trocou de sinal, convertendo-se em queda de 7,04%. Esta desaceleração interrompe um ciclo de quatro trimestres consecutivos de taxas de crescimento na faixa de dois dígitos e reduz a participação do Rio de Janeiro na produção

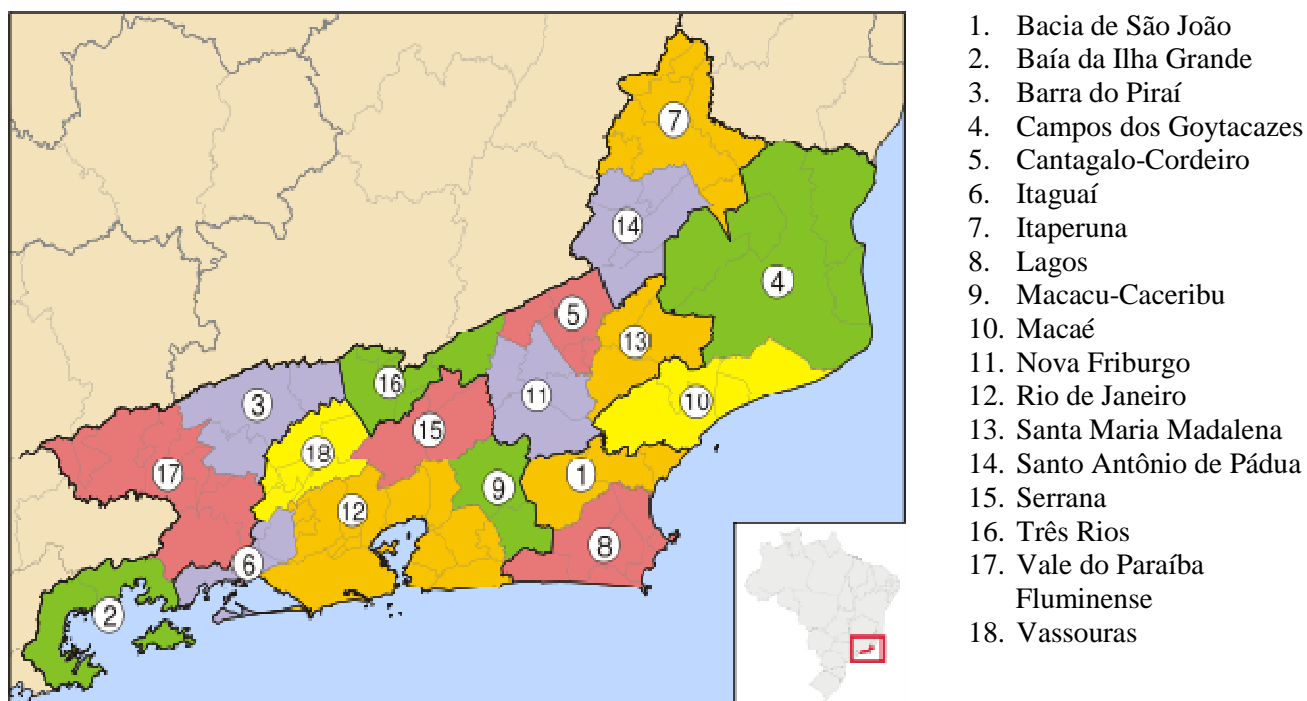
brasileira. A proporção fluminense, que havia avançado de 84,60%, no segundo trimestre de 2005, para 85,53%, no primeiro trimestre de 2006, baixou, neste segundo trimestre, para 83,78%.

A combinação de crescimento das exportações, de 31,70%, com redução das importações, de 7,17%, favoreceu a expansão do saldo da balança comercial do Rio de Janeiro. O resultado do segundo trimestre, de US\$ 756 milhões foi mais de oito vezes superior ao registrado no segundo trimestre de 2005. Com este resultado, o saldo fluminense do segundo trimestre contribuiu com 7,4% para a formação do superávit em nível nacional.

A arrecadação geral de tributos estaduais no Rio de Janeiro, neste segundo trimestre de 2006, totalizou R\$ 4.018.079.507, apresentando aumento de 3,99%, em relação ao segundo trimestre de 2005, descontada a inflação. Em termos nominais, o acréscimo foi de 7,10%.

O estado do Rio de Janeiro é dividido geograficamente (mas não politicamente) em dezoito microrregiões:

Figura 1



Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre.

3.2 – Análise dos Resultados Estatísticos

A hipótese levantada neste estudo é que o comportamento das despesas públicas municipais e seus componentes, além de estarem relacionados ao volume de recursos

disponíveis pela localidade, estariam relacionados também a fatores de ordem política, quais sejam, a vigência do calendário eleitoral (anos de eleição) e às diferenças de postura ideológica entre os partidos políticos.

Como bem salienta Bittencourt (2002): “vários autores indicam que a despesa em nível nacional é muito mais propensa a manipulações, no sentido de aumentar a popularidade dos governantes às vésperas das eleições, que as variáveis de receita e os instrumentos de política monetária. Rogoff (1990) reforça esta tese salientando que em níveis subnacionais os indícios de ciclo político de caráter oportunista nos instrumentos de política fiscal podem ser ainda mais evidentes”.

Cabe ressaltar a retirada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) da estimação a fim de se evitar o problema de multicolinearidade perfeita, visto que este foi considerado como o partido de referência nesta análise. Raciocínio análogo deve ser feito para a retirada da variável *dummy* de 1998.

Nas inferências realizadas, há que se levar em consideração o ano de 2000, visto que além de ser um ano eleitoral, é também o ano de entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, que muito provavelmente influenciou a postura administrativa, alterando sobremaneira a condução da política fiscal por parte dos *policymakers*.

Numa primeira análise – mais global – pode-se dizer que se alcançou o objetivo principal do presente trabalho qual seja a verificação de manipulações “eleitoreiras” nas despesas públicas (existência de ciclos políticos de caráter oportunista) e nas variáveis contábeis, na amostra considerada. Em relação à validade dos instrumentos (teste de Hausman), os resultados mostraram consistência para o modelo, uma vez que não se aceita a hipótese nula.

No caso das regressões (ver Tabelas 3.1 a 3.32), os resultados podem ser considerados muito bons. O R^2 ajustado variou entre 0,39 e 0,99, sugerindo que as equações têm elevado poder explicativo. Em todas as equações as variáveis explicativas foram altamente significativas.

A receita *per capita* aparece como a variável que melhor explica o aumento dos gastos públicos no ano eleitoral, com coeficientes estatisticamente significativos, mostrando que o montante de despesas está mais associado ao montante de recursos disponíveis pela prefeitura do que ao endividamento. Isso parece indicar uma certa preocupação dos *policymakers* no sentido de não se endividarem demasiadamente, pois eles mesmos arcarão com as conseqüências no caso de confirmação de sua reeleição; além disso há que se levar em consideração, também, a possível influência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, ressalta-se que estes resultados devem ser olhados com cautela, dado que as receitas aqui

consideradas são as orçamentárias, não tendo sido feita a subdivisão das receitas em tributárias, industriais, e serviços, dentre outras.

A partir do subitem seguinte são feitas as análises separadamente das variáveis selecionadas neste estudo. Para cada uma delas, são feitas as análises utilizando inicialmente a metodologia de *dummies* de ano calendário. Ao final desta análise, apresenta-se, de forma complementar, uma análise utilizando a metodologia de *dummies* de ano eleitoral. Após essas análises, apresenta-se um quadro-resumo dos resultados obtidos no presente estudo.

3.2.1 – Despesa Orçamentária

Este item da despesa refere-se à totalidade das despesas municipais. Os resultados (ver tabela 3.1) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 1,03 evidenciando um ligeiro déficit orçamentário. Já em relação ao superávit financeiro, observa-se uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas diminuem R\$ 0,30. Não foram encontradas evidências significativas de ciclos políticos neste item agregado da despesa, à exceção de uma redução significativa dos gastos em 2005 mostrando um provável ajuste de gastos em relação ao ano eleitoral de 2004. Para as *dummies* de partido, também não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. A coincidência partidária entre os prefeitos e o presidente apresenta relação inversa – semelhante ao resultado encontrado em Cossio (1998) e (2000) para os estados brasileiros – ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

3.2.2 – Despesa Corrente

Este item da despesa refere-se aos gastos para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos em geral. Os resultados (ver tabela 3.2) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 0,77 em despesa corrente. Já em relação ao superávit financeiro, observamos uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas correntes diminuem R\$ 0,22. Foram encontradas evidências estatisticamente significativas neste item da despesa, mais especificamente uma elevação significativa em 2006. Este foi um ano de eleições para Presidente, Governador e para o Congresso Nacional. Para as *dummies* de partido, foram

obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média superiores ao PMDB em R\$ 250,75, R\$ 213,59 e R\$ 205,47 per capita respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam menos (R\$ 245,38 per capita) que os partidos de direita neste item da despesa.

3.2.3 – Despesa de Pessoal e Encargos

Os resultados (ver tabela 3.3) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 0,24 em despesa com pessoal. Já em relação ao superávit financeiro, observa-se uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas com pessoal diminuem R\$ 0,07. De acordo com a tabela de regressão, podemos observar uma elevação significativa deste item da despesa no ano de 2003. Pode-se inferir também em evidências significativas de impulsos positivos neste item da despesa para os anos de 2004 e 2006 em relação aos anos imediatamente anteriores e posteriores (à exceção para o ano posterior a 2006, pois não temos os dados de 2007). Entretanto, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário, neste item da despesa, em relação ao PMDB.

3.2.4 – Despesa de Investimento

Este item da despesa, conforme Silva (2003) refere-se às despesas de capitais relacionadas com o planejamento e a execuções de obras; inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e materiais permanentes. Os resultados (ver tabela 3.4) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes investem R\$ 0,25. Encontramos evidências estatisticamente significativas neste item da despesa, mais especificamente, uma redução nos anos de 2005 e 2006 mostrando provável ajuste de gastos em relação ao ano eleitoral de 2004. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 270,24, R\$ 236,42 e R\$ 203,31 per capita respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que

indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam mais (R\$ 247,86 per capita) que os partidos de direita neste item da despesa.

3.2.5 – Resultado Financeiro

Este item é apurado no balanço patrimonial e, para fins deste trabalho, corresponde à diferença entre o ativo e o passivo financeiros. Como bem salienta Silva (2003), também são incluídos no cálculo os saldos dos créditos adicionais transferidos e operações de crédito a eles vinculados. Os resultados (ver tabela 3.5) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes economizam em caixa R\$ 0,10. Foram encontradas elevações significativas no ano de 2001, provavelmente para servirem de fonte de abertura de créditos adicionais no ano de 2002. Em contrapartida observa-se uma redução significativa em 2003, mantendo-se, entretanto, o superávit financeiro (pode estar associado à elevação significativa para a despesa com pessoal e encargos observada no mesmo ano). Não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB.

3.2.6 – Despesas por Função

Nesta parte faremos uma análise da finalidade dos gastos efetuados pelas prefeituras (tabelas 3.6 a 3.12). Os resultados sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 0,03 em agricultura, R\$ 0,17 em educação e cultura, R\$ 0,03 em previdência e assistência social, R\$ 0,29 em saúde e saneamento, R\$ 0,03 em transporte, R\$ 0,10 em habitação e urbanismo e R\$ 0,01 em despesas com o Legislativo. Já em relação ao superávit financeiro, pode-se inferir que somente as despesas com agricultura e educação e cultura foram significativas e com sinal negativo, indicando uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas diminuem R\$ 0,02 e R\$ 0,05 respectivamente.

Observa-se uma redução significativa dos gastos em educação e cultura (ver tabela 3.7) no ano de 2002. Para os demais anos não foram encontradas evidências significativas de ciclos políticos. Não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário deste item da despesa em relação ao PMDB. No que tange aos gastos com agricultura (ver tabela 3.6) não foram encontradas

evidências significativas de manipulações “eleitoreiras” neste item da despesa. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes somente para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 28,63, R\$ 28,28 e R\$ 29,05 *per capita* respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam mais (R\$ 28,76 *per capita*) que os partidos de direita neste item da despesa.

De modo semelhante à análise feita para a despesa com agricultura, pode-se inferir também para os gastos com habitação e urbanismo (ver tabela 3.11), ou seja, não foram encontradas evidências significativas de ciclos políticos para esta rubrica. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 97,17, R\$ 111,56 e R\$ 92,94 *per capita* respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam mais (R\$ 70,90 *per capita*) que os partidos de direita neste item da despesa. Cabe ressaltar a coincidência partidária entre o prefeito e o presidente. Neste caso, pode-se observar uma relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução deste tipo de gasto.

No que tange aos gastos com previdência e assistência social (ver tabela 3.8), pode-se observar, de acordo com a tabela de regressão, uma significativa elevação deste item da despesa nos anos de 2001, 2004 e 2006. Portanto, os resultados sugerem evidências de ciclos políticos nas eleições para prefeito de 2004 e nas eleições para Presidente, Governador e para o Congresso Nacional em 2006. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 52,32, R\$ 63,07 e R\$ 51,31 *per capita* respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam mais (R\$ 50,27 *per capita*) que os partidos de direita neste item da despesa. Cabe ressaltar a coincidência partidária entre o prefeito e o governador. Neste caso, pode-se observar uma relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido do governador significa redução deste tipo de gasto.

Nas despesas com transporte (ver tabela 3.10), pode-se observar uma redução significativa nos anos de 2002, 2004 e 2006, indicando ser este, um item da despesa que sofre com o corte nos gastos em detrimento de outros de maior visibilidade eleitoral. Este e outros itens da despesa que se comportaram de modo semelhante mostram o poder das prefeituras no que diz respeito à colaboração políticas destas em relação às candidaturas para os cargos de Presidente, Governador e para o Congresso Nacional (2002 e 2006). Para as *dummies* de partido, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Cabe ressaltar a coincidência partidária entre o prefeito e o presidente. Neste caso, pode-se observar uma relação direta entre estes. Cossio (2000) denomina esta situação como “solidariedade ideológica”, ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa aumento deste tipo de gasto.

Finalmente, nos gastos da função legislativa (ver tabela 3.12) pode-se observar também indícios de manipulações políticas de caráter eleitoral. Para o ano de 2000 os gastos nesta rubrica foram R\$ 12,08 maiores que a média do período. Entretanto pode-se analisar uma redução significativa nos anos de 2002 e 2004 em relação aos anos imediatamente anteriores e posteriores, indicando ser este um item da despesa que também sofreu com o corte nos gastos em detrimento de outros de maior visibilidade eleitoral. Para a postura política, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB, à exceção do PP cujos gastos foram, em média, menores que o do PMDB nesta rubrica. Em relação aos gastos com saúde e saneamento (ver tabela 3.9), encontra-se evidências estatisticamente significantes e com sinal negativo para o ano de 2001. A redução neste item da despesa pode estar relacionada com o superávit financeiro encontrado neste ano, sugerindo que os prefeitos, para conseguirem aumentar o saldo em caixa para abertura de créditos adicionais no ano de 2002, cortaram os gastos neste item da despesa. Como este item engloba duas rubricas da despesa e os gastos em saúde são regulamentados pela Constituição, acredita-se que a rubrica “saneamento” é a que mais deve ter sofrido com o corte de gastos neste ano. Não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB neste item da despesa.

3.2.7 – Restos a Pagar Processados

Neste item (ver tabela 3.13), pode-se ressaltar uma certa preocupação dos *policymakers* em relação à probabilidade de reeleição, visto que o ano de 2004 é o ano de menor inscrição em restos a pagar. Portanto, preocupados com o ônus das dívidas contraídas

(ou mesmo com as exigências da LRF) neste ano, os governantes mostraram-se mais conservadores neste item. O superávit financeiro apresenta uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado R\$ 0,11 estão relacionados com inscrição em restos a pagar. Os partidos PSDB e PP inscrevem menos em restos a pagar (R\$ 73,00 e R\$ 46,54 *per capita* respectivamente) que o PMDB. Em relação à postura ideológico-partidária, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento desta variável (partidos de direita e de esquerda).

3.2.8 – Dívida Ativa

Os resultados (ver tabela 3.14) sugerem certa manipulação “eleitoreira” nesta variável visto que o ano de 2004 é o ano de menor elevação (5,21%) deste item do balanço patrimonial, ou seja, 2004 foi o ano de menor inscrição (ou redução por baixa, prescrição etc) de devedores na dívida ativa municipal. O superávit financeiro apresenta uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, a dívida ativa diminui R\$ 0,22. Os partidos de esquerda inscrevem, na dívida ativa, menos que os de direita. Entretanto a variável *dummy* para o partido PSB aparece com sinal positivo e estatisticamente significativa, sugerindo que este partido inscreve, na média, mais que o PMDB. Para os demais partidos, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário, nesta variável, em relação ao PMDB.

3.2.9 – Transferências da União e dos Estados

As variáveis outras transferências da União e outras transferências dos Estados (ver tabelas 3.15 e 3.16) apresentaram R^2 ajustados muito baixos (variando em torno de 12% e 17%) e sem significância estatística nas duas metodologias propostas, não sendo considerados para esta análise.

3.2.10 – Análise Complementar

Após essa análise, a fim de complementar a análise anterior (*dummies* de ano calendário), realiza-se as regressões utilizando a metodologia de *dummies* de ano eleitoral (ver tabelas 3.17 a 3.32) e pode-se inferir que as despesas: orçamentária, corrente, pessoal e encargos e de investimento apresentam relação inversa para a coincidência partidária entre o prefeito e o presidente – semelhante ao resultado encontrado em Cossio (1998) e (2000) para

os estados brasileiros – ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo. O PSDB (ver tabelas 3.17 a 3.19) aparece como o único partido a apresentar evidências estatisticamente significantes nas despesas orçamentárias, corrente e pessoal e encargos, cujos gastos em foram, em média, maiores que o do PMDB. As despesas de investimento (ver tabela 3.20) apresentam significativa redução no ano pós-eleitoral. Este resultado se assemelha ao encontrado em Nakaguma (2006), indicando a existência de “ajustes fiscais pós-eleitorais” de curto prazo, incidindo principalmente nesta rubrica da despesa. O PSDB apresenta gastos, em média, maiores que o do PMDB neste item da despesa.

Resultados interessantes também foram os encontrados para as variáveis: “Dívida Ativa” (ver tabela 3.30) e “Resultado Financeiro” (ver tabela 3.21). Os resultados foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo, para aquela variável, uma provável anistia dada aos cidadãos que se encontravam devedores para com os municípios, reduzindo, conseqüentemente, o ativo não financeiro das prefeituras. Já para o resultado financeiro, os resultados sugerem que os prefeitos realizam superávits nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este *superávit* no ano eleitoral, provavelmente através da abertura de créditos adicionais, para realizarem maiores despesas. No que tange à inscrição em restos a pagar processados (ver tabela 3.29), pode-se inferir que, apesar de o R^2 ajustado ser de apenas 39,2% e da significância estatística ser a 94%, os resultados ratificam o anteriormente encontrado, ou seja, o ano eleitoral apresenta redução na inscrição em restos a pagar, evidenciando uma preocupação dos prefeitos candidatos à reeleição com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), tornando-se fiscalmente mais conservadores.

Nas despesas por função pode-se inferir que os resultados encontrados ratificam aqueles obtidos na primeira análise utilizada. Entretanto pode-se inferir algumas novidades, como o fato de o PSDB ser o partido que investe mais em educação e cultura que os demais partidos. Pertencer ao mesmo partido do presidente significa uma redução nos gastos em agricultura, educação, cultura, saúde e saneamento e habitação e urbanismo. Estes últimos (saúde e saneamento e habitação e urbanismo) são reduzidos significativamente nos anos eleitoral e pós-eleitoral. As despesas na rubrica transporte aumentam no ano pós-eleitoral. Este aumento pode na verdade ser apenas um ajuste da significativa redução observada nos anos eleitorais de acordo com a análise feita para *dummies* de ano calendário. Por fim, para a despesa na função legislativa, os resultados confirmaram a existência de manipulações “eleitoreiras” com evidências significantes de aumento deste item da despesa no ano eleitoral.

Para todas as variáveis estudadas nesta segunda análise (à exceção das despesas com agricultura e transporte), foram encontradas evidências estatisticamente significativas para a *dummy* LRF, indicando a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal no comportamento dos gestores públicos.

4. RESUMO E CONCLUSÕES

Nesta seção apresentam-se conclusões acerca desta pesquisa. Inicialmente faz-se um resumo dos resultados encontrados neste trabalho, a fim de facilitar a compreensão do leitor. Em seguida discuti-se algumas implicações para a Contabilidade Governamental e para a gestão pública. Por fim apresenta-se sugestões para pesquisas futuras.

4.1 Resumo dos Resultados

O quadro 4 apresenta um resumo dos resultados encontrados neste trabalho, a fim de facilitar a compreensão do leitor. Resume-se, em quatro colunas, se foram ou não encontradas evidências, englobando as duas metodologias (*dummies* de ano calendário e de ano eleitoral) utilizadas nas regressões. Assim, a coluna ideologia partidária representa todos os resultados em que houve alguma significância estatística para os partidos políticos ou sua classificação em “direita” ou “esquerda”. Separam-se as eleições de 2000 e 2004 das eleições de 2002 e 2006, a fim de mostrar a movimentação política das prefeituras nas eleições para Presidente, Governador e Congresso Nacional. A última coluna engloba a coincidência partidária entre prefeitos e Governador e/ou Presidente. Cabe ressaltar que a coluna “eleições 2002/2006” não foi analisada pela metodologia de *dummy* de ano eleitoral, pois os anos eleitorais foram caracterizados apenas pelos anos de 2000 e 2004.

Registra-se como “sim” o fato de ter havido seja um aumento, seja uma diminuição nos gastos em determinada rubrica, pois mesmo uma diminuição poderia indicar manipulação “eleitoreira” no sentido de cortar gastos em uma rubrica para aplicar em outra.

Apesar das limitações, foi possível mostrar que, para os municípios fluminenses, o calendário eleitoral também exerce influência (estatisticamente) significativa sobre determinados gastos públicos, mesmo descontando efeitos específicos a cada município (a população, por exemplo). Em outras palavras, o fator “ano eleitoral” exerce influência sobre o comportamento da despesa dos municípios fluminenses.

Os resultados indicaram, ainda, a receita orçamentária como a variável que mais afeta o aumento dos gastos públicos no período eleitoral, mostrando que o montante de despesas está mais condicionado ao montante de recursos disponíveis para a prefeitura do que ao endividamento.

Quadro 4. Resumo dos resultados

VARIÁVEL DEPENDENTE	IDEOLOGIA PARTIDÁRIA	ELEIÇÕES 2000/2004	ELEIÇÕES 2002/2006	COINCIDENCIA PARTIDÁRIA
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
DESPESA CORRENTE	SIM	NÃO	SIM	SIM
PESSOAL E ENCARGOS	SIM	SIM	SIM	SIM
INVESTIMENTO	SIM	SIM	NÃO	SIM
LEGISLATIVA	SIM	SIM	SIM	NÃO
AGRICULTURA	SIM	NÃO	NÃO	SIM
EDUCAÇÃO E CULTURA	NÃO	NÃO	SIM	SIM
HABITAÇÃO E URBANISMO	SIM	SIM	NÃO	SIM
SAÚDE E SANEAMENTO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	SIM	SIM	SIM	SIM
TRANSPORTE	NÃO	SIM	SIM	SIM
TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	SIM	SIM	NÃO	NÃO
DÍVIDA ATIVA	SIM	SIM	NÃO	NÃO
RESULTADO FINANCEIRO	SIM	SIM	SIM	NÃO

Fonte: elaboração do autor

Foram encontradas evidências significativas de impulsos positivos na despesa com pessoal e encargos para os anos de 2004 e 2006 - assim como a despesa com “Assistência e Previdência Social” - indicando serem estas, as variáveis que mais sofreram manipulações eleitoreiras. Os partidos “de esquerda” gastam menos em despesas correntes que os partidos “de direita”. Entretanto, gastam mais em investimento e nas despesas com agricultura, habitação e urbanismo e previdência e assistência.

As despesas orçamentária, corrente, pessoal e encargos e de investimento apresentam relação inversa para a coincidência partidária entre o prefeito e o presidente, ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução dos gastos municipais, sugerindo uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo. O PSDB gasta mais em despesas orçamentária, corrente e pessoal e encargos e investimento que o PMDB, o partido de referência. Os gastos em investimento apresentam significativa redução no ano pós-eleitoral, indicando a existência de “ajustes fiscais pós-eleitorais” de curto prazo. Já o PDT e o PSB (e o agregado “Outros Partidos”) gastam mais em despesas correntes. Entretanto, gastam menos em investimento e nas rubricas agricultura, habitação e urbanismo, e previdência e assistência.

Para a variável “Dívida Ativa”, os resultados sugerem uma provável anistia dada aos cidadãos que se encontravam devedores para com os municípios, reduzindo, conseqüentemente, o ativo não financeiro das prefeituras. Já para o resultado financeiro, os resultados sugerem que os prefeitos realizam *superávits* nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este *superávit* no ano eleitoral, provavelmente através da abertura de créditos adicionais, para realizarem maiores despesas. No que tange a inscrição em restos a pagar; os resultados sugerem uma preocupação dos prefeitos candidatos à reeleição com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), tornando-se fiscalmente mais conservadores.

Os resultados também permitem inferir que os prefeitos fluminenses desempenham um papel importante nas eleições para os cargos de Presidente, Governador e para o Congresso Nacional (2002 e 2006), na medida em que realizaram maiores gastos em algumas rubricas do orçamento público municipal, mostrando o poder político das prefeituras fluminenses. Por fim, a coincidência partidária entre o prefeito e o presidente ou governador apresenta uma relação inversa (à exceção dos gastos com transporte, que apresenta relação direta), ou seja, pertencer ao mesmo partido do governador ou presidente significa redução dos gastos municipais que apresentaram evidências de manipulações “eleitoreiras”, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

4.2 Implicações para a Gestão e a Contabilidade Públicas

Tradicionalmente, os estudos sobre os chamados Ciclos Políticos – ou seja, sobre a existência de relação cíclica entre eleições e variáveis socioeconômicas – adotam abordagem macroeconômica. Outra abordagem do estudo dos ciclos políticos está relacionada com a análise do comportamento dos gastos públicos (à *la Rogoff*), porém com preocupação basicamente na análise fiscal. Em seu ilustrativo estudo, Preussler e Portugal (2003) vão além destas abordagens e analisam também o comportamento da variável déficit fiscal e sua relação com a ocorrência de eleições. Bittencourt (2002) também utilizou esta abordagem e, além disso, analisou as despesas por função para os estados brasileiros. Meneguín e Bugarin (2001) introduziram a variável dívida consolidada líquida, deixando aberta a via para estudos que tratem mais diretamente de variáveis relacionadas à Contabilidade Pública.

É crescente a exigência da sociedade para que o governo demonstre os resultados de suas “formas de governar”, maximizando assim os níveis de transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, o grande volume de recursos envolvidos no orçamento público pode transformá-lo em uma poderosa arma de manobra eleitoral, na

medida em que o chefe do poder executivo pode manipular a sua execução com fins de promoção pessoal e/ou partidária. Considerando-se, porém, que o governo – nas suas funções alocativa, distributiva e estabilizadora – existe para atender as demandas da coletividade e para proporcionar o bem estar social da população em geral, os programas governamentais não deveriam ser afetados por tal política.

Bittencourt (2002) afirma que: A habilidade dos eleitores avaliarem as escolhas políticas dos mandatários é diferente. Uma parcela do eleitorado está, por suposição, “informada”...já a outra parcela é “desinformada” e somente observa os instrumentos de política que diretamente afetam sua utilidade...e que o governo pode - *através de técnicas engenhosas de contabilidade* - obstruir a habilidade do eleitor de avaliar a necessidade do endividamento”. Para o autor, o acesso livre à mídia pode ajudar os eleitores a superar este problema...mas tais informações requerem igualmente recursos (rádio, televisão, jornais) destreza para processá-la, e tempo, e nenhum destes aspectos é igualmente distribuído entre a população.

Entretanto, em nosso entendimento e em sintonia com as demandas sociais pela maior transparência, a Contabilidade, como ciência e como prática profissional, é que deve assumir seu papel de intermediador da comunicação entre o governo e os interessados nas informações relevantes. A divulgação de informações mais claras, mais confiáveis e mais transparentes caracteriza uma legítima preocupação dos tomadores de decisão, pois os diversos agentes que interagem com o Governo estão cada vez mais interessados na correta aplicação dos seus tributos. A chamada *accountability* das ações governamentais ultrapassa os mandatos dos eleitos, porque sem informações confiáveis, relevantes e oportunas não é possível ativar os mecanismos de responsabilização ao longo do tempo.

A transparência das ações governamentais não esgota a busca da *accountability* durante os mandatos, porém é um requisito fundamental para a efetivação de seus instrumentos institucionais, pois sem informações confiáveis, relevantes e oportunas, não há possibilidade de os atores políticos e sociais ativarem os mecanismos de responsabilização.

O presente trabalho buscou iniciar uma discussão sobre a interação da Contabilometria com a Contabilidade Governamental (ou Pública) no que diz respeito à prestação de informações quantitativas úteis e relevantes para os usuários (tanto os *policymakers*, quanto o eleitorado) em relação ao que ocorreu no período eleitoral antes e até o ano de 2006.

Portanto, a contabilidade não pode e nem deve sofrer influências com as mudanças de governo, mantendo-se fiel às suas premissas básicas como ciência da informação. Logo, as “técnicas engenhosas de contabilidade” comentada em Bittencourt (2002) e os resultados das

manipulações nas variáveis contábeis encontradas no presente trabalho, deixam margem para a seguinte indagação: existirá o *Political Accounting Cycle*?

4.3 Sugestões para pesquisas futuras

Ao chegar ao final desta dissertação, é notória a amplitude do tema estudado, fazendo-se necessária maior investigação sobre o comportamento dos gestores públicos, não só no estado do Rio de Janeiro, como também no Brasil de forma geral. A seguir, lista-se possíveis sugestões de pesquisas que poderiam ser realizadas nos municípios do estado do Rio de Janeiro, sobre o tema Ciclos Políticos:

- a) Analisar a reação multiplicativa sobre as variáveis dependentes por meio de *dummy* de inclinação (coeficiente angular) nos regressores;
- b) Incluir defasagens para as variáveis dependentes no modelo de *dummies* de ano eleitoral;
- c) Experimentar a transformação da forma funcional por meio de logaritmos, quando possível;
- d) Utilizar outros modelos de estimação (por exemplo, GMM) nas regressões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKERMAN, J. "Political Economic Cycles," in *Political Business Cycles*. B. S. Frey ed: **The International Library of Critical Writing in Economics**, Elgar Reference Collection. 1947.

AKHMEDOV, A; ZHURAVSKAYA, E. Opportunistic political cycles: Test in a young democracy setting. **Quarterly Journal of Economics**, Vol 119:4, págs. 1301-1338, 2004.

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**: Vol. 102, pags 651-678, 1987.

ALESINA, A; SACHS. J. "Political Parties and Business Cycle in the United States, 1948-84." **Journal of Money, Credit, and Banking**, 20. 1988.

ALESINA, A; ROUBINI, N. Political Cycles in OECD economies. **Review of Economic Studies**. Vol. 59 (201), págs 663-688, outubro, 1992.

ARAÚJO JR, A.F; SHIKIDA, C.D; SILVA, M.C. Federalismo Fiscal, Ciclos Políticos e Reeleição: uma breve análise do caso mineiro. **Ibmec MG Working Paper** – WP2. 2003.

BALEEIRO, A. **Uma Introdução à Ciência das Finanças** – RJ. Forense – 1998.

BARRO, R. On the Determination of Public Debt. **Journal of Political Economy**. Vol. 87, págs. 840-871, 1979.

BESLEY, T; CASE, A. Does Political Accountability Affect Economic Policy Choices? Evidence from Gubernatorial Term Limits. **Quarterly Journal of Economics**, Vol 110, págs. 769-798, 1995b.

BITTENCOURT, J.L. **Evidências de ciclos políticos na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002.

BLOCK, S. A. **Elections, Electoral Competitiveness, and Political Budget Cycles in Developing Countries**. Tufts University press. 2001.

BONOMO, M; TERRA, C. The Political Economy of Exchange Rate Policy in Brazil. Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia - ANPEC. Vitória, 1998.

BORSANI, H. Instituições Políticas e Resultados Macroeconômicos na América Latina (1979-1998). **Editora UFMG**, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BURKLIN, W.P. Why study political cycles? **European Journal of Political Research** 15: 131-143 (1987).

CANÇADO, P. L; ARAUJO JR, A. F. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000. **Ibmec MG Working Paper – WP26**. 2004.

CANCIO, A.J. **A estabilidade na execução orçamentária dos programas sociais do governo federal brasileiro: análise empírica no período de 2000 a 2002**. Dissertação de Mestrado. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2004.

CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, págs. 136-163

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Porto Alegre: Bookman, 2 ed. 2005.

COSSIO, F.A.B. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. **Economia**, vol.2, n.1, p.207-258, 2001.

CUKIERMAN, A; MELTZER, A. A Positive Theory of Discretionary Policy, The Cost of a Democratic Government and The Benefit of a Constitution. **Economy Inquiry**, n. 24, págs. 367-388, 1986.

DÖPKE, J; PIERDZIOCH, C. Politics and the stock market: Evidence from Germany. **European Journal of Political Economy**. Vol. 22 , págs. 925–943, 2006.

DOWNS, A. An Economic Theory of Political Action in a Democracy. **Journal of Political Economy**, vol. 65, nº 2, abril, 1957.

DRAZEN, A. The Political Business Cycle After 25 Years. **University of Maryland, Hebrew University of Jerusalem, and NBER**, maio, 2000.

DRAZEN, A. Political economy in macroeconomics. Princeton University Press, 2002.

FERREIRA, I.F.S; BUGARIN, M.S. Ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro: o papel das transferências voluntárias no resultado das eleições municipais. **XXVI Encontro Brasileiro de Econometria**. João Pessoa. 2004.

FERREIRA, I.F.S; BUGARIN, M.S. Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro. **Ibmec SP Working Paper** - WP 16. 2006

FIALHO, T. M. M. Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 51, nº3, págs. 379-389, 1997.

FREY, B. S; SCHNEIDER, F. An Empirical Study of Politico-Economic Interaction in the United States. **The Review of Economics and Statistics**. Vol. 60, nº 2, maio, 1978b.

GARTNER, M. Political Business Cycles When Real Activity is Persistent. **Journal of Macroeconomics**, Fall 1996, Vol. 18, No. 4, pp. 679~592

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GIAMBIAGI, F; ALÉM, A.C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 2000 - Ed. Campus

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 3 ed. São Paulo, Makron Books, 2000.

GONÇALVES, C.E.S; FENOLIO, F. R. Ciclos Eleitorais e Política Monetária: Evidências Para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**. Vol. 37, nº3, dezembro, 2007.

HIBBS, D. A. Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**: Vol. 71, pags 1467-1487. Dezembro 1977.

IUDÍCIBUS, S. Existirá a contabilometria? **Revista Brasileira de Contabilidade**. Rio de Janeiro, nº 41, p. 44-46. 1982.

JUDGE, G. G.; CARTER HILL, R.; GRIFFITHS, W. E.; LÜTKEPOHL, H.; LEE, T. 1988. **Introduction to the Theory and Practice of Econometrics**. 2 ed. New York: Wiley.

KALECKI, M. 1943. "Political Aspects of Full Employment. **Political Quarterly**. Vol. 7, págs. 322-31.

KENNEDY, P. 1998. A Guide to Econometrics. 4 ed. **Cambridge, Mass.:**The MIT Press.

LEI Nº 4320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, maio de 1964. Disponível em: www.planalto.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, maio de 2000. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br

LINDBECK, A. Stabilization Policies in Open Economies with Endogenous Politicians. **American Economic Review, Papers and proceedings**. nº56, págs. 1-19, maio, 1976.

MACHADO J. T; REIS, H. C. A Lei 4.320 Comentada, Rio de Janeiro, IBAM, 28ª ed., 1999.

MARQUES, L.D. Modelos Dinâmicos com Dados em Painel: revisão de literatura. **CEMPRE**, Faculdade de Economia do Porto. 2000.

MARTINS, R. "**Voto, Eleitores e Ciclos Políticos: Uma análise Político-Económica.**" Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra. 2001.

MARTINS, R. (2002), As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português. **Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF)**, Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/gemf/estudos/pdf/2002/gemf02_05.pdf.

MATSUMOTO, A.S; PEREIRA, S.E; NASCIMENTO, G.S. **A utilização da contabilometria e a agregação de valor à informação contábil**. III congresso USP Iniciação científica em contabilidade. Julho 2006.

MENEGUIN, F. B; BUGARIN, M. S. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. **Economia Aplicada**: vol 5, nº 3, 2001. 15

MENEGUIN, F.B; BUGARIN, M. S. O que leva um Governante à Reeleição? **Série Textos para Discussão**. Texto no 305. UnB. 2003.

MOTA, F. G. L. Contabilidade Aplicada à Administração Pública. 2ª edição – Ed: Vestcon Editora Ltda - Brasília – DF, 1998.

NAKAGUMA, M. Y; BENDER, S. “A emenda da reeleição e a Lei de responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002)”. **Revista de Economia Aplicada**, 10(3):3771-397.Jul-Set 2006.

NAKAGUMA, M.Y. **Ciclos Políticos Resultados Eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade do Estado de São Paulo. FEA-USP. 2006.

NORDHAUS, W. The political business cycle. **Review of Economic Studies**: nº 42, pags 169-190, 1975.

PAIVA, C.A.C. Interesses eleitorais e flutuações de preços em mercados regulados. **Revista de economia política**, vol 14, nº 4 (56), out/dez 1994.

PAIVA, C; MOITA, R. Political Price Cycles in Regulated Industries: Theory and Evidence. **IMF Working Paper**. WP/06/260. Novembro, 2006.

PERSSON, T; TABELLINI, G. Macroeconomic policy, credibility, and politics: **Harwood Academic Publishers**. 1990.

PETTERSON – LIBDOM, Per (2001). **A test of the rational electoral-cycle hypothesis**. Disponível [Online] em www.courses.fas.harvard.edu/~gov3007/Electoralcycle.doc. Setembro 20, 2002.

PREUSSLER, A. P. S.; PORTUGAL, M. S. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. **Análise Econômica**, v. 21, n. 40, p. 179-205, 2003.

PISCITELLI, R. B; TIMBÓ, M. Z. F; ROSA, M. B. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 1997.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ROGOFF, K; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**: Vol. 55:1, pags 1-16, 1988.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**. Vol. 80, págs 21-26, 1990.

SAKURAI, S.N. **Political business cycles: procurando evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001)**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade do Estado de São Paulo. FEA-USP. 2004.

SAKURAI, S.N. Testando a Hipótese de Ciclos Eleitorais Racionais nas Eleições dos Municípios Paulistas. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 297-315, abril-junho 2005.

SAKURAI, S. N; GREMAUD, A. P. **Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989 – 2001)**. XXXII Encontro Nacional de Economia – ANPEC. 7 a 10 de dezembro de 2004, João Pessoa, PB. 2004.

SALVATO, M.A., ANTUNES, P.C., ARAUJO JR, A.F, SHIKIDA, C.D. Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006. **Ibmec MG Working Paper** – WP42. 2007.

SANTA-CLARA, P; VALKANOV, R. The Presidential Puzzle: Political Cycles and the StockMarket. **The Journal of Finance**, Vol. 58, nº. 5, outubro 2003

SHI, M; SVENSSON, J. Political budget cycles: Do they differ across countries and why? **Journal of Public Economics**. Vol. 90, págs. 1367– 1389, 2006.

SCHUKNECHT, L. Political Business Cycles in Developing Countries. **Kyklos**, Vol.49, nº 2, pág. 155-70, 1996.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1984.

SPIEGEL, M. **Estatística**. 2. ed., Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1969.

SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental**. São Paulo: Atlas: 2003.

SILVA, M. C; CHACON, M. J. M; DOS SANTOS, J. O que é contabilometria? **Revista Pensar Contábil – CRC-RJ**. Rio de Janeiro, ano VII, nº 2, p.40-43, fev/abr.2005.

TAVARES, A.L. Uma aplicação dos métodos quantitativos em ciências contábeis: um estudo de caso da Empresa NE. **Revista da FARN**, Natal, v.3, n.1/2, p. 69 - 87, jul. 2003/jun. 2004.

TCE-RJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - Secretaria Geral de Planejamento: Perfil socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro. 2º trim. 2006. Disponível em <http://www.tce.rj.gov.br>. Acessado em 20 de setembro de 2007.

TUFTE, E. Political Control of the Economy. Princeton, N J: **Princeton University Press**.1978.

VEIGA, L. G; VEIGA, F. J. Ciclos Político-Económicos nos Municípios Portugueses. **II Conferência do Banco de Portugal**. “Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu”. Universidade do Minho. 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/3822>.

Tabela 3.1: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas Orçamentárias

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	-72,221	57,521		-1,256	,210
PREF_PDT	-41,446	56,558	-,014	-,733	,464
PREF_PSDB	96,698	52,205	,029	1,852	,065
PREF_PFL	-39,783	40,694	-,009	-,978	,329
PREF_PP	-28,143	37,317	-,008	-,754	,451
PREF_PSB	-49,742	57,390	-,013	-,867	,387
OUT_PARTIDO	-26,063	44,697	-,007	-,583	,560
PARTID_ESQ	23,060	47,610	,009	,484	,628
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-21,292	19,508	-,008	-1,091	,276
MESMODOPRESID	-134,701	40,596	-,040	-3,318	,001
DUM_1999	-37,423	27,877	-,010	-1,342	,180
DUM_2000	-68,062	28,415	-,018	-2,395	,017
DUM_2001	-64,049	30,552	-,017	-2,096	,037
DUM_2002	-53,120	31,148	-,014	-1,705	,089
DUM_2003	-26,786	30,986	-,007	-,864	,388
DUM_2004	-52,704	31,571	-,014	-1,669	,096
DUM_2005	-75,521	33,308	-,020	-2,267	,024
DUM_2006	-21,510	34,338	-,006	-,626	,532
DEF_RECORCA_PCAP	1,032	,017	1,053	61,364	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,297	,038	-,077	-7,887	,000

N = 360

R2 ajust = 0,989

F = 579,668

p < 0,1 %

Tabela 3.2: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas Correntes

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	134,957	72,540		1,860	,064
PREF_PDT	250,750	71,324	,110	3,516	,001
PREF_PSDB	25,924	65,835	,010	,394	,694
PREF_PFL	-25,503	51,318	-,007	-,497	,620
PREF_PP	-49,014	47,060	-,017	-1,042	,298
PREF_PSB	213,585	72,374	,073	2,951	,003
OUT_PARTIDO	205,468	56,366	,076	3,645	,000
PARTID_ESQ	-245,382	60,041	-,129	-4,087	,000
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-11,684	24,601	-,005	-,475	,635
MESMODOPRESID	-69,181	51,195	-,027	-1,351	,178
DUM_1999	12,926	35,155	,004	,368	,713
DUM_2000	-2,041	35,834	-,001	-,057	,955
DUM_2001	9,108	38,529	,003	,236	,813
DUM_2002	-59,509	39,281	-,020	-1,515	,131
DUM_2003	32,576	39,076	,011	,834	,405
DUM_2004	16,704	39,814	,006	,420	,675
DUM_2005	55,782	42,004	,019	1,328	,185
DUM_2006	126,059	43,303	,042	2,911	,004
DEF_RECORCA_PCAP	,767	,021	1,006	36,136	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,220	,047	-,074	-4,641	,000

N = 360

R2 ajust = 0,972

F = 156,139

p < 0,1 %

Tabela 3.3: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas de Pessoal e Encargos

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	388,439	45,412		8,554	,000
PREF_PDT	-2,200	44,651	-,002	-,049	,961
PREF_PSDB	37,904	41,215	,033	,920	,358
PREF_PFL	-26,485	32,127	-,017	-,824	,410
PREF_PP	-26,975	29,461	-,021	-,916	,361
PREF_PSB	12,660	45,308	,010	,279	,780
OUT_PARTIDO	-13,896	35,287	-,011	-,394	,694
PARTID_ESQ	-34,207	37,587	-,040	-,910	,364
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-14,200	15,401	-,015	-,922	,357
MESMODOPRESID	-40,599	32,050	-,035	-1,267	,206
DUM_1999	-11,505	22,008	-,009	-,523	,602
DUM_2000	-18,101	22,433	-,014	-,807	,420
DUM_2001	21,353	24,121	,016	,885	,377
DUM_2002	58,352	24,591	,044	2,373	,018
DUM_2003	94,222	24,463	,071	3,852	,000
DUM_2004	101,675	24,925	,076	4,079	,000
DUM_2005	70,975	26,296	,053	2,699	,007
DUM_2006	105,066	27,109	,079	3,876	,000
DEF_RECORCA_PCAP	,242	,013	,709	18,229	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,066	,030	-,049	-2,204	,028

N = 360

R2 ajust = 0,946

F = 108,696

p < 0,1 %

Tabela 3.4: Resultado das regressões para a variável dependente Despesa de Investimento

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	-207,769	63,491		-3,272	,001
PREF_PDT	-270,241	62,428	-,359	-4,329	,000
PREF_PSDB	77,285	57,623	,092	1,341	,181
PREF_PFL	-13,985	44,917	-,012	-,311	,756
PREF_PP	22,638	41,190	,024	,550	,583
PREF_PSB	-236,420	63,346	-,245	-3,732	,000
OUT_PARTIDO	-203,308	49,335	-,229	-4,121	,000
PARTID_ESQ	247,858	52,551	,397	4,716	,000
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-6,917	21,532	-,010	-,321	,748
MESMODOPRESID	-62,467	44,809	-,073	-1,394	,164
DUM_1999	-46,573	30,770	-,048	-1,514	,131
DUM_2000	-49,654	31,364	-,051	-1,583	,114
DUM_2001	-63,896	33,723	-,065	-1,895	,059
DUM_2002	18,682	34,381	,019	,543	,587
DUM_2003	-47,222	34,202	-,048	-1,381	,168
DUM_2004	-53,013	34,847	-,054	-1,521	,129
DUM_2005	-126,568	36,764	-,130	-3,443	,001
DUM_2006	-144,956	37,901	-,148	-3,825	,000
DEF_RECORCA_PCAP	,248	,019	,992	13,383	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,053	,042	-,054	-1,283	,200

N = 360

R2 ajust = 0,802

F = 26,137

p < 0,1 %

Tabela 3.5: Resultado das regressões para a variável dependente Resultado Financeiro

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	-231,829	86,864		-2,669	,008
PREF_PDT	-43,169	86,375	-,056	-,500	,618
PREF_PSDB	-52,458	79,703	-,061	-,658	,511
PREF_PFL	-116,845	61,809	-,102	-1,890	,060
PREF_PP	-21,699	57,001	-,022	-,381	,704
PREF_PSB	-16,562	87,677	-,017	-,189	,850
OUT_PARTIDO	-97,802	68,057	-,108	-1,437	,152
PARTID_ESQ	-102,002	72,503	-,161	-1,407	,160
DUMMY PARTIDO PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-4,686	29,803	-,007	-,157	,875
MESMODOPRESID	70,987	61,889	,082	1,147	,252
DUM_1999	20,799	42,574	,021	,489	,626
DUM_2000	75,693	43,194	,076	1,752	,081
DUM_2001	183,955	45,463	,185	4,046	,000
DUM_2002	192,210	46,286	,194	4,153	,000
DUM_2003	170,601	46,312	,172	3,684	,000
DUM_2004	208,769	46,715	,210	4,469	,000
DUM_2005	257,787	48,678	,260	5,296	,000
DUM_2006	292,058	49,697	,294	5,877	,000
DEF_RECORCA_PCAP	,102	,025	,402	4,087	,000

N = 360

R2 ajust = 0,633

F = 11,869

p < 0,1 %

Tabela 3.6: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Agricultura

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	-43,317	12,557		-3,450	,001
PREF_PDT	-28,629	12,347	-,161	-2,319	,021
PREF_PSDB	5,493	11,396	,028	,482	,630
PREF_PFL	-10,334	8,884	-,039	-1,163	,246
PREF_PP	-,450	8,146	-,002	-,055	,956
PREF_PSB	-28,277	12,528	-,123	-2,257	,025
OUT_PARTIDO	-29,052	9,757	-,138	-2,977	,003
PARTID_ESQ	28,760	10,393	,194	2,767	,006
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-4,199	4,259	-,025	-,986	,325
MESMODOPRESID	-4,269	8,862	-,021	-,482	,630
DUM_1999	-1,652	6,086	-,007	-,272	,786
DUM_2000	-3,282	6,203	-,014	-,529	,597
DUM_2001	-2,876	6,670	-,012	-,431	,667
DUM_2002	-5,852	6,800	-,025	-,861	,390
DUM_2003	-,878	6,764	-,004	-,130	,897
DUM_2004	-11,559	6,892	-,050	-1,677	,095
DUM_2005	-6,289	7,271	-,027	-,865	,388
DUM_2006	-14,290	7,496	-,062	-1,906	,058
DEF_RECORCA_PCAP	,034	,004	,571	9,239	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,017	,008	-,072	-2,048	,041

N = 360

R2 ajust = 0,863

F = 39,828

p < 0,1 %

Tabela 3.7: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Educação e Cultura

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	151,665	24,760		6,125	,000
PREF_PDT	7,764	24,346	,014	,319	,750
PREF_PSDB	-3,740	22,472	-,006	-,166	,868
PREF_PFL	-10,978	17,517	-,013	-,627	,531
PREF_PP	-1,296	16,063	-,002	-,081	,936
PREF_PSB	22,770	24,704	,032	,922	,357
OUT_PARTIDO	24,401	19,240	,038	1,268	,206
PARTID_ESQ	-27,014	20,494	-,059	-1,318	,188
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-2,318	8,397	-,004	-,276	,783
MESMODOPRESID	-19,062	17,475	-,031	-1,091	,276
DUM_1999	-6,530	12,000	-,009	-,544	,587
DUM_2000	4,883	12,231	,007	,399	,690
DUM_2001	27,095	13,151	,038	2,060	,040
DUM_2002	-35,457	13,408	-,050	-2,644	,009
DUM_2003	-18,304	13,338	-,026	-1,372	,171
DUM_2004	-21,584	13,590	-,030	-1,588	,113
DUM_2005	-12,913	14,338	-,018	-,901	,368
DUM_2006	,445	14,781	,001	,030	,976
DEF_RECORCA_PCAP	,165	,007	,907	22,854	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,051	,016	-,072	-3,176	,002

N = 360

R2 ajust = 0,943

F = 104,122

p < 0,1 %

Tabela 3.8: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Assistência e Previdência Social

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	-19,512	20,235		-,964	,336
PREF_PDT	-52,316	19,897	-,208	-2,629	,009
PREF_PSDB	-23,164	18,365	-,082	-1,261	,208
PREF_PFL	-2,859	14,316	-,008	-,200	,842
PREF_PP	-6,922	13,128	-,022	-,527	,598
PREF_PSB	-63,064	20,189	-,195	-3,124	,002
OUT_PARTIDO	-51,313	15,724	-,173	-3,263	,001
PARTID_ESQ	50,268	16,749	,240	3,001	,003
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-17,262	6,863	-,073	-2,515	,012
MESMODOPRESID	21,389	14,281	,075	1,498	,135
DUM_1999	6,408	9,807	,020	,653	,514
DUM_2000	12,062	9,996	,037	1,207	,229
DUM_2001	36,980	10,748	,113	3,441	,001
DUM_2002	13,176	10,958	,040	1,202	,230
DUM_2003	16,701	10,901	,051	1,532	,127
DUM_2004	22,377	11,106	,068	2,015	,045
DUM_2005	18,268	11,717	,056	1,559	,120
DUM_2006	24,522	12,080	,075	2,030	,043
DEF_RECORCA_PCAP	,032	,006	,383	5,432	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	,010	,013	,032	,790	,430

N = 360

R2 ajust = 0,821

F = 29,355

p < 0,1 %

Tabela 3.9: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Saúde e Saneamento

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	-13,685	43,101		-,318	,751
PREF_PDT	28,920	42,379	,040	,682	,495
PREF_PSDB	-37,185	39,117	-,046	-,951	,343
PREF_PFL	-4,292	30,492	-,004	-,141	,888
PREF_PP	-38,364	27,962	-,041	-1,372	,171
PREF_PSB	58,450	43,002	,062	1,359	,175
OUT_PARTIDO	43,250	33,491	,050	1,291	,198
PARTID_ESQ	-17,883	35,674	-,029	-,501	,617
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-18,739	14,617	-,027	-1,282	,201
MESMODOPRESID	-15,181	30,419	-,018	-,499	,618
DUM_1999	-16,294	20,888	-,017	-,780	,436
DUM_2000	-24,951	21,291	-,026	-1,172	,242
DUM_2001	-49,984	22,893	-,053	-2,183	,030
DUM_2002	-3,951	23,339	-,004	-,169	,866
DUM_2003	-13,231	23,218	-,014	-,570	,569
DUM_2004	-21,150	23,656	-,022	-,894	,372
DUM_2005	-8,502	24,957	-,009	-,341	,734
DUM_2006	-3,266	25,729	-,003	-,127	,899
DEF_RECORCA_PCAP	,287	,013	1,180	22,783	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,042	,028	-,044	-1,499	,135

N = 360

R2 ajust = 0,904

F = 58,964

p < 0,1 %

Tabela 3.10: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Transporte

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	-24,338	20,794		-1,170	,243
PREF_PDT	-25,376	20,446	-,119	-1,241	,216
PREF_PSDB	-32,162	18,872	-,135	-1,704	,089
PREF_PFL	-16,295	14,711	-,051	-1,108	,269
PREF_PP	2,697	13,490	,010	,200	,842
PREF_PSB	-7,849	20,746	-,029	-,378	,705
OUT_PARTIDO	-29,656	16,158	-,118	-1,835	,067
PARTID_ESQ	19,170	17,211	,108	1,114	,266
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-5,823	7,052	-,029	-,826	,410
MESMODOPRESID	41,446	14,675	,171	2,824	,005
DUM_1999	1,615	10,077	,006	,160	,873
DUM_2000	9,165	10,272	,033	,892	,373
DUM_2001	12,039	11,045	,043	1,090	,277
DUM_2002	-27,131	11,260	-,098	-2,409	,017
DUM_2003	-20,256	11,201	-,073	-1,808	,072
DUM_2004	-34,859	11,413	-,126	-3,054	,002
DUM_2005	-32,145	12,041	-,116	-2,670	,008
DUM_2006	-42,197	12,413	-,152	-3,399	,001
DEF_RECORCA_PCAP	,033	,006	,461	5,396	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,004	,014	-,014	-,282	,778

N = 360

R2 ajust = 0,737

F = 18,358

p < 0,1 %

Tabela 3.11: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Habitação e Urbanismo

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	51,801	41,817		1,239	,216
PREF_PDT	-97,172	41,116	-,237	-2,363	,019
PREF_PSDB	53,537	37,952	,117	1,411	,159
PREF_PFL	-,723	29,584	-,001	-,024	,981
PREF_PP	16,243	27,129	,031	,599	,550
PREF_PSB	-111,555	41,721	-,212	-2,674	,008
OUT_PARTIDO	-92,938	32,494	-,192	-2,860	,005
PARTID_ESQ	70,898	34,612	,208	2,048	,041
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	5,198	14,182	,013	,367	,714
MESMODOPRESID	-76,229	29,513	-,164	-2,583	,010
DUM_1999	-6,904	20,266	-,013	-,341	,734
DUM_2000	-4,979	20,657	-,009	-,241	,810
DUM_2001	5,873	22,211	,011	,264	,792
DUM_2002	25,535	22,644	,048	1,128	,260
DUM_2003	17,686	22,526	,033	,785	,433
DUM_2004	15,800	22,951	,030	,688	,492
DUM_2005	-16,688	24,214	-,031	-,689	,491
DUM_2006	20,081	24,963	,038	,804	,422
DEF_RECORCA_PCAP	,098	,012	,721	8,047	,000
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,026	,027	-,048	-,938	,349

N = 360

R2 ajust = 0,711

F = 16,242

p < 0,1 %

Tabela 3.12: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas Legislativas

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	104,661	11,518		9,087	,000
PREF_PDT	-,724	11,325	-,006	-,064	,949
PREF_PSDB	-2,472	10,453	-,017	-,237	,813
PREF_PFL	-12,003	8,148	-,062	-1,473	,142
PREF_PP	-21,947	7,472	-,135	-2,937	,004
PREF_PSB	-4,217	11,492	-,026	-,367	,714
OUT_PARTIDO	-4,662	8,950	-,031	-,521	,603
PARTID_ESQ	-4,645	9,533	-,044	-,487	,626
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-2,836	3,906	-,023	-,726	,468
MESMODOPRESID	-14,925	8,129	-,103	-1,836	,067
DUM_1999	2,104	5,582	,013	,377	,707
DUM_2000	12,078	5,690	,072	2,123	,035
DUM_2001	-15,804	6,118	-,095	-2,583	,010
DUM_2002	-22,515	6,237	-,135	-3,610	,000
DUM_2003	-17,703	6,205	-,106	-2,853	,005
DUM_2004	-22,705	6,322	-,136	-3,592	,000
DUM_2005	-17,334	6,669	-,104	-2,599	,010
DUM_2006	-12,355	6,876	-,074	-1,797	,073
DEF_RECORCA_PCAP	-,008	,003	-,193	-2,449	,015
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,002	,008	-,015	-,325	,745

N = 360

R2 ajust = 0,776

F = 22,492

p < 0,1 %

Tabela 3.13: Resultado das regressões para a variável dependente Restos a Pagar Processados

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	135,200	29,828		4,533	,000
PREF_PDT	26,044	29,329	,128	,888	,375
PREF_PSDB	-72,995	27,071	-,320	-2,696	,007
PREF_PFL	-24,274	21,102	-,079	-1,150	,251
PREF_PP	-46,539	19,351	-,179	-2,405	,017
PREF_PSB	17,019	29,760	,065	,572	,568
OUT_PARTIDO	7,756	23,178	,032	,335	,738
PARTID_ESQ	-37,905	24,689	-,224	-1,535	,126
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-5,512	10,116	-,029	-,545	,586
MESMODOPRESID	,461	21,052	,002	,022	,983
DUM_1999	-16,853	14,456	-,064	-1,166	,245
DUM_2000	-47,998	14,735	-,181	-3,257	,001
DUM_2001	-60,794	15,843	-,230	-3,837	,000
DUM_2002	-61,557	16,152	-,232	-3,811	,000
DUM_2003	-29,223	16,068	-,110	-1,819	,070
DUM_2004	-83,836	16,371	-,317	-5,121	,000
DUM_2005	-49,753	17,272	-,188	-2,881	,004
DUM_2006	-41,461	17,806	-,157	-2,328	,021
DEF_RECORCA_PCAP	,013	,009	,187	1,456	,146
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,113	,020	-,425	-5,810	,000

N = 360

R2 ajust = 0,407

F = 5,243

p < 0,1 %

Tabela 3.14: Resultado das regressões para a variável dependente Dívida Ativa

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	1252,183	76,919		16,279	,000
PREF_PDT	90,316	75,630	,086	1,194	,233
PREF_PSDB	46,434	69,809	,040	,665	,506
PREF_PFL	-73,253	54,417	-,046	-1,346	,179
PREF_PP	62,743	49,901	,047	1,257	,210
PREF_PSB	211,272	76,743	,157	2,753	,006
OUT_PARTIDO	7,002	59,769	,006	,117	,907
PARTID_ESQ	-132,947	63,665	-,152	-2,088	,038
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-15,249	26,086	-,015	-,585	,559
MESMODOPRESID	69,326	54,286	,058	1,277	,203
DUM_1999	26,553	37,278	,019	,712	,477
DUM_2000	40,118	37,997	,029	1,056	,292
DUM_2001	121,390	40,855	,089	2,971	,003
DUM_2002	153,689	41,652	,113	3,690	,000
DUM_2003	162,040	41,435	,119	3,911	,000
DUM_2004	170,482	42,217	,125	4,038	,000
DUM_2005	197,145	44,540	,145	4,426	,000
DUM_2006	269,720	45,917	,198	5,874	,000
DEF_RECORCA_PCAP	,026	,022	,073	1,140	,255
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,222	,050	-,161	-4,405	,000

N = 360

R2 ajust = 0,851

F = 36,433

p < 0,1 %

Tabela 3.15: Resultado das regressões para a variável dependente Outras Transferências da União

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	41,553	19,635		2,116	,035
PREF_PDT	3,521	19,306	,031	,182	,855
PREF_PSDB	5,485	17,820	,043	,308	,758
PREF_PFL	15,358	13,891	,091	1,106	,270
PREF_PP	3,436	12,738	,024	,270	,788
PREF_PSB	20,429	19,590	,141	1,043	,298
OUT_PARTIDO	3,297	15,257	,025	,216	,829
PARTID_ESQ	-6,254	16,252	-,067	-,385	,701
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-,443	6,659	-,004	-,067	,947
MESMODOPRESID	13,573	13,858	,106	,979	,328
DUM_1999	-2,249	9,516	-,015	-,236	,813
DUM_2000	-,509	9,699	-,003	-,052	,958
DUM_2001	5,511	10,429	,038	,528	,598
DUM_2002	-24,370	10,633	-,166	-2,292	,023
DUM_2003	-2,844	10,577	-,019	-,269	,788
DUM_2004	-26,016	10,777	-,177	-2,414	,016
DUM_2005	-29,588	11,370	-,201	-2,602	,010
DUM_2006	-30,860	11,721	-,210	-2,633	,009
DEF_RECORCA_PCAP	-,003	,006	-,079	-,519	,604
DEF_SUPERFIN_PCAP	,013	,013	,089	1,027	,305

N = 360

R2 ajust = 0,165

F = 2,219

p < 0,1 %

Tabela 3.16: Resultado das regressões para a variável dependente Outras Transferências dos Estados

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	16,036	9,764		1,642	,102
PREF_PDT	3,646	9,600	,065	,380	,704
PREF_PSDB	-,642	8,861	-,010	-,072	,942
PREF_PFL	-10,622	6,907	-,126	-1,538	,125
PREF_PP	-7,659	6,334	-,107	-1,209	,228
PREF_PSB	-10,846	9,741	-,150	-1,113	,266
OUT_PARTIDO	-3,244	7,587	-,049	-,428	,669
PARTID_ESQ	7,048	8,081	,151	,872	,384
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-2,713	3,311	-,051	-,819	,413
MESMODOPRESID	-6,573	6,891	-,103	-,954	,341
DUM_1999	-13,183	4,732	-,180	-2,786	,006
DUM_2000	-7,040	4,823	-,096	-1,460	,145
DUM_2001	-6,058	5,186	-,083	-1,168	,244
DUM_2002	-11,181	5,287	-,153	-2,115	,035
DUM_2003	-14,640	5,260	-,200	-2,783	,006
DUM_2004	-19,846	5,359	-,271	-3,703	,000
DUM_2005	-17,729	5,654	-,242	-3,136	,002
DUM_2006	-18,644	5,828	-,255	-3,199	,002
DEF_RECORCA_PCAP	-,001	,003	-,031	-,206	,837
DEF_SUPERFIN_PCAP	,004	,006	,059	,685	,494

N = 360

R2 ajust = 0,167

F = 2,238 p < 0,1 %

Tabela 3.17: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas Orçamentárias

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	1460,573	185,835		7,860	,000
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-58,615	68,734	-,020	-,853	,394
ANOELEIT	-170,508	73,204	-,059	-2,329	,020
ANOPOSELEIT	-117,667	69,892	-,041	-1,684	,093
DUM_LRF	390,674	73,603	,135	5,308	,000
PREF_PDT	-294,261	199,436	-,100	-1,475	,141
PREF_PSDB	771,578	180,270	,234	4,280	,000
PREF_PFL	-44,734	147,886	-,010	-,302	,762
PREF_PP	-120,458	135,501	-,032	-,889	,375
PREF_PSB	-242,252	204,035	-,064	-1,187	,236
OUT_PARTIDO	40,249	163,014	,012	,247	,805
PARTID_ESQ	174,277	173,778	,071	1,003	,317
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-64,006	70,601	-,023	-,907	,365
MESMODOPRESID	-1011,962	137,121	-,303	-7,380	,000

N = 360

R2 ajust = 0,856

F = 42,052

p < 0,1 %

Tabela 3.18: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas Correntes

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	1306,937	149,453		8,745	,000
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-19,698	55,278	-,009	-,356	,722
ANOELEIT	-114,449	58,873	-,051	-1,944	,053
ANOPOSELEIT	-60,783	56,209	-,027	-1,081	,280
DUM_LRF	325,967	59,193	,145	5,507	,000
PREF_PDT	-14,382	160,391	-,006	-,090	,929
PREF_PSDB	467,309	144,977	,183	3,223	,001
PREF_PFL	-50,057	118,934	-,015	-,421	,674
PREF_PP	-142,438	108,973	-,049	-1,307	,192
PREF_PSB	-1,493	164,090	-,001	-,009	,993
OUT_PARTIDO	235,281	131,099	,087	1,795	,074
PARTID_ESQ	-115,598	139,756	-,061	-,827	,409
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-25,369	56,779	-,012	-,447	,655
MESMODOPRESID	-713,943	110,276	-,275	-6,474	,000

N = 360

R2 ajust = 0,846

F = 38,847

p < 0,1 %

Tabela 3.19: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas de Pessoal e Encargos

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	757,610	59,873		12,654	,000
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-7,947	22,145	-,008	-,359	,720
ANOELEIT	-69,080	23,585	-,069	-2,929	,004
ANOPOSELEIT	-57,881	22,518	-,057	-2,570	,011
DUM_LRF	176,194	23,714	,175	7,430	,000
PREF_PDT	-104,206	64,256	-,102	-1,622	,106
PREF_PSDB	167,877	58,080	,146	2,890	,004
PREF_PFL	-44,487	47,647	-,029	-,934	,351
PREF_PP	-69,639	43,656	-,053	-1,595	,112
PREF_PSB	-66,852	65,737	-,051	-1,017	,310
OUT_PARTIDO	-18,772	52,521	-,016	-,357	,721
PARTID_ESQ	25,231	55,989	,030	,451	,653
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-21,934	22,747	-,023	-,964	,336
MESMODOPRESID	-272,502	44,178	-,234	-6,168	,000

N = 360

R2 ajust = 0,877

F = 50,166

p < 0,1 %

Tabela 3.20: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas de Investimento

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	125,319	70,880		1,768	,078
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-35,081	26,216	-,048	-1,338	,182
ANOELEIT	-47,388	27,921	-,064	-1,697	,091
ANOPOSELEIT	-56,272	26,658	-,076	-2,111	,036
DUM_LRF	70,262	28,073	,095	2,503	,013
PREF_PDT	-251,694	76,067	-,335	-3,309	,001
PREF_PSDB	302,122	68,757	,359	4,394	,000
PREF_PFL	4,224	56,406	,004	,075	,940
PREF_PP	25,533	51,682	,027	,494	,622
PREF_PSB	-208,107	77,821	-,215	-2,674	,008
OUT_PARTIDO	-169,087	62,175	-,190	-2,720	,007
PARTID_ESQ	264,715	66,281	,424	3,994	,000
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-36,357	26,928	-,051	-1,350	,178
MESMODOPRESID	-281,416	52,300	-,330	-5,381	,000

N = 360

R2 ajust = 0,679

F = 15,608

p < 0,1 %

Tabela 3.21: Resultado das regressões para a variável dependente Resultado Financeiro

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	-203,345	87,191		-2,332	,020
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-24,434	29,129	-,033	-,839	,402
ANOELEIT	-69,674	31,257	-,093	-2,229	,027
ANOPOSELEIT	-8,817	29,655	-,012	-,297	,766
DUM_LRF	180,111	33,280	,240	5,412	,000
PREF_PDT	-117,313	84,721	-,154	-1,385	,167
PREF_PSDB	-128,889	77,970	-,151	-1,653	,099
PREF_PFL	-145,212	62,610	-,127	-2,319	,021
PREF_PP	-56,270	57,422	-,058	-,980	,328
PREF_PSB	-81,041	86,533	-,083	-,937	,350
OUT_PARTIDO	-130,700	69,005	-,145	-1,894	,059
PARTID_ESQ	-72,106	73,626	-,114	-,979	,328
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	3,617	29,906	,005	,121	,904
MESMODOPRESID	67,398	61,882	,078	1,089	,277
DEF_RECORCA_PCAP	,118	,025	,465	4,688	,000

N = 360

R2 ajust = 0,617

F = 11,909

p < 0,1 %

Tabela 3.22: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Agricultura

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	2,784	12,368		,225	,822
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	2,607	4,574	,015	,570	,569
ANOELEIT	-3,980	4,872	-,023	-,817	,415
ANOPOSELEIT	1,671	4,651	,010	,359	,720
DUM_LRF	7,308	4,898	,042	1,492	,137
PREF_PDT	-30,137	13,273	-,169	-2,271	,024
PREF_PSDB	33,144	11,997	,166	2,763	,006
PREF_PFL	-7,394	9,842	-,028	-,751	,453
PREF_PP	-,453	9,018	-,002	-,050	,960
PREF_PSB	-28,854	13,579	-,126	-2,125	,034
OUT_PARTIDO	-23,719	10,849	-,113	-2,186	,030
PARTID_ESQ	31,963	11,565	,216	2,764	,006
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-6,319	4,699	-,038	-1,345	,180
MESMODOPRESID	-32,083	9,126	-,159	-3,516	,001

N = 360

R2 ajust = 0,826

F = 33,812

p < 0,1 %

Tabela 3.23: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Educação e Cultura

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	394,003	36,235		10,874	,000
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-10,221	13,402	-,019	-,763	,446
ANOELEIT	-14,459	14,274	-,027	-1,013	,312
ANOPOSELEIT	10,952	13,628	,020	,804	,422
DUM_LRF	52,211	14,351	,097	3,638	,000
PREF_PDT	-26,415	38,887	-,048	-,679	,497
PREF_PSDB	109,174	35,150	,178	3,106	,002
PREF_PFL	-6,622	28,835	-,008	-,230	,819
PREF_PP	-10,208	26,420	-,015	-,386	,699
PREF_PSB	-3,524	39,784	-,005	-,089	,929
OUT_PARTIDO	40,814	31,785	,063	1,284	,200
PARTID_ESQ	-7,059	33,884	-,016	-,208	,835
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-5,939	13,766	-,011	-,431	,666
MESMODOPRESID	-153,197	26,736	-,246	-5,730	,000

N = 360

R2 ajust = 0,842

F = 37,78

p < 0,1 %

Tabela 3.24: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Assistência e Previdência Social

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	29,849	18,779		1,590	,113
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-,894	6,946	-,004	-,129	,898
ANOELEIT	-6,439	7,397	-,026	-,870	,385
ANOPOSELEIT	7,253	7,063	,029	1,027	,305
DUM_LRF	31,748	7,438	,128	4,268	,000
PREF_PDT	-61,909	20,153	-,246	-3,072	,002
PREF_PSDB	-3,169	18,217	-,011	-,174	,862
PREF_PFL	-5,449	14,944	-,014	-,365	,716
PREF_PP	-10,756	13,693	-,034	-,786	,433
PREF_PSB	-69,539	20,618	-,215	-3,373	,001
OUT_PARTIDO	-51,783	16,473	-,174	-3,144	,002
PARTID_ESQ	54,730	17,561	,262	3,117	,002
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-18,362	7,134	-,077	-2,574	,011
MESMODOPRESID	-7,901	13,856	-,028	-,570	,569

N = 360

R2 ajust = 0,799

F = 28,424

p < 0,1 %

Tabela 3.25: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Saúde e Saneamento

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	418,948	62,970		6,653	,000
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-25,715	23,291	-,036	-1,104	,270
ANOELEIT	-61,269	24,805	-,085	-2,470	,014
ANOPOSELEIT	-49,517	23,683	-,069	-2,091	,037
DUM_LRF	121,513	24,941	,169	4,872	,000
PREF_PDT	-60,746	67,579	-,083	-,899	,369
PREF_PSDB	137,581	61,085	,168	2,252	,025
PREF_PFL	-17,218	50,112	-,016	-,344	,731
PREF_PP	-73,105	45,915	-,079	-1,592	,112
PREF_PSB	-11,929	69,138	-,013	-,173	,863
OUT_PARTIDO	51,763	55,237	,060	,937	,349
PARTID_ESQ	24,226	58,885	,040	,411	,681
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-30,547	23,923	-,044	-1,277	,203
MESMODOPRESID	-259,021	46,464	-,312	-5,575	,000

N = 360

R2 ajust = 0,732

F = 19,818

p < 0,1 %

Tabela 3.26: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Transporte

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	12,014	19,733		,609	,543
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	5,401	7,299	,026	,740	,460
ANOELEIT	10,608	7,773	,051	1,365	,173
ANOPOSELEIT	20,710	7,422	,099	2,790	,006
DUM_LRF	-9,800	7,816	-,047	-1,254	,211
PREF_PDT	-8,412	21,178	-,039	-,397	,691
PREF_PSDB	8,864	19,142	,037	,463	,644
PREF_PFL	-7,205	15,704	-,022	-,459	,647
PREF_PP	11,822	14,389	,044	,822	,412
PREF_PSB	7,651	21,666	,028	,353	,724
OUT_PARTIDO	-17,178	17,310	-,068	-,992	,322
PARTID_ESQ	12,808	18,453	,072	,694	,488
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-8,559	7,497	-,043	-1,142	,254
MESMODOPRESID	21,128	14,561	,087	1,451	,148

N = 360

R2 ajust = 0,691

F = 16,473

p < 0,1 %

Tabela 3.27: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas com Habitação e Urbanismo

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	196,465	40,199		4,887	,000
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-12,317	14,868	-,031	-,828	,408
ANOELEIT	-32,433	15,835	-,081	-2,048	,041
ANOPOSELEIT	-35,457	15,119	-,088	-2,345	,020
DUM_LRF	61,737	15,921	,153	3,878	,000
PREF_PDT	-113,512	43,141	-,277	-2,631	,009
PREF_PSDB	123,433	38,995	,269	3,165	,002
PREF_PFL	,356	31,990	,001	,011	,991
PREF_PP	9,217	29,311	,018	,314	,753
PREF_PSB	-121,661	44,136	-,231	-2,757	,006
OUT_PARTIDO	-86,099	35,262	-,178	-2,442	,015
PARTID_ESQ	85,793	37,591	,252	2,282	,023
DUMMY PARTIDO PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-,912	15,272	-,002	-,060	,952
MESMODOPRESID	-164,475	29,661	-,354	-5,545	,000

N = 360

R2 ajust = 0,652

F = 13,944

p < 0,1 %

Tabela 3.28: Resultado das regressões para a variável dependente Despesas Legislativas

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	92,103	10,737		8,578	,000
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	2,573	3,971	,020	,648	,518
ANOELEIT	13,830	4,230	,110	3,270	,001
ANOPOSELEIT	1,494	4,038	,012	,370	,712
DUM_LRF	-19,747	4,253	-,157	-4,643	,000
PREF_PDT	2,459	11,523	,019	,213	,831
PREF_PSDB	-7,548	10,416	-,053	-,725	,469
PREF_PFL	-9,601	8,545	-,050	-1,124	,262
PREF_PP	-18,465	7,829	-,113	-2,358	,019
PREF_PSB	-3,353	11,789	-,020	-,284	,776
OUT_PARTIDO	-1,552	9,419	-,010	-,165	,869
PARTID_ESQ	-10,006	10,041	-,094	-,996	,320
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-,416	4,079	-,003	-,102	,919
MESMODOPRESID	,335	7,923	,002	,042	,966

N = 360

R2 ajust = 0,747

F = 21,357

p < 0,1 %

Tabela 3.29: Resultado das regressões para a variável dependente Restos a Pagar Processados

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	124,938	29,584		4,223	,000
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	6,903	9,808	,034	,704	,482
ANOELEIT	-20,412	10,598	-,102	-1,926	,055
<i>ANOPOSELEIT</i>	-10,223	9,975	-,051	-1,025	,306
DUM_LRF	-29,619	11,717	-,148	-2,528	,012
PREF_PDT	20,298	28,583	,100	,710	,478
PREF_PSDB	-70,859	26,340	-,311	-2,690	,008
PREF_PFL	-24,050	21,242	-,079	-1,132	,258
PREF_PP	-45,017	19,343	-,174	-2,327	,021
PREF_PSB	10,556	29,145	,040	,362	,717
OUT_PARTIDO	9,742	23,344	,040	,417	,677
PARTID_ESQ	-40,595	24,801	-,240	-1,637	,103
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-1,630	10,058	-,008	-,162	,871
MESMODOPRESID	3,227	20,853	,014	,155	,877
DEF_RECORCA_PCAP	,011	,009	,166	1,288	,199
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,121	,019	-,452	-6,278	,000

N = 360

R2 ajust = 0,392

F = 5,282

p < 0,1 %

Tabela 3.30: Resultado das regressões para a variável dependente Dívida Ativa

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	1287,807	77,557		16,605	,000
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-7,408	25,712	-,007	-,288	,773
ANOELEIT	-73,825	27,783	-,072	-2,657	,008
ANOPOSELEIT	-42,104	26,150	-,041	-1,610	,108
DUM_LRF	146,661	30,716	,142	4,775	,000
PREF_PDT	17,913	74,933	,017	,239	,811
PREF_PSDB	-24,036	69,053	-,020	-,348	,728
PREF_PFL	-94,020	55,687	-,060	-1,688	,092
PREF_PP	30,806	50,709	,023	,608	,544
PREF_PSB	146,840	76,406	,109	1,922	,056
OUT_PARTIDO	-18,949	61,198	-,015	-,310	,757
PARTID_ESQ	-97,826	65,018	-,112	-1,505	,133
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-5,083	26,369	-,005	-,193	,847
MESMODOPRESID	60,961	54,668	,051	1,115	,266
DEF_RECORCA_PCAP	,035	,023	,100	1,517	,130
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,167	,050	-,121	-3,307	,001

N = 360

R2 ajust = 0,842

F = 36,543

p < 0,1 %

Tabela 3.31: Resultado das regressões para a variável dependente Outras Transferências da União

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	29,526	19,772		1,493	,136
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	11,086	6,555	,100	1,691	,092
ANOELEIT	5,965	7,083	,054	,842	,400
ANOPOSELEIT	11,759	6,667	,106	1,764	,079
DUM_LRF	-9,315	7,831	-,084	-1,190	,235
PREF_PDT	19,965	19,103	,176	1,045	,297
PREF_PSDB	23,109	17,604	,183	1,313	,190
PREF_PFL	21,383	14,197	,126	1,506	,133
PREF_PP	11,951	12,928	,083	,924	,356
PREF_PSB	35,337	19,479	,243	1,814	,071
OUT_PARTIDO	10,103	15,602	,076	,648	,518
PARTID_ESQ	-13,095	16,576	-,139	-,790	,430
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-1,046	6,722	-,010	-,156	,876
MESMODOPRESID	13,364	13,937	,104	,959	,338
DEF_RECORCA_PCAP	-,005	,006	-,137	-,882	,378
DEF_SUPERFIN_PCAP	,002	,013	,012	,139	,890

N = 360

R2 ajust = 0,117

F = 1,882

p < 0,1 %

Tabela 3.32: Resultado das regressões para a variável dependente Outras Transferências dos Estados

	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	10,516	9,754		1,078	,282
DUMMY ANO PRE-ELEITORAL	-6,521	3,234	-,118	-2,017	,045
ANOELEIT	-2,692	3,494	-,049	-,771	,442
ANOPOSELEIT	1,127	3,289	,020	,343	,732
DUM_LRF	-5,802	3,863	-,105	-1,502	,134
PREF_PDT	11,224	9,424	,199	1,191	,235
PREF_PSDB	7,597	8,684	,121	,875	,382
PREF_PFL	-8,083	7,003	-,096	-1,154	,249
PREF_PP	-3,926	6,377	-,055	-,616	,539
PREF_PSB	-4,012	9,609	-,055	-,418	,677
OUT_PARTIDO	-,244	7,696	-,004	-,032	,975
PARTID_ESQ	3,691	8,177	,079	,451	,652
DUMMY PARTIDO					
PREFEITO MESMO DO GOVERNADOR	-3,326	3,316	-,063	-1,003	,317
MESMODOPRESID	-6,607	6,875	-,103	-,961	,337
DEF_RECORCA_PCAP	-,002	,003	-,090	-,584	,560
DEF_SUPERFIN_PCAP	-,001	,006	-,019	-,216	,829

N = 360

R2 ajust = 0,133

F = 2,022

p < 0,1 %

Tabela 4: Municípios Analisados

ANGRA DOS REIS ***	NILOPOLIS ***
APERIBE	NITEROI ***
ARARUAMA	NOVA FRIBURGO ***
AREAL	NOVA IGUACU ***
ARMAÇAO DE BUZIOS	PARACAMBI
ARRAIAL DO CABO	PARAIBA DO SUL
BARRA DO PIRAI ***	PARATI
BARRA MANSA ***	PATI DO ALFERES ***
BELFORD ROXO ***	PETROPOLIS ***
BOM JARDIM ***	PINHEIRAL ***
BOM JESUS DO ITABAPOANA ***	PIRAI ***
CABO FRIO	PORCIUNCULA
CACHOEIRAS DE MACACU	PORTO REAL
CAMBUCI	QUATIS ***
CAMPOS	QUEIMADOS
CANTAGALO	QUISSAMA ***
CARAPEBUS	RESENDE ***
CARDOSO MOREIRA	RIO BONITO
CARMO ***	RIO CLARO
CASIMIRO DE ABREU	RIO DAS FLORES ***
COMENDADOR LEVY GASPARIAN	RIO DAS OSTRAS
CONCEICAO DE MACABU ***	RIO DE JANEIRO ***
CORDEIRO	SANTA MARIA MADALENA ***
DUAS BARRAS ***	SANTO ANTONIO DE PADUA ***
DUQUE DE CAXIAS ***	SÃO FIDELIS ***
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN ***	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA
GUAPIMIRIM	SÃO GONCALO ***
IGUABA GRANDE	SÃO JOAO DA BARRA
ITABORAI	SÃO JOÃO DE MERITI
ITAGUAI	SÃO JOSE DE UBA ***
ITALVA ***	SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO
ITAOCARA	SÃO PEDRO DA ALDEIA
ITAPERUNA ***	SÃO SEBASTIAO DO ALTO
ITATIAIA	SAPUCAIA ***
JAPERI	SAQUAREMA
LAJE DO MURIAE ***	SEROPEDICA
MACAE ***	SILVA JARDIM ***
MACUCO ***	SUMIDOURO ***
MAGE	TANGUA
MANGARATIBA	TERESOPOLIS ***
MARICA	TRAJANO DE MORAIS
MENDES ***	TRES RIOS
MESQUITA	VALENCA
MIGUEL PEREIRA	VARRE E SAI
MIRACEMA	VASSOURAS
NATIVIDADE	VOLTA REDONDA ***

*** Municípios que fizeram parte da amostra final, por possuírem todos os dados para o período analisado.